O DISTRITO DE MOÇÂMEDES

POR

J. PEREIRA DO NASCIMENTO

MEDICO DA ARMADA REAL

(1892)

José Pereira do Nascimento:
uma biografia sumária

Margarida Milheiro

José Pereira do Nascimento nasceu em Aracati, no estado brasileiro do Ceará, a 19 de Março de 1860, filho de José Afonso Pereira. Foi aluno do Liceu Nacional de Lisboa entre 1876 e 1878. Entre 1878 e 1881 foi aluno "voluntário" da Escola Politécnica. Em finais de 1883, já aluno do curso de Medicina da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, integrou a Marinha enquanto aspirante facultativo do Ultramar. Em Julho de 1885 terminou o curso, com a tese "Luxações de extremidade externa da clavícula" e em Novembro tornou-se aspirante a facultativo da Marinha. Pereira do Nascimento entrou para o Quadro de Saúde Naval da Guiné como médico naval de 2ª classe a 11 de Fevereiro de 1886. A 2 de Janeiro de 1886 foi transferido para o Quadro de Saúde Naval da Armada, onde foi promovido a médico naval de 1ª classe por decreto de 8 de Agosto de 1888. Mas só a 3 de Fevereiro de 1890 se tornou efetivo na Armada.

Na segunda metade de 1888 Pereira do Nascimento casou-se com Augusta de Almeida Rolla Pereira Nascimento. O casal teve três filhos, Gilberto Rolla Pereira do Nascimento, Pedro Rolla Pereira do Nascimento e José Rolla Pereira do Nascimento. Pereira do Nascimento era fluente a Inglês e a Francês e foi sócio de várias instituições, como a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Academia de Ciências de Lisboa.

Na sua primeira comissão em Angola, de 1 de Novembro de 1888 a 9 de Dezembro de 1891, Pereira do Nascimento foi delegado de serviço sanitário nas colónias do planalto de Moçâmedes. As suas obras indiciam que esta comissão terá tido grande influência na sua opinião sobre a colonização europeia em Angola. Os seus dois primeiros livros, "Da Huíla às Terras do Humbe" (1891) e "Questões Médico-Coloniais" (1891) mostram o seu grande interesse pela região, pelos seus

José Pereira do Nascimento em Angola, 1894

Fonte: *Exploração geographica e mineralógica no Distrito de Mossâmedes em 1894-1895*

recursos e pela população indígena. Mostram também que já em 1890 Pereira do Nascimento acreditava que a colonização europeia de Angola era plenamente viável.

Uma portaria de 17 de Maio de 1894 nomeou Pereira do Nascimento para fazer o estudo da fauna, flora, climatologia e mineralogia da região sul de Angola. Um mês depois, Pereira do Nascimento foi também contratado pela Companhia de Moçâmedes para estudar a região concessionada a esta companhia, autorizado pela Direção Geral do Ultramar. Manteve ambas as funções de 14 de Junho de 1894 a 15 de Agosto de 1895, quando foi apontado como médico naval da corveta "Bartolomeu Dias".

Durante a comissão de 1894-1895, Pereira do Nascimento fez várias viagens exploratórias ao sul de Angola (atuais distritos de Benguela, Namibe, Cunene e Cuando Cuvango), das quais elaborou cartas geográficas detalhadas e relatórios. Pereira do Nascimento deu maior relevância ao estudo da mineralogia da região, em particular aos minérios de cobre, por considerar que este conhecimento era ainda escasso e podia ser de grande valia económica. Descreveu este período no livro "Exploração geográfica e mineralógica no Distrito de Mossâmedes em 1894-1895" (1898).

Uma portaria de 1 de Janeiro de 1899 nomeou Pereira do Nascimento para fazer a exploração da região de Angola ao serviço do Governador Geral desta então província. Esta foi a sua mais longa comissão em Angola. Só a 24 de Novembro de 1904 foi mandado regressar ao serviço da Marinha na Metrópole. Nos primeiros três anos e meio da comissão estabeleceu-se em Ndalatando, no distrito de Cuanza Norte. Pereira do Nascimento foi responsável pela construção de dois postos meteorológicos, um em Ndalatando (1899) e outro em Moçâmedes (1904), tendo feito recolha de informação em ambos.

Entre 1899 e 1902, Pereira do Nascimento estudou os rios Cuanza e Zenza e realizou quatro viagens de exploração. Esteve nas regiões de Ambaca, Cazengo, Dembos, Dongo, Duque de Bragança (actual Calandula), Golungo Alto, Luanda, Pungo-Andongo e no Reino do Guinga (territórios atualmente pertencentes às províncias angolanas de Bengo, Huíla, Cuanza Norte, Luanda, Lunda e Malanje). Recolheu dados geográficos, meteorológicos, etnográficos e linguísticos. Os seus estudos linguísticos permitiram-lhe escrever o "Diccionario

portuguez-kimbundu" (1903). Fez cartas topográficas e recolheu amostras mineralógicas, de fauna e de flora. Várias amostras de flora foram enviadas para a exposição de Paris de 1900 e José Vicente Barbosa du Bocage recebeu em Lisboa espécimes animais.

A 15 de Abril de 1907 Pereira do Nascimento regressou a Angola como explorador naturalista. O destino inicial de Pereira do Nascimento era a província de Moçâmedes. Mas uma nova portaria emitida a 4 de Julho por Henrique de Paiva Couceiro, então recém-nomeado Governador Geral de Angola, trá-lo de novo a Luanda. Pereira do Nascimento foi então nomeado líder da comissão criada para estudar as condições de colonização europeia da região da província de Benguela, que começava a ser atravessada pelo caminho de ferro. Esta foi a primeira vez que integrou uma comissão com o objetivo explícito de estudar a colonização europeia em Angola.

A 26 de Fevereiro de 1910 José Pereira do Nascimento foi nomeado por portaria para fazer o estudo de colonização europeia do planalto de Moçâmedes. A 18 de Agosto do mesmo ano foi também nomeado para integrar uma comissão criada para determinar locais adequados ao estabelecimento de centros urbanos em redor do trajeto proposto para a linha férrea, onde esteve de 14 de abril a 30 de Dezembro de 1910. Pereira do Nascimento foi mandado regressar à metrópole a 11 de Abril de 1911, onde esteve ao serviço da Direção Geral das Colónias entre 1 de Novembro de 1911 e 1 de Abril de 1912.

Entre 1910 e 1912 Pereira do Nascimento integrou uma comissão responsável pela elaboração de legislação relativa à colonização da região em torno da linha de Benguela. Foi relator do “Parecer da comissão nomeada em portaria de 24 de Novembro de 1910 para estudar a colonização do planalto de Benguella”, emitido a 31 de Março de 1911. Em Maio de 1912, durante o debate da proposta de lei na câmara dos deputados, Camillo Rodrigues, na altura deputado pela província de Angola, acusou publicamente Pereira do Nascimento de falsificação de resultados e de despesismo. É possível que a obra “A colonização do Planalto de Benguella”, publicada após estes factos e onde Pereira do Nascimento analisa as diferentes tentativas de colonização europeia dessa região, seja uma resposta aos seus críticos e detratores.

Quando não esteve em Angola, Pereira do Nascimento serviu em diferentes instituições da Armada na metrópole, como o Hospital da Marinha, a Escola Prática de Torpedos e Eletricidade,

a Escola de Marinheiros do Sul e a Junta de Saúde Naval. Também serviu como médico em embarcações da Marinha, incluindo a fragata "D. Fernando", a canhoneira "Mandovi", a corveta "Bartolomeu Dias", a canhoneira "Zambeze" e o cruzador "Republica". Pereira do Nascimento manteve-se como médico naval de 1ª classe até à sua morte a 25 de Setembro de 1913. Na altura era adjunto da Majoria General da Armada, em Lisboa.

Pereira do Nascimento intitulava-se naturalista explorador e publicista. Mas na base do seu trabalho e obra está a sua formação como médico e a sua crença de que a colonização europeia em Angola era plenamente possível. O seu modelo de colonização encontrava-se já descrito no livro "O distrito de Mossamedes", de 1892, e manteve-se, na sua essência, o mesmo até à sua morte. No conjunto da obra de Pereira do Nascimento são aparentes duas influências importantes: por um lado a opinião de outros especialistas na área e por outro o recurso à informação recolhida *in loco* junto de colonos e de indígenas.

Para Pereira do Nascimento o sucesso de colonização dependia de três fatores que se interligavam: o clima, a rentabilidade económica e o fácil acesso a vias de comunicação. Estes fatores exigiam uma escolha criteriosa dos locais para colonização, baseada em estudos científicos rigorosos. O clima de um local determinava a sua "salubridade", ou seja, a maior ou menor possibilidade de os colonos se manterem saudáveis. Uma vez estabelecidos num local, os colonos teriam de ter uma atividade que lhes permitisse rendimento.

A atividade agrícola parecia ser, para Pereira do Nascimento, a melhor forma de criar colónias autónomas e prósperas. As necessidades das famílias de agricultores criavam um mercado local de indústria e comércio. Estas comunidades promoviam a criação de centros urbanos que albergassem os serviços de administração pública e de saúde, entre outros. Mas era depois fundamental o fácil escoamento dos excedentes, agrícolas e outros, para outros mercados. Por esta razão os locais escolhidos teriam de ficar perto de uma via de comunicação, como uma linha férrea ou um rio.

Condecorações de José Pereira do Nascimento:

- Cavaleiro de Torre e Espada, O.A., nº 4, 1893;
- Medalha de prata do Serviço de Ultramar, O.A. nº6, 1893;

- Cavaleiro de S. Thiago, O.A. nº8, 1893;

- Comendador da Ordem de N. S. Jesus Cristo, com renúncia, aceite, da mercê de Comendador da Ordem de Christo, O.A. nº 5, 1892;

- Medalha militar da classe de comportamento exemplar, O.A. nº11, série B, 1896;

- Cavaleiro da Real Ordem Militar de S. Bento d'Aviz, O.A., nº 13, série B, 1896;

- Medalha de prata de assiduidade do serviço militar, O.A. nº 2 B, 1910.

Obras de José Pereira do Nascimento:

José Pereira do Nascimento, *Questões medico-coloniaes relativas á colonização Europea no Plan'Alto de Mossamedes* (Huíla: Typographia da Missão Catholica do Real Padroado Portuguez, 1891)

José Pereira do Nascimento, *Da Huíla às terras do Humbe* (Huíla: Typographia da Missão Catholica, 1891)

José Pereira do Nascimento, *O distrito de Mossamedes* (Lisboa: Typographia do Jornal As Colónias Portuguesas, 1891)

José Pereira do Nascimento, *Grammatica do Umbundo ou lingua de Benguela* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1894)

José Pereira do Nascimento, "Exploração geographica e mineralogica no Distrito de Mossamedes em 1894-1895*", Portugal em África. Revista scientifica*, volume 5, número 56 (Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1898)

José Pereira do Nascimento, *Diccionario portuguez-kimbundu* (Huila: Typographia da Missão Catholica, 1903)

José Pereira do Nascimento, "Estudo mineralogico da Província de Angola"*, Portugal em África. Revista scientifica*, volume 11, número 128 (Lisboa, Typographia da Casa Catholica, 1904)

José Pereira do Nascimento (redator), *Parecer da comissão nomeada em portaria de 24 de Novembro de 1910 para estudar a colonização do planalto de Benguella* (Lisboa: 1911)

José Pereira do Nascimento, *A colonização do Planalto de Benguella* (Lisboa : J. Rodrigues & Cª, 1912)

José Pereira do Nascimento, A. Alexandre de Mattos, *A colonização de Angola* (Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1912)

Fontes e bibliografia:

Arquivos:

Arquivo Histórico da Marinha;

Arquivo Histórico Ultramarino;

Arquivo Histórico do Museu Bocage;

Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Fontes bibliográficas secundárias:

Joaquim Duarte Silva, *Dr. José Pereira do Nascimento, médico naval pioneiro da ocupação científica de Angola - apontamentos para uma biografia* (Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939)

O DISTRITO DE MOÇÂMEDES

POR

J. PEREIRA DO NASCIMENTO

MEDICO DA ARMADA REAL

LISBOA

TIPOGRAFIA DO JORNAL

Colónias Portuguesas

Revista Ilustrada

92 — RUA DO DIARIO DE NOTICIAS — 94

1892

A SUA EXCELÊNCIA

O conselheiro d'Estado

Henrique de Barros Gomes

DEDICA ESTE MODESTO TRABALHO

J. Pereira do Nascimento

A SUA EXCELÊNCIA

O CONSELHEIRO

GUILHERME AUGUSTO DE BRITO CAPELLO

GOVERNADOR GERAL DA PROVÍNCIA DE ANGOLA

OFERECE

O AUTOR

A SUA EXCELÊNCIA REVERENDÍSSIMA

D. ANTONIO THOMAZ DA SILVA LEITÃO E CASTRO

BISPO DE ECHINO

OFERECE

O AUCTOR

ADVERTENCIA

Aconselhado pelo sábio filologo, o Rev.do Padre José Maria Antunes, benemérito Superior da Missão da Huíla, adotei neste modesto trabalho, tanto no texto como nos mapas, o alfabeto de Lepsius, afim de dar uniformidade à maneira de escrever os termos gentílicos do dialeto *lumbundo*.

Nada mais confuso e desanimador para quem consulta livros de exploração e mapas africanos do que a diversidade de tipos alfabéticos, com que os autores escrevem as palavras de origem africana, vendo-se, não raro, o mesmo termo escrito de mil modos, conforme a índole da língua do author. Para evitar estas diversidades e estabelecer um sistema universal de escrever os termos africanos conforme a vocalização própria da língua bantu e seus derivados, propôs o Dr. Lepsius um alfabeto, que mereceu a aprovação de africanistas distintos e tem sido adotado em gramáticas, dicionários e livros de explorações. Resume-se o alphabeto de Lepsius no seguinte:

Vogais

A, E, I, 0, U, pronunciam-se com o mesmo valor fonético que têm na língua espanhola ou italiana; havendo para a portuguesa a diferença de que *E* e *O* no final das palavras não são mudos.

Consoantes

B, D, F, K, L, M, N, P, R, T, V pronunciam-se como nas línguas latinas. As restantes consoantes sofrem modificações, que se resumem no seguinte:

C substitui-se por *K*.

C antes de *E* e *I* soa como *S*.

G antes de qualquer vogal tem o som de *GUE* e nunca de *JE*.

H é sempre aspirado como o *J* da língua espanhola.

J não tem equivalente: é substituído pelo som *DY*, em que o Y representa uma modulação que *molha* a vogal seguinte ou o próprio som de *I*, quando o *Y* figura antes de consoante.

Q substitui-se por *K*.

S substitui-se *C* antes de *E* e *I*, mas nunca tem o som de *Z*, quando entre vogais.

X e *CH* não têm equivalentes; substituem-se pela modulação *TY*, em que o *Y* molha a vogal seguinte ou o próprio som de *I*, quando se segue consoante. Sobre esta vocalização há divergências entre os autores; uns representam na por *TJ*, e outros por *TCH* e outros ainda por *CI* da língua italiana. Como exemplo cita o termo *CHAHUNGO*, como o escrevem alguns autores portugueses. A sílaba *CHA*, como nós a pronunciamos, não existe nos dialetos africanos; pronuncia-se colocando a ponta da língua no vértice da arcada dentária superior e modulando com os lábios o som correspondente à vogal, que sai com um som *molhado*. Assim a palavra *CHAHUNGO* soa como *TCHAHUNGO* ou *TJAHUNGO* ou como *CIAHUNGO* dando ao *CI* o som *molhado* que tem na língua italiana.

Segundo Lepsius o *Y* não representa o som de uma letra; serve somente para comunicar a modulação molhada à vogal seguinte. Outros autores admitem que *Y* antes de consoante *molha* o som de *I*. Assim, as palavras que no Humbe se pronunciam *CHITIRE*, *CHIPOLA* e *CHIPELONGO*, serão escritas, segundo Lepsius, *TYITIRE*, *TYIPOLA* e *TYIPELONGO*, como porém nas línguas latinas o *Y* soa como *I*, não há vantagem em escrever o *I* depois do *Y*, quando a ele se siga uma consoante; o *Y* toma o som de *I* molhado; por isso escrevo *TYTIRE*, *TYPOLA*, *TYPELONGO*.

Muitos termos gentílicos adotados na língua portuguesa, escrevo-os conforme o uso, dando-os entre parênteses com a fonação gentílica representada pelo alfabeto de Lepsius.

Colonização Europeia

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I

O distrito de Moçâmedes acha-se compreendido entre os paralelos 13° 50' e 17° 25’ de longitude austral.

Confina ao norte com o districto de Benguella, a oeste com o Oceano atlântico, ao sul com as possessões alemãs, das quais é separado pela porção do rio Cunene, cujo rumo segue na direção leste-oeste desde a Hinga até á foz e a leste estende -se até os limites ainda não definidos da província de Angola.

A parte explorada do distrito, a que é habitada pela raça branca, e por isso desperta o interesse descritivo, abrange uma vasta extensão de território, que se prolonga na linha norte-sul desde o paralelo que passa pelo cabo de Santa Marta ao curso inferior do Cunene e na linha leste-oeste desde a costa marítima ao curso ascendente do mesmo rio até o Luceque. É esta a zona que pelas suas benéficas condições de clima e riqueza geológica tem sido percorrida, habitada e colonizada pela raça europeia, e a única que sob o ponto de vista da adaptação de raça branca merece ser conhecida.

O distrito de Moçâmedes divide-se em duas zonas bem distintas: uma, que se prolonga de norte a sul com a costa marítima, é baixa, seca e arenosa; e outra, que se segue a esta e dela se separa pela cordilheira da Chela (Tyela), abrange toda a vasta bacia do Cunene, é alta, chuvosa e ricamente arborizada: constitui o planalto proveitosamente explorado pela raça branca, mercê da benignidade do clima e abundância de elementos de riqueza agrícola e commercial.

A estas duas zonas tão nitidamente separadas pelos seus caracteres geológicos correspondem modalidades climatéricas, que imprimem profundas modificações no modo de ser, nas cousas e nas pessoas.

Zona baixa

Prolonga-se para o interior na extensão de 100 quilómetros aproximadamente até os contrafortes da Chela e alarga gradualmente para o sul até o vale inferior do Cunene, constituindo um vasto deserto arenoso. Esta zona eleva-se para o interior por modo insensível atingindo a altitude média de 500 metros nas proximidades da cordilheira da Chela.

Distinguem-se nela duas faixas de terrenos, que correm com caracteres nítidos no sentido leste-oeste: a primeira, litoral, formada por extensa planície de areia solta com alterações de relevo em dunas e ravinas, onde as chuvas são raras e de pouca duração; a segunda, interior, prolongando-se com a Chela, pedregosa, com vegetação que aumenta à maneira que se aproxima do planalto e que marca o limite das águas permanentes que correm da zona alta.

Os terrenos que formam a zona baixa pertencem pelos seus caracteres geológicos à formação terciária. Encontram-se neles grande número de géneros de conchas e algumas variedades de grés calcarifero com moldes de bivalves e rochas formadas por uma aglomeração de conchas ligadas entre si por um cimento calcário. Em muitos lugares afastados da costa marítima e em altitudes superiores a 100 e 200 metros encontram-se calhaus rolados de calcário silicoso e textura porfírica, que demonstram que esta zona em épocas remotas constituía um fundo de mar, que lentamente se foi elevando do seio do oceano.

Sistema fluvial e regime pluvial

A rede fluvial da zona baixa compreende os vales de S. Nicolau, Giraul (Dyraul), Bero e Coroca, cujos rios na maior parte do ano estão secos; apenas levam água durante alguns dias na estação pluvial, quando as chuvas torrenciais do planalto, depois de encherem os afluentes do Cunene, se despenham em inúmeras cataratas pela Chela abaixo. É então que enormes massas de nuvens condensadas sobre a região alta e açoitadas pelo impetuoso vento sueste são arrastadas para a zona baixa do valle de Capangombe, onde se desfazem em catadupas, que conduzidas por milhares de regatos e ravinas formam enormes massas de água, que correm em rápidas e perigosas enxurradas, que enchem e alagam os terrenos marginais dos vales por espaço de dias e mesmo horas.

Na faixa arborizada de Capangombe, limítrofe da Chela, as águas permanecem por alguns meses por causa da dureza do terreno e por serem os rios na sua primeira porção alimentados pelo excesso das águas do planalto. Na faixa arenosa do litoral elas desaparecem em pouco tempo por infiltração nas areias dos leitos dos rios. Destes, o que conserva por mais tempo maior volume de água é o Bero, que fertiliza os terrenos de Moçâmedes. Este rio é o primeiro a conduzir as águas pluviais da região alta e o que as conserva por maior espaço de tempo. Resulta esta circunstância de ser o seu curso entre a Chela e o litoral mais curto e directo, formado em grande extensão por um leito de pedras e principalmente por ter a sua principal origem no planalto por intermédio de uma nascente que deriva para ele um grande volume de águas colhidas na bacia do Jau (Dyau), durante a primeira parte da estação chuvosa do planalto, de outubro a dezembro, quando ainda não têm caído as primeiras chuvas na zona baixa; enquanto que os rios de S. Nicolau e Coroca são alimentados pelas chuvas que caem sobre as vertentes ocidentais da Chela, o que só tem lugar na quadra das grandes chuvas da zona alta, de janeiro a abril.

É de notar-se que o regime pluvial desta zona difere consideravelmente do da zona alta. Nesta aparecem as primeiras chuvas em setembro e prolongam-se até dezembro, formando a primeira parte da estação chuvosa, chamada das pequenas chuvas. Nesta quadra, dominando os ventos moderados do nordeste, as nuvens formadas por condensação no planalto descarregam sobre ele, não chegando à zona baixa. Apenas de janeiro a maio, que comprehende a quadra das chuvas torrenciais e dos ventos impetuosos do quadrante do sueste, é que as chuvas atingem a zona baixa e chegam à faixa arenosa do litoral produzindo inundações passageiras, que ainda assim são o único recurso para a fertilidade dos terrenos agricultados nas proximidades de Moçâmedes, tais são: as hortas do vale do Bero e Cavaleiros e as fazendas agrícolas exploradas nos valles do Giraul, Coroca e S. Nicolau.

Lançado no mar o excesso das enxurradas, fica no solo do leito dos rios uma certa humidade que se conserva por espaço de um e dois meses e um depósito de detritos orgânicos, que constitui um rico adubo aproveitado pelos agricultores que sobre ele fazem as suas plantações em pleno leito dos rios.

Estas fazendas produzem variadas espécies de cultura, tais como: algodão, cana sacarina, cereais, legumes, hortaliças e árvores frutíferas. Empregam no arroteamento dos seus terrenos, 29 máquinas a vapor e possuem 32 engenhos de moer cana, e outros tantos alambiques para a destilação da aguardente.

Pela disposição natural da zona alta, a sua maior altura corresponde à cordilheira da Chela e daí para o interior desce suavemente para o sul e leste, do que resulta que a maior parte das águas pluviais correm ao Cunene; deriva para a zona baixa uma pequena porção, que na quadra das grandes chuvas cai sobre as vertentes ocidentais da cordilheira, fertilizando os terrenos do valle de Capangombe.

Sobre a faixa arenosa do litoral de Moçâmedes chove muito pouco, duas ou três vezes por ano. Na faixa cultivada em frente à Chela chove durante dois a três meses, enquanto que na zona alta a estação chuvosa compreende seis meses no ano.

Convém observar que tem havido profundas modificações no regime pluvial da zona baixa, cujas causas são pouco conhecidas. Em épocas remotas chovia regularmente todos os anos em quantidade bastante para encher os leitos dos rios. Os antigos agricultores estabelecidos no valle de Capangombe e Bibala e os primeiros colonizadores de Moçâmedes falam com saudade dos primeiros annos da sua instalação neste distrito, anos de chuvas abundantes e regulares; de então para cá elas têm diminuído progressivamente a ponto de passarem períodos de quatro e cinco annos sem cair uma gota de água.

Quando pela infiltração e evaporação desaparece a humidade no leito dos rios e bem assim durante os anos de estiagem, em que as águas por sucessivas infiltrações nas areias não chegam a humedecer os terrenos cultivados, recorrem os agricultores à irrigação com água extraída de poços praticados a profundidade de 5 a 15 metros. Na vila de Moçâmedes todas as casas têm poços, que fornecem água necessária para os usos ordinários. Esta água é de má qualidade, pesada, salitrosa, produzindo perturbações digestivas.

A existência de uma toalha líquida subterrânea na zona baixa, cujo nível se mantém constante apesar das vicissitudes do regime pluvial, é um facto incontestável que nos leva a supor que ela mantém estreitas relações com a bacia fluvial do planalto, que a alimenta como uma parte importante das suas águas por infiltração através de camadas porosas, que seguindo as vertentes da Chela se prolongam e continuam com o subsolo da zona baixa.

É de importância capital para o desenvolvimento das fazendas agrícolas do vale de Capangombe investigar com aparelhos próprios e aproveitar por meio de poços artesianos este filão de água, que todas as razões induzem a crer que tenha a sua origem no planalto, cuja altitude média sobre o valle de Capangombe é de 1600 metros.

A agricultura nesta zona, que foi o principal elemento de prosperidade e riqueza nos tempos áureos do distrito, acha-se atualmente em estado de lastimosa decadência por falta de águas que irriguem os seus fertilissimos terrenos. Os anos de seca sucedem-se uns após outros com insistência esmagadora espalhando o desânimo por toda esta riquíssima região, cujos agricultores vão rareando, ceifados uns pela morte, e outros obrigados por falta de recursos a abandonar as suas propriedades, fruto de longos anos de trabalhos. Os mais favorecidos, que ainda assim mantém as suas fazendas a troco de penosos sacrifícios são os que se estabeleceram nas vertentes da Chela, onde aproveitam as primeiras águas de pequenos regatos permanentes, que descem do planalto e formam as origens dos rios da zona baixa.

É de urgente e inadiável necessidade proceder a estes estudos, pois que o bom êxito dos poços artesianos é importante medida de salvação para em breve espaço de tempo elevar ao primitivo apogeu a agricultura em Moçâmedes, única fonte de riqueza da população branca do districto, que se acha abatida e depauperada nos seus recursos por tão longa estiagem sem esperança de melhores tempos.

O primeiro ensaio a fazer-se deve naturalmente incidir na zona de Capangombe por estar mais próxima da Chela e oferecer por isso maiores probabilidades de bom êxito. Se desta tentativa surtir o desejado efeito, fácil será por sucessivas investigações animadoras estabelecer um sistema de poços artesianos, que colloque a zona agricultada ao abrigo das vicissitudes de um regime fluvial inconstante, o que concorrerá para desenvolver as propriedades existentes com valiosas culturas, criar novos centros de produção agrícola e animar os proprietários a converter os seus capitais em produtivas fontes de receita.

Esta falta de água torna-se sobremodo sensível na faixa de terreno sobre que assenta a estrada que parte de Moçâmedes para o planalto, passando pelos sítios denominados: Pedra Grande, Pedra do Major, Providência, Muninho e Capangombe.

Esta estrada é percorrida pelos vagões boers que fazem o transporte das mercadorias e produtos agrícolas entre o planalto e o litoral, e vice-versa; pelos viajantes, carregadores e manadas de gado para consumo e exportação.

Nos anos ordinários, em que não chove, não se encontra uma gota d'água nem pasto na maior extensão desta faixa desde o valle do Giraul até o Muninho, do que resulta morrer à sede e

à fome grande número de bois que puxam os carros e dos que são enviados do planalto para exportação e consumo.

Cada vagão é conduzido por 20 a 30 bois, dos quais um terço e às vezes metade succumbe por falta de água durante os 10 ou 12 dias de viagem fatigante por este deserto arenoso, através do qual os pesados veículos carregados com 100 a 150 arrobas de carga são penosamente arrastados pelos pobres bois famintos e sequiosos por entre densas nuvens de sufocante poeira.

Está calculado que morrem anualmente neste deserto 400 a 600 bois, o que representa um enorme prejuízo para os seus proprietários, que para compensar tão grave dano elevam cada vez mais o preço do transporte.

Basta saber-se que o preço do transporte de uma arroba de carga do litoral para o planalto importava, há três anos, em 1$000 reis e atualmente com a persistência das secas e mortalidade no gado elevou-se a 2$200 reis.

Independente da perda material do boi, há a acrescentar a perda da soma de trabalho que o boer despende para amansá-lo e sujeitá-lo ao serviço da canga.

O boi bravo comprado nos centros produtores dos Gambos e Humbe importa em 10 ou 15 mil réis e depois de amansado e ensinado vale 25 a 30.

Calcule-se do desânimo que lavra entre os boers e portugueses que vivem do aluguer dos seus carros para o transporte das mercadorias, sabendo-se que durante a estiagem rara é a viagem, em que não fiquem orlando a estrada os cadáveres de um terço ou metade dos seus bois a servir de festim às hienas e lobos que infestam estas paragens.

Para de algum modo atenuar tamanho prejuízo, que ameaça aniquilar a exportação de gado por via de Moçâmedes, pelo excessivo preço a que chegou, e que fere de morte os interesses comerciais e agrícolas do planalto pela exorbitante carestia e difficuldades de transporte, ordenou o governo o aproveitamento de uns tanques naturais cavados em uma grande rocha no sítio da Pedra Grande, a dois dias de viagem de Moçâmedes, mandando construir uns paredões que conduzem para eles toda a água das chuvas que cai sobre a enorme pedra que dá o nome a este sítio.

Existe neste ponto uma casa do governo que serve de pousada aos viajantes, um curral para abrigo do gado e algumas *cubatas*, em que residem os soldados do destacamento

Os tanques cavados na rocha são quatro e tem bastante capacidade. Quando sobre a rocha caem chuvas torrenciais, os tanques enchem-se de água, que se conserva por bastante tempo. É desta água que bebem os viajantes e o gado. Quando ela diminui e seguem-se anos de estiagem o governo só permite que se tire a porção indispensável para uso dos viajantes, proibindo que seja dada ao gado e para cumprimento destas ordens e vigilância dos poços tem ali um destacamento militar.

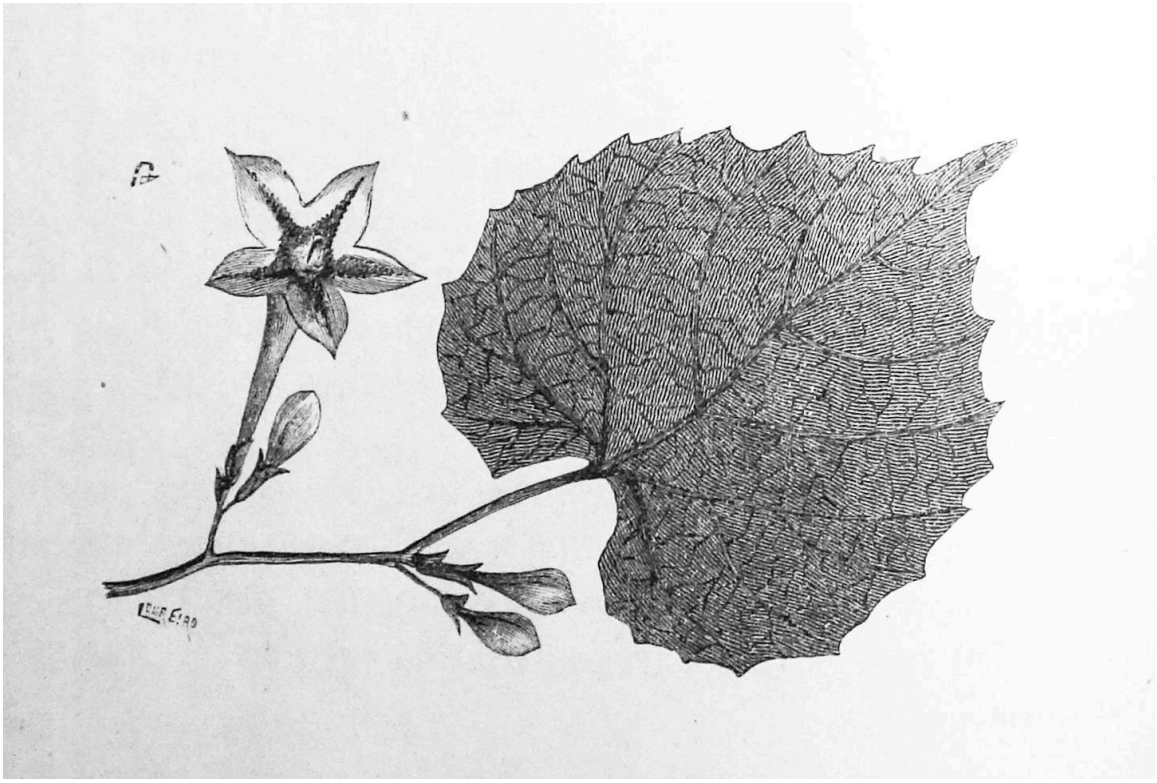
O que fica dito para a Pedra Grande aplica-se ao ponto denominado Pedra da Providência, com a diferença de não haver casa para viajantes nem destacamento militar. Encontra-se água em cavidades das rochas e poças, quando chove; fora destas condições anormais a monotonia do terreno prolonga-se em desesperadora aridez até ao vale do Muninho, em cujas fazendas se encontra água em *cacimbas*, que servem para a rega dos terrenos de cultura.

A vegetação nesta faixa é raquítica, compõe-se da *welwitschia mirabilis*, falso cedro, algumas euforbiáceas, espinheiros e acácias, que vegetam nos vales, ravinas e leitos dos rios secos.

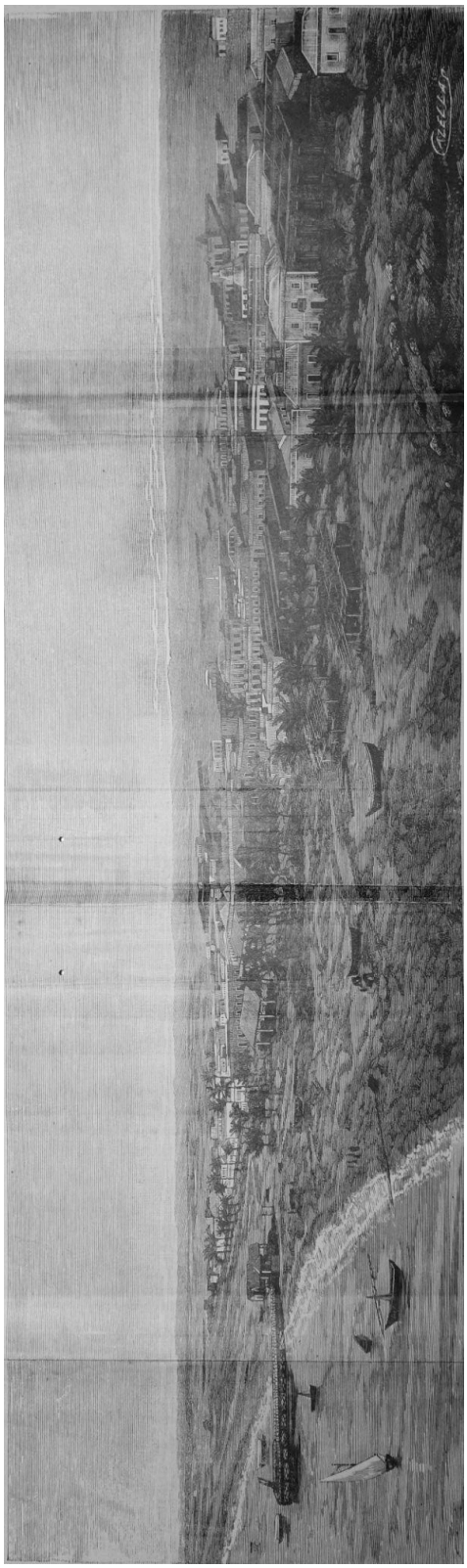
Na faixa de terrenos arborizados, que correm paralelos aos contrafortes da Chela, a água existe com abundância durante a estação das chuvas; nas épocas de estiagem não chega a irrigar a vasta área de terrenos cultivados.

O distrito de Moçâmedes abrange uma área de 176.250 quilómetros quadrados, duas vezes a superfície de Portugal. Divide-se em sete concelhos, dois na zona baixa, que são: os de Moçâmedes e Capangombe, e cinco no planalto: os da Humpata, Lubango, Huíla, Gambos e Humbe, dos quais os três primeiros formam a área de colonização europeia, que explora os seus férteis terrenos; e os dois últimos, que pelas suas condições de clima não se prestam à adaptação da raça branca, formam a área de exploração comercial com os indígenas e são os centros de

permutação do gado bovino, cuja criação constitui a principal ocupação das raças indígenas, que povoam a riquíssima zona do sul do planalto.



Vista panorâmica da vila de Moçâmedes



Capítulo II

Concelho de Moçâmedes

Abrange toda a faixa litoral e arenosa de norte a sul e estende-se para o interior na extensão aproximada de 50 quilómetros na linha leste-oeste .

Comprehende na parte média a vila de Moçâmedes, a povoação e as fazendas agrícolas das Hortas e Cavaleiros, situadas no vale do Bero ; ao norte as propriedades dos vales do Giraul e S.Nicolau, e ao sul as colónias de pescadores algarvios estabelecidos em Porto Alexandre e Baía dos Tigres e as propriedades agrícolas situadas no vale do Coroca, tudo com a área cultivada de 8900 hectares.

Vila de Moçâmedes

A capital do distrito e cabeça do concelho, denominada a Sintra de África pela amenidade do seu clima, está situada em bela perspectiva no fundo de uma ampla e bem abrigada baía em forma de ferradura na latitude do paralelo 15°.

Foi fundada em 1845 por un grupo de corajosos colonos que imigraram do Brazil e se estabeleceram na bahia da Angra do Negro, onde apenas havia uma feitoria iniciada em 1840.

Possui ruas espaçosas, compridas, bem alinhadas e divididas em quarteirões simétricos, todas calçadas e iluminadas a petróleo. Nota-se nelas extremo asseio e limpeza, que rivalizam com a regular disposição e ótima divisão.

Possui uma bela avenida arborizada que se prolonga com a praia e dá lindo aspecto às suas casas, que se destacam por entre renques de palmeiras.

Uma casa em Moçâmedes — um carro boer

As casas são lindas construções modernas, em que as boas condições higiênicas andam a par com o bom gosto e solidez. Quase todas são assoalhadas e forradas com boas madeiras da Europa. São bem divididas, bem orientadas e asseadas. Os seus tectos são chatos e as frontarias, pintadas com gosto, são dispostas com arte e beleza. Quase todas possuem jardim e quintal, que fornecem excelentes hortaliças e tem uma cacimba de onde se extrai a água para os usos ordinários.

Existem largos e jardins públicos bem situados, com tanques d'água para uso do público.

A leste da vila encontra-se um largo gradeado, em cujo centro foi erigido por subscrição pública um monumento em honra do benemérito governador Leal, que iniciou os grandes melhoramentos que tornam Moçâmedes a mais formosa cidade europeia da costa ocidental da África e a única que pode competir em asseio, regularidade e higiene com as cidades da Europa

Os seus principais edifícios públicos são: o palácio do governo, o melhor das nossas possessões, bela obra de arquitetura montada com luxo e grandeza; nele estão instaladas as principais repartições públicas: a fortaleza de S. Fernando, construída sobre um rochedo, que domina a formosa bahia; serve de quartel ao 4.º batalhão de caçadores; a alfândega, lindo edifício situado a meio da rua principal, próximo a praia; possui vastos armazéns e boas salas; comunica por meio de carris de ferro com a ponte-cais, boa construcção em ferro e madeira; o hospital em corpos separados formados de barracões, sistema Tollet; a igreja; o matadouro situado optimamente á beira mar; o cemitério, bastante afastado da vila; repartição do correio e das obras públicas, etc.

Entre os edifícios particulares encontram-se belos e elegantes primeiros andares e rés-do-chão, que fariam honra a qualquer cidade europeia, destacando-se dentre eles pela sua elegância, situação e comodidade o *chalet* da companhia telegráfica.

A natureza não foi pródiga na distribuição dos seus benefícios a Moçâmedes. O terreno sobre que assenta a vila é seco, arenoso e areno-calcário; a vegetação espontânea é raquítica; pois apesar de tão pouco favorecida, Moçâmedes revela a que ponto chega o esforço da raça branca, que em 40 anos de trabalho persistente conseguiu transformar aquele areal em uma formosa vila

com jardins e hortas, onde os recursos são abundantes, a alimentação excellente, barata e variada, com lojas onde se encontram todos os gêneros europeus e um mercado bem sortido.

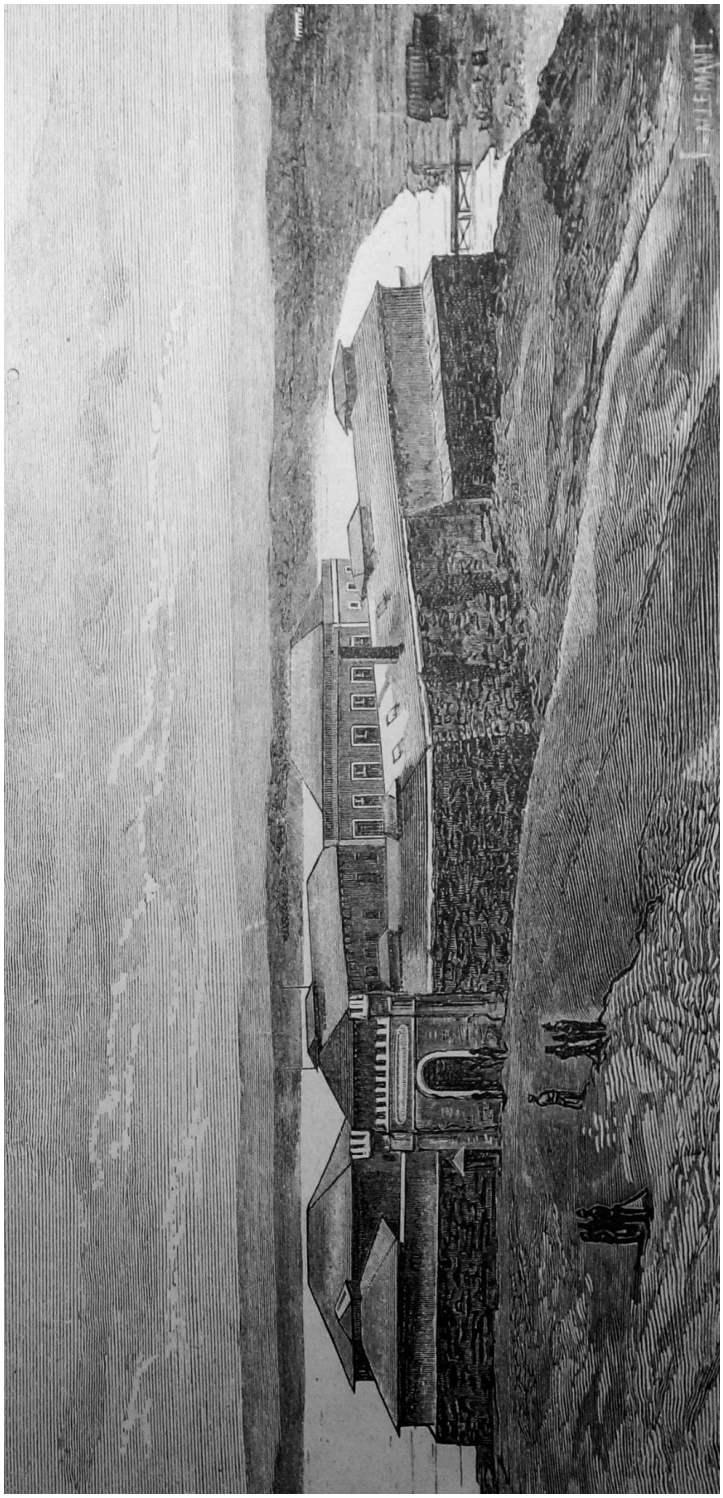
Tudo quanto ali há é devido à iniciativa e trabalho do europeu que se aclimatou e produziu gerações sadias e robustas em 3° e 4° grau, que ali vivem e se desenvolvem sem manifestações aparentes que revelem resistências orgânicas à adaptação ao novo meio. A raça branca ali procriada progride de um modo evidente; as crianças coradas, robustas e alegres não manifestam o menor vestígio da intoxicação palustre.

O clima é salubre e a temperatura é baixa e refrescada pelas brisas dominantes do mar e pela corrente marítima fria, que partindo do Cabo da Boa Esperança banha a costa africana correndo paralela a ela até o Cabo de Santa Martha.

O regime nosológico abrange as doenças palustres que se manifestam na época das enchentes do Bero, conservando todavia um caráter benigno. As formas graves da intoxicação são raras e só acometem os indivíduos vindos de regiões insalubres, cujo organismo esteja depauperado pelo agente maremático.

Para Moçâmedes concorre anualmente grande número de doentes de diversas procedências da costa africana, que ali vão convalescer e retemperar o organismo enfraquecido pelo impaludismo.

Há em Moçâmedes duas fábricas de tecidos de algodão, uma movida a vapor e outra à mão; nelas preparam-se mantas, barretes, camisolas e pano cru riscado. Há uma fábrica de conservas alimentícias que fornece latas de carne, peixe, frutas e legumes, que têm sido recebidos com favor pelo público. Existem fábricas de telha, tijolo e vários produtos cerâmicos e diversos fornos de cal no Giraul e praia Amélia. Existe um bem montado colégio para educação de meninas, uma escola pública e muitas oficinas de artes e ofícios.



Fortaleza de S. Fernando

Vale do Bero

A 3 quilómetros ao norte da vila de Moçâmedes encontra-se a povoação das Hortas, delicioso oásis, que pela abundância e frescura da sua viçosa arborização, cuidadosamente cultivada em alamedas de refrigerantes sombras e parques de odoríferas flores e saborosos frutos, forma um ameno sítio de vilegiatura com belos *chalets* e ótimas casas de campo, banhadas pelas frescas brisas do mar e onde se abriga a elite da sociedade de Moçâmedes durante a estação calmosa

Esta povoação com vastos terrenos agricultados assenta sobre o vale do rio Bero, cujo fertil solo se acha ocupado por 49 propriedades agrícolas que abastecem Moçâmedes de frutos, legumes e hortaliças.

Os terrenos deste vale ocupam extensas várzeas cultivadas sendo as principais: as Hortas, Cavaleiros, S. Antonio, Boa Esperança, Boa Vista, e Bemfica , por entre as quais passam boas estradas carreteiras.

As principais culturas são : cana sacarina, que fornece boa aguardente, o cará, que constitui a principal alimentação dos serviçais, o algodão, muitas variedades de legumes, hortaliças e cereais e grande número de árvores frutíferas da Europa, como : laranjeiras, limoeiros, figueiras, macieiras, pereiras, alfarrobeiras, cidreiras, oliveiras, videiras, etc.

A sua produção anual em aguardente é de 500 pipas.

Valle do Giraul (Dyraul)

À distância de 8 quilómetros do rio Bero, caminhando para o norte, encontra-se o vale do rio Giraul, cavado em terreno acidentado por montanhas de grés e gnaisse e profundas ravinas escalvadas. Nele estão estabelecidas 6 propriedades agrícolas que produzem : algodão, cana, cará, hortaliças, cereais e frutas.

Estas propriedades lutam com grandes dificuldades por falta de água para a irrigação das culturas, sendo necessário nos anos secos extraí-la de poços por meio de bombas centrífugas e estanca-rios movidos a vapor à profundidade de 20 e 30 metros.

Produzem anualmente 410 pipas de aguardente.

Vale do Coroca

A 60 quilómetros ao sul de Moçâmedes após um extenso deserto de areias, encontra-se o valle do rio Coroca, que nasce nos Cubaes e, depois de um dificil curso através das areias na direcção les-oeste, curva-se para o norte, desaguando no Oceano Atlantico ao sul do Cabo Negro, perto de Porto Pinda.

Os seus terrenos marginais, cuja fertilidade depende das enchentes anuais, estão ocupados por 5 fazendas agrícolas, dentre as quais sobressaem as de S. Bento do Sul, Santa Rosa e S. João do Sul, que produzem algodão, cana sacarina, cará, sorgo sacarino, trigo e vinha.

A sua produção anual em aguardente é de 150 pipas.

A cana sacarina, que foi a principal cultura nestas propriedades, tende a desaparecer por causa dos ataques de duas lagartas que a destroem, roendo-lhes os canais medulares. Os agricultores tratam de substituí-la pelo sorgo sacarino, que tem dado bons resultados na fazenda de S. João do Sul.

As várzeas do Caroca prestam-se pela abundância das suas pastagens à criação de gado, encontrando-se nestas propriedades grandes manadas de gado bovino, caprino, ovelhas, e algumas criações de gado cavalar e asinino.

Em S. João do Sul iniciou-se, há anos, a fabricação de queijos e manteiga. Possui grande número de vacas, que fornecem anualmente 900 queijos, sendo exportados para diversos pontos da província.

Colónias do sul

Nas espaçosas bahias de Porto Alexandre, dos Tigres e dos Pipas acham-se estabelecidas algumas colónias formadas de famílias algarvias, que se dedicam à pesca e salga de abundantes variedades de peixes, que depois de secos e arrumados em esteiras, que comportam 2 arrobas, são exportados para o interior, portos do norte e S. Tomé, onde constitui a principal alimentação dos serviçais empregados nas roças.

Os terrenos ocupados pelas pescarias não se prestam a ser agricultados por falta de água, o que prejudica o desenvolvimento e prosperidade das colónias, que ainda assim progridem à custa de muitos sacrifícios e trabalhos dos seus corajosos habitantes, que, desprotegidos do governo e desajustados da natureza, entregues aos únicos recursos da sua iniciativa, competem em produção com os agricultores do distrito, animando e sustentando a rendosa indústria da pesca, importante fonte de receita no distrito.

O governo tem sido avaro na distribuição dos seus favores a estes beneméritos colonos, que tão desinteressadamente se empenham pelo engrandecimento do distrito. Seria de justiça e equidade que os poderes públicos volvessem olhos paternais para as colónias do sul, beneficiando-as com algumas migalhas da cornucópia, que com mão pródiga tem espalhado pelas colónias madeirenses do planalto, que, diga-se a verdade, estão muito longe de competir com os corajosos algarvios.

O atual governador do distrito, o sr. Leitão Xavier, cônscio do valor material e moral destas colónias, tem envidado esforços para animá-las, dotando-as com um sacerdote e professor para educar as crianças. É mister dar-lhes também os socorros da medicina, a que tem direito em atenção aos benefícios que resultam para os cofres públicos do estado florescente da sua indústria.

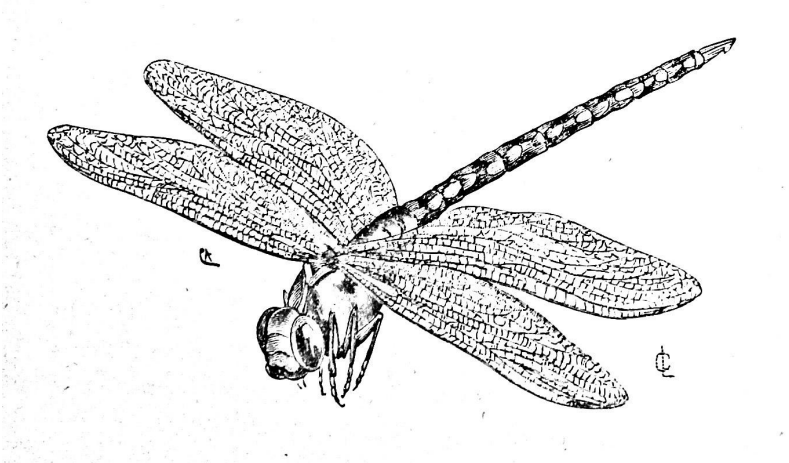
As pescarias em exploração em Porto Alexandre, Baía dos Tigres e dos Pipas dão uma exportação anual no valor de 44.000$000 reais.

A população algarvia compreende 40 famílias com 100 adultos e 60 crianças, e ocupa 500 pretos serviçais empregados na pesca, salga, empacotamento do peixe e tripulação de 40 caíques.

O distinto agrónomo da provincia de Angola, 0 sr. Costa Botelho, tendo estudado as condições agrícolas dos terrenos deste distrito, com justa razão encarece as vantagens da

arborização da zona arenosa do litoral. No seu excelente trabalho *Terrenos e agricultura no distrito de Moçâmedes* encontram-se ensinamentos muito proveitosos para o aperfeiçoamento da agricultura nesta região. A propósito da arborização do litoral diz:

> Cumpre-me ainda dizer que a arborização d'esta faixa de terrenos com plantas que pelas suas condições vegetativas se acomodassem ao clima e ao solo, havia de concorrer para maior regularidade das chuvas e fixaria as dunas que os ventos S. e SW. arrastam para muito próximo dos terrenos agricultados e que mais tarde deverão obrigar os agricultores a mudarem as suas plantações por terem sido invadidas pelas areias. A fixação destas dunas com algumas coníferas, especialmente o pinheiro silvestre e o de Alepo (Pinus halepensis) é de uma absoluta necessidade. Não é de uma grande facilidade e rapidez tentar arborizar um solo destes, essencialmente arenoso, onde as estiagens são frequentes e as águas correm através de camadas permeáveis a uma certa profundidade, mas também não é impossivel com o tempo conseguir-se este intento, desde que todos os annos na época das chuvas se façam as sementeiras. Entre outras plantas, além das que já mencionei, dever-se-ha tentar as sementeiras seguintes: pinheiro manso (pinus pinea), sabina das praias (juniperus phoenicea), cedro de Espanha (juniperus oxycedrus) e o zimbro vulgar (juniperus communis).



Grupo de Moçâmedes

Mapa estatístico da população, produção anual e área cultivada etc, do concelho de mossamedes

Mappa estatistico da população, producção annual, á area cultivada etc., do concelho de Mossamedes

População					Fazendas agricolas				Area		Valor da producção annual				Especies pecuarias					
Brancos	Pardos	Pretos	Serviçaes	Artistas	Valle do Bero	Valle do Giraul	Valle do Koroka	Valle de S. Nicolau	Total	Cultivada	Agricultura	Peixe secco	Exportação de gado	Fabricação de tecidos	Total	Cavallos	Jumentos	Gado bovino	Gado ovelhum	Gado caprino	Gado suino
600	100	4000	120	70	40	6	5	2	19500 kilometros quadrados	8000 hectares	70:000$000	44:000$000	20:000$000	10:000$000	144:000$000	19	169	938	669	727	454

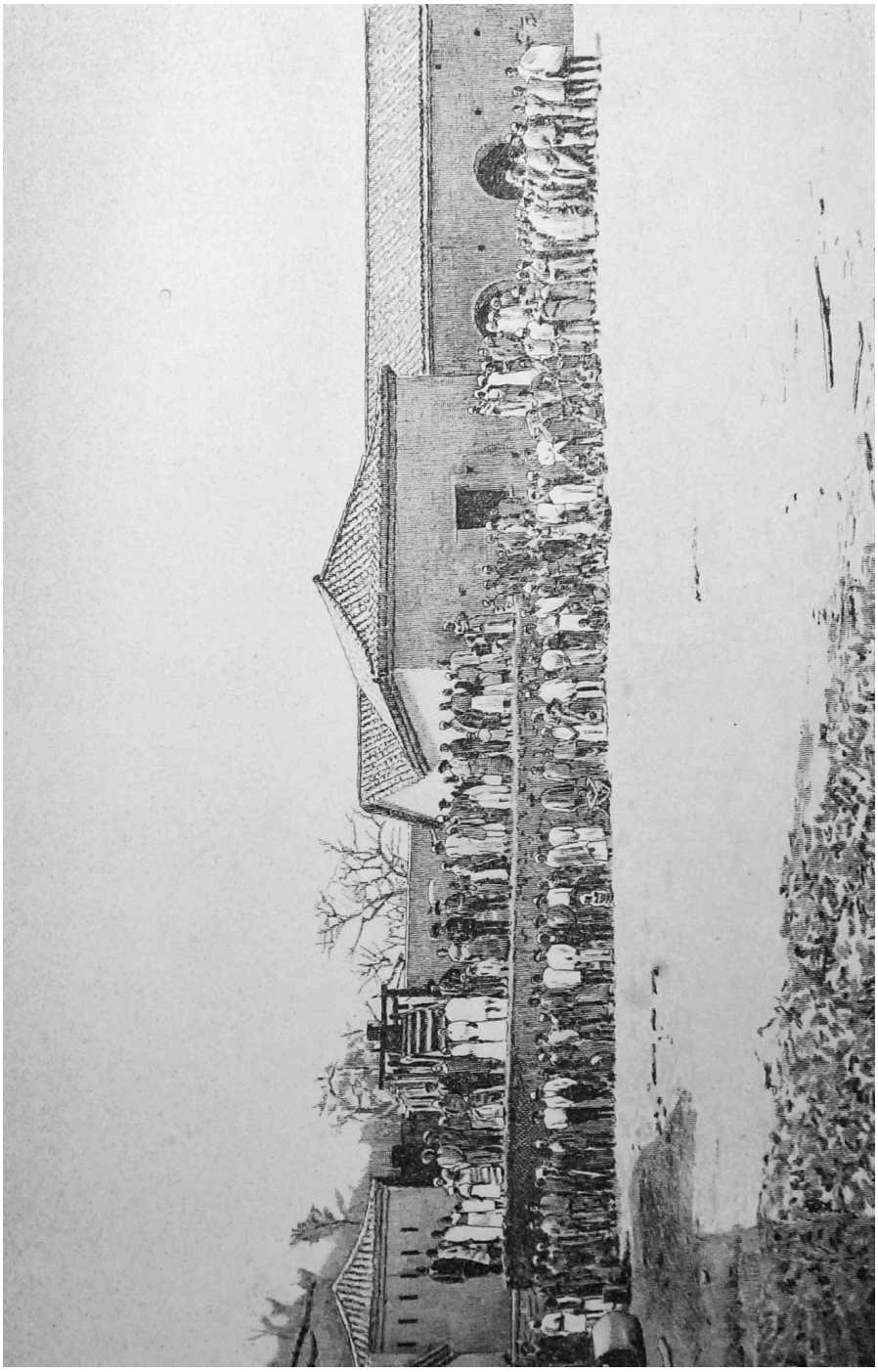
Como exemplo da colonização e expansão da raça branca em Moçâmedes em menos de 40 anos, apresentamos o seguinte mapa:

N.os	Chefes de familia	Filhos	Netos	Bisnetos	Trinetos
1	Albino Vieira de Sousa Concha	7	9	–	–
1	José Julio Z. de Mendonça	6	4	–	–
1	D. Maria José da Costa Torres	3	6	–	–
1	Elias Fortunato	4	10	–	–
1	Francisco Rodrigues Pinto da Rocha	9	4	–	–
1	Francisco Antonio de Mesquita	3	8	1	–
1	José Joaquim da Costa	8	15	1	–
1	José Joaquim de Pinho	5	3	–	–
1	Joaquim de Paiva Ferreira	6	2	–	–
1	João F. Duarte Leitão	3	1	–	–
1	José de Almeida Moniz	2	11	2	–
1	Honorato José de Mendonça	1	10	4	–
1	João Teixeira Pinto	5	9	4	–
1	João José de Oliveira	3	1	–	–
1	Luiz José de Oliveira	6	4	–	–
1	D. Bernarda Manjericão	6	9	18	1
1	Manuel José Machado	5	2	–	–
1	João Duarte de Almeida	8	4	–	–
1	José Rodrigues Pires da Maia	3	4	–	–
1	Ayres Correa de Sousa	5	–	–	–
1	José da Silva Nogueira	5	2	–	–
21		103	118	30	1

Mappa das fazendas agricolas do concelho de Mossamedes, culturas principaes, valor, machinas, pessoal, etc.

MOSSAMEDES, VALLES DOS RIOS BERO, GIRAUL E COROCA

Nomes dos proprietarios	Designação das principaes propriedades agricolas	Culturas dominantes	Calculo das áreas em cultura	Motores: Vapor	Motores: Força de cavallos	Machinas empregadas: Bombas centrifugas	Estancarios	Cegonhas	Escarcador de serra simples	Escarcador de serras dobradas	Prensas	Distillação Collares	Moendas horisontaes	Ralador de mandioca	Corta raizes	Debulhadores manuaes	Moinhos francezes de mós de pedra	Limpadores ou peneiros	Serviçaes	Producção: Quantidade	Producção: Valor em réis	Numero de carros usados nos transportes
Semeão José d'Oliveira	Cavalleiros	–	53 hectares	2	–	1	1	–	1	–	–	–	–	1	–	–	–	–	44	—	–$–	–
Francisco da Cunha Oliveira Carvalho	Cavalleiros	–	21 hectares	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	24	—	–$–	–
José Gonçalves da Torre	Cavalleiros	–	24 hectares	1	5	1	–	–	1	–	–	1	1	1	–	–	1	–	55	—	–$–	–
Casal de B. F. de Figueiredo e Castro	Cavalleiros	–	500 hectares	–	–	–	–	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–	–	49	—	–$–	–
Vasconcellos B. Côrte Real do Canto	Cavalleiros	Milho e hortaliças	93 hectares	2	6	2	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	50	300 hect·litros—milho	36$000	3
Joaquim de Paiva Ferreira	Boa Esperança, Boa Vista e Macalla.	Mantimentos e algodão	343h,62a,50c	1	6	–	2	3	1	–	–	–	–	1	–	–	–	–	30	—	–$–	2
Carlos Rodrigues da Silva Castanheta	Caranjambo	Canna saccharina	350 hectares	–	–	–	2	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	120	11:623 litros—aguardente	2:000$000	3
Emilia de Sousa Duarte Adan	Bemfica	Idem	36h,8a	–	–	–	2	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	19	550 litros—idem	180$000	–
Rosario Moqueira Nunes	Boa Esperança	Idem	2h,33a,80c	–	–	–	1	–	–	–	–	1	1	1	–	–	–	–	9	300 litros—idem	200$000	–
João Silveira d'Avila	Boa Esperança	Canna saccharina e batata doce	4h,70a,19c	2	5	–	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	19	320 litros—idem	300$000	1
Ayres Correia	Boa Esperança	Canna, algodão e cará	29h,63a,70c	–	–	–	–	3	–	1	1	1	1	–	–	–	–	–	107	2:790 idem e mantimentos	700$000	2
Antonio Moreira da Silva e Sousa	Casados	Algodão, canna, milho e batata ingleza	250h,48a,45c	2	4	1	1	2	1	–	1	1	1	–	–	–	–	–	96	3:720 idem, alg. mantim.	1.236$000	3
Elias Fortunato	Varzea União	Nenhuma	10 hectares	2	5	–	2	–	1	–	1	–	1	1	–	–	–	–	49	Nenhuma	–$–	1
Casal de Luiz Soares Ferreira	Hortas e Boa Esperança	Canna e batatas	4 hectares	–	–	–	–	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	8	500 litros—aguardente	120$000	2
Maria Augusta de Lima	Hortas e Boa Esperança	Canna e cará	8h,51a	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	—	–$–	2
Venancia da Cunha d'Oliveira Carvalho	Cavalleiros	Mantimentos	21 hectares	–	–	–	2	–	–	–	–	1	–	1	–	–	–	–	24	Nenhuma	–$–	–
Manuel Pinto e Silva	Hortas e Boa Esperança	Canna saccharina, cará, hortaliças e pastagens	19h,99a,50c	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1	–	–	–	–	–	26	465 litros—aguardente	100$000	1
João Ferreira Duarte Leitão	Boa Esperança, Hortas e arrabaldes da villa	Mantimentos e fructas	8 hectares	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	39	—	15$000	–
João Vieira	Boa Esperança	Mantimentos	5 hectares	–	–	–	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	12	—	150$000	–
Francisco Antonio de Brito	Boa Esperança	Canna saccharina, mantimento	3h,56a,40c	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4	500 litros—idem	150$000	1
Florencia d'Assumpção	Boa Esperança	Pastagens	14h,8c	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4	—	–$–	–
Francisco Antonio Mesquita	Boa Esperança	Canna e hortaliças	20h,80c	–	–	–	–	4	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	200 litros—idem	55$000	1
João Dolbet da Costa	Boa Esperança	Canna, cereaes, cará e hortaliça	8h,46a	1	5	–	1	4	1	–	1	1	1	1	–	–	–	–	8	1:495 litros—idem	300$000	2
José Maria do Prado	Bemfica e Hortas	Canna e pastagens	40 hectares	–	–	–	–	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	26	1:320 litres—idem	200$000	1
Antonio Accacio d'Oliveira Carvalho	Arrabaldes da villa	Canna saccharina, mantimento.	160 hectares	1	4	–	2	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–	46	3:990 litros—idem	600$000	1
Sousa & Irmão	Varzea União	Mantimentos	24h,90c	–	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5	Alimentação para o pessoal	–$–	–
Casal de João José d'Oliveira	Hortas, Boa Esperança, Fernando, Corneta	Canna, cereaes, cará e hortaliças	24h,62a,89c	2	5	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	20	1:333 litros—aguardente	200$000	1
Figueiredo & Irmão	Coroca, Santa Rosa e S. Bento do sul	Cereaes, cará, algodão, canna e mantimentos	600/180 hectares	2	5 a 8	–	–	7	1	–	1	1	1	1	2	1	2	1	130	—	7:200$000	3
João Dolbet da Costa	Coroca	Algodão, cará, canna e mantimentos	100 hectares	–	–	–	–	3	1	2	1	–	–	1	–	–	–	–	51	—	950$000	1
Manuel Alves de Carvalho	S. Pedro do sul	Algodão e mantimentos	113 hectares	–	–	–	–	3	–	–	1	–	–	–	–	–	–	–	10	—	300$000	1
João Duarte d'Almeida	S. João do sul	Algum sorgho, canna, cereaes e mantimento	1:237h,69a	1	–	–	–	3	–	2	2	1	1	1	1	–	1	–	80	—	3:000$000	4
Ferrão e Minas	Giraul	Mantimentos, cará e canna	35 hectares	1	4	2	–	–		–	–	1	1	–	–	–	1	–	13	Variavel	–$–	2
Manuel José Alves Bastos	Quissongo Papagaio e Giraul	Alguma canna e cará	70h,55a	5	3 a 6	2	2	–	–	2	2	–	–	2	2	1	1	1	100	13:950 litros—aguardente	5:000$000	4
João Leitão	Giraul	Canna e mantimentos	135 hectares	1	5	–	1	–	1	–	1	1	1	1	1	–	–	–	39	—	1:200$000	2
Henriqueta de Moura	S. Nicolau	Canna e mantimentos	50 hectares	1	5	–	1	–	–	–	–	1	1	–	1	–	–	–	100	69:751 litros—idem	6:000$000	1
João Duarte d'Almeida	S. Nicolau	Sorgho, cará, canna e cereaes	60 hectares	1	5	–	–	–	1	–	1	1	1	–	–	–	1	–	120	37:200 litros—idem	3:500$000	1



Fazenda agrícola em Capangombe - a Tampa - propriedade do sr. Costa Jubim

CAPITULO III

CONCELHO DE CAPANGOMBE

Compreende a faixa interior e arborizada da zona baixa, que se prolonga com as vertentes ocidentais da cordilheira da Chela. A sua área é de 32,650 quilómetros quadrados, dos quais apenas 5000 hectares estão cultivados por 26 propriedades agrícolas estabelecidas nas linhas de água que correm da Chela.

A área agricultada compreende a povoação de Capangombe e os vales da Bibala, Muninho e Bumbo.

A povoação, sede do concelho, está situada sobre uma planície acidentada, limitada a leste pela Chela, que se estende de norte a sul e pelas montanhas que marginam os rios Muninho e Jimba (Dymba). A sua altitude é de 600 metros sobre o nível do mar. Compõe-se de uma espaçosa fortaleza bem construída, dominando todo o vale do Bumbo, serve de residência à autoridade administrativa e militar do concelho; e de meia dúzia de casas particulares fazem negócio de permutação com os indígenas.

As propriedades agrícolas, que são o elemento de vitalidade desta fertil região, ocupam os vales da Bibala, Muninho e Bumbo, cujos terrenos são feracíssimos e apropriados a variadas culturas, em especial ao algodão, cana sacarina, café, cereais e legumes.

Os principais rios, que pela abundância e permanência das suas águas fertilizam os terrenos agrícolas, são: o Muninho, que irriga o vale da Bibala ao norte do concelho; nasce na Chela, segue de nordeste para sulsudoeste indo lançar-se no rio Bumbo.

0 Jimba tem a sua origem nos contrafortes da Chela, recebe as águas de diversos regatos que nascem nas portelas da Leba e Bruco e vai engrossar as águas do Bumbo.

O Bumbo nasce na cordilheira, atravessa uma importante fazenda, fertiliza a bacia de Capangombe e depois de receber as águas dos antecedentes forma o rio Giraúl.

Das 26 fazendas deste concelho algumas estão bastante prósperas por ficarem situadas nas vertentes da Chela, onde aproveitam os ricos mananciais de água permanente que corre do planalto, tais são: as propriedades da Tampa e Bumbo. Outras, que ocupam as margens dos rios à distância das suas origens, estão sujeitas a alternativas de progresso e decadência por falta de água e pela prolongada estiagem, que tem reduzido consideravelmente a área das suas culturas, limitando-se os seus proprietários a plantar exclusivamente cereais e legumes para sustento dos serviçais, tais são as fazendas do vale do Muninho.

A agricultura acha-se pois n'este concelho em estado de decadência e fácil será prever o abandono desta rica zona se não houver meio de obter água, ou seja por intermédio de um canal collector que reúna todas as águas da Leba, Bruco e outros pontos da Chela e as leve às fazendas mais desviadas das linhas de água, ou por meio de poços artesianos, que se nos afiguram realizáveis, atentas as condições que atrás deixamos apontadas.

Para avaliar da influência da rega nestes terrenos basta saber-se que uma área, que em anos de chuvas produzia 2000 arrobas de algodão, atualmente esterilizada pelas secas, apenas produz 300. Para suprir estas deficiências, todas as fazendas possuem poços que fornecem água para as regas por meio de bombas centrífugas e estanca-rios.

As principais produções são: o algodão, a cana sacarina, café e trigo, no valor anual de 20.000$000 réis. O clima de Capangombe é bastante insalubre por causa do grande número de pântanos que se originam na estação das chuvas. Durante esta quadra dominam as formas mais graves da intoxicação palustre.

A temperatura é bastante elevada e pouco benefício recebe dos ventos do quadrante do sueste, que correndo tangencialınente ao planalto numa altitude de 2000 metros não chegam a refrescar as camadas inferiores da atmosphera, que ficam como que estagnadas nos vales limitados pela Chela. Esta cordilheira forma uma alta barreira que se opõe ao acesso dos ventos frescos do planalto. Apenas durante a estação seca, de maio a outubro, a temperatura é moderada pelas brisas que sopram do mar.

Mappa estatístico da população, gado, propriedades etc., do concelho de Capangombe

Mappa estatistico da população, gado, propriedades etc., do concelho de Kapangombe

População			Especies pecuarias					Área		N.º de fazendas		
										Valles		
Brancos	Pardos	Pretos	Jumentos	Bois	Porcos	Carneiros	Cabras	Total	Cultivada	Bumbo	Moninho	Biballa
30	50	8500	12	300	50	200	150	32650 k.²	5000 h.		26	

Mapa das principais fazendas agrícolas do concelho de Capangombe, culturas principais, produção, máquinas, etc.

Mappa das principaes fazendas agricolas do concelho de Kapangombe, culturas principaes, producção, machinas, etc.

Nomes dos proprietarios	Designação das principaes fazendas agricolas	Culturas dominantes	Producção media annual				Valor	Machinas e engenhos empregados						
			Aguardente	Algodão	Trigo	Café		Moendas verticaes	Moendas horisontaes	Apparelhos de distillação	Descaroçadores de algodão	Prensas de enfardar	Estancas-rios	Motores hydraulicos e rodas
Neves	Moninho e Jimba de baixo.	Algodão, cana	69:000 litros	80:000 kilos	5000 kilos	800 kilos	20:000$000 réis	3	3	8	15	15	5	3
Pedro Augusto Chaves	Jimba.	» »												
Casal de Campos	Jimba.	» »												
Nestor da Costa	Moninho.	Algodão, cana, milho												
Vital do Canto	»	» » »												
José Luiz Rodrigues	»	» » »												
Vital do Canto	Bumbo.	» » »												
José Antonio Fernandes	»	» » café												
José Martins Ferreira	»	» » café												
Brandão	»	» » »												
Manuel Alves Bastos	Bruko.	Milho, café												
Francisco da Costa Jubim	Tampa.	Algodão, cana, milho												
Santos & Bastos	Maconji.	» » trigo												
Souza & Costa	Biballa.	» » milho												
Manoel Alves Bastos	»	» » »												
Casal de Campos	»	» » »												
Vital do Canto	Leba.	» trigo, milho												

CAPÍTULO IV

A ZONA ALTA

Forma a região planáltica colonizada e explorada pela raça europeia.

Confina ao norte com o planalto de Caconda no districto de Benguella; a leste e sul é circundada pela porção do rio Cunene, que corre de norte a sul desde o Luceque até á Hinga e daí curva-se na direcção do oeste até a foz; a oeste tem por limite natural a extensa cordilheira da Chela, prolongando-se ao norte com as serranias de Tyminga, Ulonde e Huambo até o curso do rio Cuanza, e ao sul pega com a serra de Caná e, após ligeira interrupção produzida pelo leito do Cunene, alonga-se pelo Ovampo dentro em direcção norte-sul até à Grande Namaqua, ocupando uma extensa linha de 400 milhas.

A sua altitude média é de 1800 metros sobre o nível do mar.

Esta gigantesca barreira, originada em remotas convulsões geológicas, formava o relevo da costa africana banhada pelo oceano, que então cobria o deserto arenoso da zona baixa, que pouco a pouco se foi erguendo, pondo a descoberto este extenso fundo do mar cretáceo. Esta teoria, fundada no estudo e confrontação dos caracteres geológicos das duas zonas, é sustentada pelos sábios exploradores Capello e Ivens na sua obra *De Angola à Contra-Costa*.

> Barreira gigante feita e ajeitada durante as épocas geológicas remotas no gnaisse e na quartzite, abrange longa linha de terrenos, formando pelo oeste um sombrio paredão, que foi por espaço de séculos sentinela ao continente e protecção ao movimento convulsionado do mar, defendendo com a sua gneissica testada a acção corrosiva deste na terra continental.

Outrora o seu aspecto devia ser muito diferente. Batidas pelos ventos marinhos, lavadas a miúdo pelas águas espumantes, essas penedias erguiam-se certamente áridas e enegrecidas, contrastando pela tristeza com a paisagem mais suave de hoje.

O afastar do oceano, do ruído e da sua vária influência desviou dali a causa originária da pertinaz luta entre o viver vegetal e a ação triunfante das brisas do mar, e então, em vez das salgadas águas, que lhe lavavam os sopés, vieram ou continuaram os doces arroios do alto a sua obra benéfica em favor do mundo vegetal.

É majestosa e imponente a impressão que recebe o viajante ao contemplar do vale de Capangombe a elevada linha sinuosa bordando o relevo dos altos píncaros, que abruptamente emergem do solo, estampando no fundo azul do espaço caprichosas configurações, que por momentos lhe surpreendem o espírito em muda admiração perante a grandiosa obra da natureza.

Por quatro gargantas se pode subir de Capangombe ao planalto da Chela, e são: as portelas do Bruco e Leba, a aberta de Quilemba, o vale do Tandiriquita e modernamente a portela do Hoque descoberta pelos caçadores boers.

A portela do Bruco, fronteira á fortaleza de Capangombe, é uma abertura rasgada a prumo na rocha, cujas arestas contornam em bordos nítidos e salientes escalvados paredões cortados a pique, contrastando com a luxuriante vegetação, que ocupa o estreito vale refrescado por benéfica briza e irrigado por muitos regatos de cristalina água, que brota aos borbotões da rocha.

A ascensão por esta portela faz-se por dois enormes degraus: o primeiro compreende o socalco do Bruco com o desenvolvimento de 1000 metros de altitude. O caminho segue em caprichosos zig-zags por entre tufos de viçosa e gigantesca arborização, desde a odorifera jasminea que embalsama o ar com o seu aroma até ao colossal bao-bab, que domina a cena com os seus musculosos braços estendidos em asas carinhosas por sobre as delicadas flores, que inclinam as mimosas corolas para os regatos alegres e ruidosos serpeando por entre as fragas.

O segundo degrau compreende a Chela, cuja subida se torna cada vez mais íngreme, diminuindo o porte da vegetação até o arraial de Caionda, onde as rochas áridas se sucedem terrenos argilosos avermelhados pelos óxidos de ferro, e a vegetação se torna raquítica,

substituindo-se por largos tratos de terreno coberto de capim. A altitude é de 1829 metros. Seguindo por esta várzea desemboca-se no concelho da Humpata ao sul da serra da Neve.

A estrada que corre por esta portela, foi construída no tempo do governador Fernando Leal. Apesar de um pouco arruinada pelas enxurradas na parte correspondente ao socalco da Chela, revela um vigoroso trabalho de arte talhado por mão de mestre. A portela da Leba, fronteira à Tampa, forma um estreito vale, que corre a NW da fortaleza de Capangombe. A sua ascensão faz-se por dois degraus: o primeiro é formado por uma montanha bastante íngreme da cordilheira da Leba com a altitude de 900 metros. Vencida esta barreira, segue-se outra mais extensa, que termina por uma superfície plana, sobre a qual cai uma magnífica queda d'água de 30 metros de altura, formando um belo lago de forma triangular circundado de vigorosa vegetação. Nesta assentada encontra-se uma propriedade agrícola, que produz trigo, milho, cará, feijão, etc. A altitude deste segundo degrau é de 1900 metros. Daí passa-se ao valle do rio Lubumbi, que conduz ao concelho da Humpata pela cordilheira da Leba, cuja maior altitude é de 2400 metros. A subida por esta portela é bastante incômoda pelo acidentado do terreno em arestas e depressões cavadas pelas águas que brotam das cachoeiras da Leba.

A abertura da Kilemba, fronteira ao vale da Bibala, é ocupada pela estrada carreteira, que parte de Moçâmedes para as colónias do planalto.

É por esta quebrada que sobem os vagões boers carregados de mercadorias. A estrada alonga-se em muitas curvas a fim de conservar a inclinação compatível com a subida dos carros. Desemboca ao norte do concelho do Lubango. Acha-se bastante arruinada por falta de reparação nos desnivelamentos produzidos pelas águas das chuvas.

Partindo da Bibala entra-se no vale do Tandiriquita, que conduz ao planalto por um carreiro tortuoso percorrido pelos indígenas. E o mais curto dos caminhos, podendo ser vencido em 4 horas, mas em compensação é o mais íngreme e que maiores dificuldades opõe à marcha. Possui densa arborização e vasto manancial de águas, que formam o rio Tandiriquita. Esta quebrada foi estudada pelo distinto engenheiro Machado, quando em 1898 procedia aos estudos do traçado do caminho de ferro de Moçâmedes para o planalto.

Há finalmente uma quinta garganta recentemente estudada pelo não menos distinto engenheiro Sampaio. Parece ser a mais suave das subidas e oferece boas condições de garantia para a construção de uma estrada carreteira, que substituirá com vantagem a aberta da Quilemba.

Esta portela começa na região do Hoque ao sul de Capangombe, atravessa a Bata-Bata e vai desembocar no Jau. A dar crédito às versões que correm, as dificuldades a vencer são insignificantes; a estrada acha-se naturalmente praticada em uma das encostas do vale conservando uma inclinação bastante suave em todo o percurso.

A maior altitude do planalto corresponde à parte ocidental limitada pela Chela; tem a média de 1800 metros: daí para leste e sul desce suavemente para o extenso vale do Cunene, onde atinge a altitude média de 1100 metros tomada na linha norte-sul que passa pelo Luceque, Quiteve e Humbe. Desta disposição em plano inclinado resulta que as águas pluviais colhidas na vasta bacia do planalto correm segundo a resultante das duas direções leste e sul, isto é, na diagonal que partindo da Huíla segue até ao Humbe; tal é a orientação natural do rio Caculuvar, principal artéria que reúne as águas das bacias do Nene, Lubango e Lupolo.

Os seus terrenos podem dividir-se em duas grandes categorias: enormes massas de gnaisse, que afloram do solo em montanhas e serranias mais ou menos arborizadas, cruzando-se em direções diversas a formar os vales agricultados e povoados pela raça europeia, e terrenos de cultura que ocupam os fundos destes valles. Este segundo grupo compreende quatro classes com aptidões vegetativas diversas: *primeira*, solos fracos, de cor amarela e base silicatosa, compõem os terrenos mais baixos: *segunda*, solos médios, de cor avermelhada pelos óxidos de ferro e de base argilosa, formam os terrenos altos: *terceira*, solos ricos, de cor cinzento-escura, com grande percentagem em húmus; *quarta*, solos de *ahara*, de cor parda, húmidos, pouco aproveitados por causa do excesso de humidade, ocupam as margens dos regatos e pequenos rios. Os primeiros formam a base dos terrenos das bacias do altos Lubango e Huilla. Os segundos constituem os terrenos altos da Humpata. Os terceiros formam o vale do Chimpunpunhime e do Caculuvar

desde a sua junção até ao Humbe e grande parte da bacia do Kunene. Os quartos marginam os regatos originados nas vertentes das serras que circunscrevem as bacias do Lubango e Huilla.

Estes terrenos possuem ótimas aptidões vegetativas para todas as culturas da Europa, produzido com abundância e maior percentagem os cereais, folhas, legumes, hortaliças, árvores frutíferas das regiões extra-tropicais e muitas culturas próprias dos países quentes, como: a cana sacarina, algodão, café, cará, etc., além de uma infinidade de árvores frutíferas dos trópicos.

Posto que com a altitude decresce o porte da vegetação, encontram-se nestes terrenos extensas florestas, que fornecem excelente madeira e frutos de apreciado valor para os indígenas.

Sistema fluvial

A rede fluvial da zona alta é formada pelos rios Cunene, Caculuvar, Nene ou Chimpumpunhime e os seus afluentes.

O Cunene é a grande artéria que recolhe as águas de todo o planalto da Chela por intermédio do seu tributário, o Caculuvar, que tem como principal afluente o Nene.

A porção do Cunene, para a qual derivam as águas do planalto, forma um caudaloso rio que corre em direcção norte-sul desde o Luceque até ao Humbe. Aí forma uma longa curva, circunda a Donguena e, chegando à Hinga, dá um salto gigantesco precipitando-se no leito arenoso; toma o rumo do oeste desaguando no oceano ao sul da Baía dos Tigres na latitude do paralelo 17˚.

Durante este longo percurso recebe enorme massa de águas pluviais conduzidas por numerosas dambas ou *mulolas* que sulcam a parte oriental e sul do planalto.

Banha grande número de países, fertilizando as suas zonas marginais: a ocidente, o Luceque, Mulondo, Quiteve, Camba, Humbe, Donguena; a oriente: Gangela, Vale, Cuanhama, Kuamatui, Hinga, Kualuhundi e Donga.

Durante a quadra das chuvas torrenciais, de janeiro a maio, as águas do Cunene espraiam-se pelos terrenos marginais produzindo inundações que se estendem a distâncias de 2 e 3 léguas. As águas correm ruidosas com extraordinária velocidade, arrastando na sua massa

enegrecida árvores colossais, *cubatas*, bois, etc. Passada a quadra chuvosa, vão lentamente baixando e recolhendo ao leito. Depositam sobre os terrenos alagados grande quantidade de matérias orgânicas que os fertilizam, tornando-os aptos para as culturas indígenas.

Esta grande artéria é navegável na estação seca desde as alturas do Luceque até às cataratas entre a Hinga e o sul da Donguena. De agosto a novembro o seu volume reduz-se consideravelmente podendo ser atravessado a vau em diversos pontos, mas não chega a secar.

O rio Caculuvar (Kakulo-bale) tem as suas origens nas montanhas que formam a bacia do Lubango. Irriga as colónias Sá da Bandeira e do Caculuvar, segue ao rumo do leste, curva-se para o sueste fertilizando os terrenos marginais na extensão de 30 quilómetros, que formam o seu valle superior, e, chegando á Quihita a sueste da colónia da Chibia, recebe as águas do Chimpumpunhime: daí corre ao sul até o concelho dos Gambos no parallelo 16°; tomando de novo o rumo do sueste atravessa o sobado do Humbe lançando-se no Cunene a distância de 2 léguas a sueste da fortaleza.

No seu percurso, que abrange aproximadamente dois graus, vai sucessivamente avolumando com águas derivadas por differentes mulolas, que drenam a vasta bacia compreendida entre os dois rios.

O seu vale inferior, que se estende da Quihita ao Humbe é bastante fertil produzindo com abundância as culturas indígenas. O rio Nene tem as suas origens na Cordilheira da Nebe, no concelho da Humpata. Por intermédio dos seus afluentes irriga as colónias de S. Januário e Palanca, toma o rumo do sueste, circunda a bacia da Huíla pelo lado do sul, vira a leste até a colónia da Chibia, fertiliza os seus campos marginais; daí até à confluência com o Caculuvar na Quihita toma o nome de Chimpumpunhime.

Os terrenos, que formam este vale são os mais férteis do planalto, e pela sua disposição em extensas várzeas de pequena acidentação, são os mais aptos para culturas europeias em longa escala.

Todos estes rios durante a estação das chuvas torrenciais adquirem grande volume de água, que transborda inundando os terrenos marginais e dificultando o trânsito. Estas inundações são proveitosas ou prejudiciais para os terrenos agricultados conforme a sua accidentada ação, da qual derivam maiores ou menores dificuldades ao livre curso das águas. É assim que na bacia do Lubango elas prejudicam a fertilidade dos solos agricultados, roubando-lhes grande parte das

matérias orgânicas, que vão sendo depositadas nas várzeas, por onde as águas correm desafrontadas e menos rápidas. No vale do Chimpumpunhime elas concorrem para aumentar o vigor vegetativo do solo das suas margens depositando nelas a riqueza orgânica arrastada dos pontos altos e acidentados.

Regime pluvial

O ano divide-se em duas estações: chuvosa e seca. A primeira começa em outubro e termina em abril; a segunda começa em maio e estende-se até setembro. Cada uma delas subdivide-se em duas partes. A estação chuvosa compreende duas quadras:das pequenas e das grandes chuvas. A primeira abrange os meses de outubro a janeiro, em que as chuvas são pouco abundantes, com intervalos de alguns dias, acompanhadas de pequenas trovoadas, que começam de dezembro em diante. Nesta quadra passam-se períodos de quinze dias em que não chove.

A quadra das grandes chuvas começa em janeiro e termina em abril, tendo o seu máximo em fevereiro e março. São chuvas torrenciais acompanhadas de medonhas trovoadas, que duram, em média, três horas. É a época em que aparecem numerosas torrentes e riachos; os rios transbordam inundando os terrenos marginais e dificultando o trânsito.

As chuvas obedecem a um regime certo.

Pela manhã o céu está limpido e a atmosfera pura sem manifestação alguma que pressagie uma borrasca. Ao meio dia começa a condensação do vapor de água em todo o planalto, apparecendo pequenos flocos de nuvens, que, a princípio destacados, vão-se pouco a pouco avolumando e fundindo em grandes massas acinzentadas arrastadas pelo vento sueste, que domina nesta quadra. Começa a chover das 2 para as 4 horas da tarde, raramente chove pela manhã e à noite. Em média chove torrencialmente duas horas seguidas, com fortes descargas elétricas.

Na quadra das pequenas chuvas as nuvens correm ao noroeste bastante afastadas da terra e em pequenas massas; as descargas eléctricas dão-se de nuvens para nuvens; na quadra das grandes chuvas, em que domina impetuoso vento do sueste, as nuvens reúnem-se em grandes massas, que correm aproximadas à terra; dão-se grandes e repetidas descargas elétricas das nuvens para a terra, caindo em regra as faíscas sobre as montanhas e rios, em cujas margens se

dão frequentes casos de fulminação. Na primeira quadra chove isoladamente em uma ou outra colónia conforme a quantidade de vapor condensado sobre a sua área e a predominância dos ventos; na segunda chove à mesma hora em todo o planalto e com a mesma violência. Em regra, as chuvas torrenciais não começam antes do meio-dia e não passam além das 6 horas da tarde.

Em abril decrescem as chuvas, e as trovoadas vão rareando, o vento sopra do nordeste ou noroeste.

A estação seca subdivide-se em duas quadras: a primeira abrange os meses de maio, junho e julho; é caracterizada pelo abaixamento brusco de temperatura de manhã e à noite, pelas ventanias que sopram do noroeste e pela formação da geada. É a quadra de maior frio, em que o termómetro baixa a 0 pela madrugada e sobe a 20 ao meio-dia. É a época das maiores variações termométricas.

A segunda quadra vai de julho a outubro. Desaparece a geada, a temperatura torna-se mais igual e os ventos sopram do norte e nordeste com pouca intensidade.

As variações termométricas acompanham as diferentes quadras do ano, mantendo um coeficiente constante em relação com a situação dos lugares.

A temperatura média, à sombra, de cada uma das colónias é a seguinte:

Estação das chuvas

Colónia Sá da Bandeira	Altitude……	1800m
	Temperatura media……	20°

Esta colónia está situada no fundo de uma bacia formada por montanhas altas ao norte, leste e sul; é desabrigada do lado do oeste.

Colónia Caculuvar	Altitude……	1780m
	Temperatura media……	19°

Está situada sobre a margem direita do rio Caculuvar em terreno desafrontado e varrido pelos ventos dominantes.

Colónia de S. Januário	Altitude……	1887m
	Temperatura media……	18°

Colónia *boer* da Palanca	Altitude……	1900m
	Temperatura media……	16°

A Humpata forma um planalto uniforme com pequena inclinação na linha norte-sul. É desabrigado de montanhas dando franco acesso aos ventos dominantes, que limpam os terrenos habitados de todas as impurezas. Reinam neste planalto durante o dia ventos frescos do noroeste.

Povoação da Huíla	Altitude……	1780m
	Temperatura media……	20°

Está situada dentro de uma vasta bacia formada ao norte e oeste pelas montanhas que limitam o planalto da Humpata, e ao sul pelos montes da Catala Pituaco. É desabrigada pelo lado oeste. Recebe os ventos frescos da Humpata, que lhe fica ao noroeste.

Colónias da Chibia e Ioba	Altitude……	1650m
	Temperatura media……	22°

Estão situadas, em terreno plano e desafrontado, nas margens do rio Chimpumpunhime.

Estação secca

Palanca	temperatura média	9°
S. Januário	“ “	10°
Sá da Bandeira	“ “	15°
Caculuvar	“ “	14°
Huíla	“ “	14°
Chibia Ioba	“ “	16

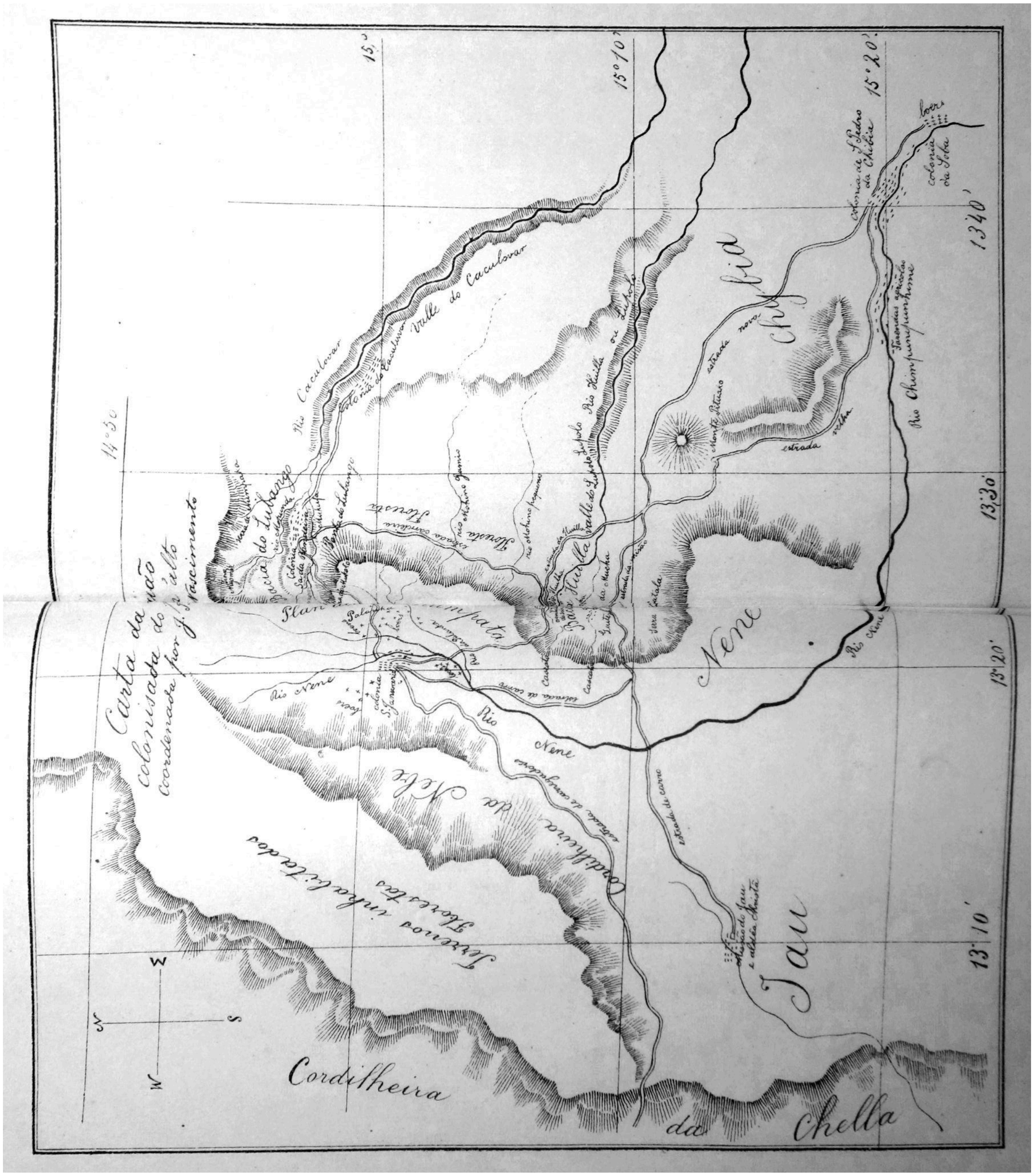
Os ventos dominantes são: na estação chuvosa o sueste e na seca o noroeste.

Sob o ponto de vista da adaptação da raça branca podemos dividir o planalto em duas zonas: a primeira, mais elevada e fria, ocupando a parte occidental fronteira a Capangombe, forma a área de colonização europeia a abrange os concelhos da Humpata, Lubango e Huíla com importantes núcleos de população branca: a segunda, interior, baixa e quente, ocupando a parte

sul e oriental da bacia do Cunene e vale inferior do Caculuvar, imprópria para a aclimação da raça branca pela insalubridade do seu clima, forma a área de colonização indigena e exploração comercial; abrange os concelhos dos Gambos e Humbe, e países limítrofes de Cunene, cujo estudo damos na segunda parte deste livro.

A área de colonização europeia compreende uma superfície com o raio de 60 quilómetros, tendo por centro a colónia da Chibia; é formada pelos concelhos da Humpata, Lubango e Huíla. O seu clima é salubérrimo, em tudo comparável ao da Madeira e norte de Portugal. Acha-se ocupada por colónias constituídas por portugueses oriundos da Madeira e províncias do norte de Portugal e holandeses da África, conhecidos com a designação de *boers* (homens do campo). Estas povoações estão bastante florescentes e para elas vão todos os meses grande número de famílias madeirenses, que desde a sua chegada entregam-se à agricultura e a diversas profissões, tais como: carpinteiro, pedreiro, serralheiro, sapateiro, etc.

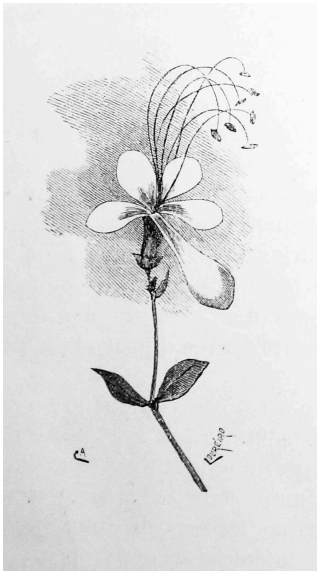
Neste planalto é realizável e está realizada a aclimação da raça branca. Há crianças, filhas dos colonos madeirenses e *boers*, em número mais que suficiente para provar a aclimação. Espalhados pelo antigo concelho da Huíla encontram-se numerosas famílias em 3° e 4° grau conservando puros os caracteres da raça caucasiana. Encontram-se neste planalto indivíduos robustos e sadios com 70, 81, e 90 anos de idade, que contam 20, 30 e 40 anos de residência contínua sem manifestar a menor alteração que revele resistência do organismo à sua adaptação ao novo meio. Esta adaptação é completa e como tal deve considerar-se como verdadeira aclimação. Provam-no as florescentes colónias madeirenses e *boers*, o grande número de crianças, a longevidade de muitos habitantes da Huíla e os seus descendentes.


Cordilheira
da
Chella
Jau
Nene
Rio Nene
Rio Caculovar
Valle do Caculovar

Na qualidade de médico naval tivemos ensejo de visitar e estudar a maior parte das nossas colónias da costa ocidental da África durante seis anos de permanência em diferentes climas. Percorremos todas as ilhas de Cabo Verde e Guiné e conhecemos os seus efeitos climatéricos e nosológicos. Estacionamos por várias vezes em S. Tomé e Príncipe, Ajudá, Luanda, Benguela e Moçâmedes, onde exercemos a profissão médica; pois bem, da comparação das condições climáticas e meteorológicas de cada uma destas localidades com o regimen etiológico e nosológico ficou-nos a profunda convicção de que só no distrito de Moçâmedes e em especial no planalto existe a verdadeira aclimação do europeu provada já por numerosíssimos factos.

As manifestações do impaludismo no planalto são tão atenuadas que perdem toda a gravidade. Resumem-se em febres palustres quotidianas e terçãs que duram pouco tempo sendo facilmente debeladas pelo uso do sulfato de quinino. As formas graves da intoxicação palustre não existem na área da colonização europeia.

As povoações, em que desde a sua chegada os colonos e imigrantes podem entregar-se aos trabalhos de campo e a differentes ramos de indústria, são: no concelho do Lubango as colónias Sá da Bandeira e Caculuvar; no concelho da Humpata as colónias de S. Januário e Palanca e no concelho da Huíla, a povoação deste nome e as colónias de S. Pedro da Chibia e Ioba. Além destas localidades já foram estudados e escolhidos novos terrenos para futuras colónias além da união dos rios Caculuvar e Chimpumpunhime.



CAPITULO V

CONCELHO DA HUMPATA

Estende-se pelo planalto da Humpata, (On-Pata) que ocupa a parte mais occidental da zona alta.

Compreende a colónia de S. Januário, habitada por madeirenses e holandeses e a Palanca ocupada exclusivamente por holandeses.

A sua área é de 8100 quilómetros quadrados, dos quais somente 150 hectares estão ocupados pelos colonos.

É formado por um sistema de montanhas e colinas distanciadas de 35 a 75 quilómetros dos solos agricultados, ficando por isso bastante desafrontados.

É limitado a oeste pela cordilheira da Chela; ao norte pela bacia do Lubango; a leste pelo vale do Lupolo e bacia da Huíla e ao sul prolonga-se pelo vale do Chimpumpunhime até aos Gambos.

É atravessado de nordeste para sulsudoeste por uma cordilheira com designações diversas, da qual a mais importante é a serra da Nebe.

Este concelho é sulcado por grande número de pequenos rios, sendo o principal o Nebe que reúne as águas de todos os outros. Este rio tem a sua origem de Serra do Nebe a N do concelho; atravessa a colónia de S. Januário abastecendo-a por meio de uma levada de 3 quilómetros. Durante o seu percurso toma diversas designações. A 12 quilómetros da povoação chama-se Gando, mais adiante tem o nome de Tybangala, mais abaixo, tendo recebido as águas de diferentes afluentes forma o Nene, que passa a ser denominado Chimpumpunhime desde que volta o seu curso a E e ESE até á sua confluência com o Caculuvar a S da Quihita. Tem como afluentes principais os rios Typandeu e Kanyange, que nascem a E da sede do concelho e vão

lançar-se nele a meio da colónia de S. Januario; o Kaienga, que nasce a W na serra do Huio e depois de um curso de 7 quilómetros lança-se no Nebe dentro da povoação.

A Palanka é formada por uma planície bastante uniforme, ondulada apenas por um sistema de colinas baixas. O seu principal rio é constituído por três riachos e após um percurso de 12 quilómetros lança-se no Nebe junto à lagoa do Gando.

Além d'estes rios o planalto da Humpata é irrigado por outros de menor importância, tais são: o Mutylambo, que fertiliza o Jau e o Melambe, que atravessa a Bata-Bata.

Colónia de S. Januário

Está situada na parte central deste planalto com a altitude de 1887 metros. O seu clima é salubérrimo, com justa razão considerado o melhor de toda a zona alta. Possui abundância de água que é magnífica e contém ferro. Os seus terrenos são férteis e prestam-se a todas as culturas europeias.

Foi fundada em 1881 por um grupo de famílias holandesas que haviam emigrado do Transvaal e se estabeleceram em território português mediante autorização do governo.

Em 1883 o governo mandou reforçar este núcleo de colonização com os sobreviventes da extinta colónia Júlio de Vilhena, e em 1885 começou a corrente de imigração madeirense.

Os colonos *boers*, até então únicos senhores desta fertil e salubre região, desgostaram-se da proximidade turbulenta dos seus novos vizinhos e concorrentes, que foram perturbá-los no seu viver pacifico, armando-lhes futeis questões por causa da divisão dos terrenos e partilha das águas e sobretudo por serem indivíduos da mais baixa esfera, indolentes e viciosos; venderam os seus terrenos e foram estabelecer-se na Palanca: alguns, mais descontentes, tomaram a resolução de regressar para o Transvaal.

Do primitivo núcleo *boer* que iniciou a colónia de S. Januário ficaram residindo nela apenas doze famílias.

A maior parte dos colonos da extinta colónia Júlio de Vilhena abandonaram o planalto em 1885, época em que findaram os seus contratos.

Da colónia madeirense, que já formava um importante núcleo, foram retirados 44 indivíduos de ambos os sexos que se estabeleceram no vale do Chimpumpunhine fundando a colónia de S. Pedro da Chibia, sendo mais tarde reforçada com algumas famílias pertencentes à colónia Sá da Bandeira.

A colónia madeirense em S. Januário compõe-se de 28 famílias com 149 pessoas. Este número porém vai crescendo por isso que o governo, tomando em atenção a fertilidade dos terrenos da Humpata, o seu rico manancial a de águas, a salubridade do seu clima e a conveniência de ter ao lado dos *boers* portugueses que contrabalançam a sua influência, resolveu estabelecer uma vasta colonização madeirense no vale do Nene.

Esta povoação está em comunicação com a colónia Sá da Bandeira e Huíla por meio de 2 estradas carreteiras com a extensão de 17 quilómetros cada uma.

A povoação, sede do concelho, compõe-se de grande número de casas de colonos madeirenses e *boers*, dispostas com pouca regularidade e alternando com os terrenos agricultados, a que dão o nome de arimos. A maioria destas casas são feitas de adobe (espécie de tijolo endurecido ao sol) e cobertas de colmo.

Existem oito ruas cujos nomes são: Bela Vista, Francisco Costa, Bettencourt, S. Sebastião, Mercado, Frederico Botha, Piter Botha, Acampamento. Há uma avenida com o nome de Eleutherio Dantas e um largo denominado Praça da Colónia.

As edificações públicas compreendem: a residência do director da colónia e chefe do concelho, casa ordinária e sem comodidades; é construída de adobe e coberta de colmo; nela estão instaladas as repartições públicas; o quartel do esquadrão de cavallaria, composto de duas cavalariças, uma enfermaria para os cavalos e casa da arrecadação, cobertas de ferro zincado; uma casa arruinada em que vivem os soldados; a cadeia acanhada e mal construída; a capela em ruínas.

Existe um templo protestante mandado construir por subscrição aberta entre os *boers*.

Os arimos dos colonos ocupam 150 hectares de terrenos cultivados. As principais culturas são: trigo, batata doce, batata inglesa, milho, feijão, ervilha, fava, hortaliças e árvores de fruto. A

vinha dá-se bem nestes terrenos e alguns colonos já têm fabricado pequenas porções de vinho, que é de boa qualidade.

Colónia da Palanca

Fica a 7 quilómetros a sueste da colónia de S. Januário. É habitada por 60 famílias holandesas com 323 pessoas. As casas estão situadas à distância de 1 e 2 quilómetros umas das outras, ocupando uma área enorme sulcada de estradas em todas as direcções.

Os *boers* não gostam do bulício, amam a vida isolada em que não tenham a sofrer questões de vizinhança. As suas casas são bem construídas, espaçosas, cómodas e muito asseadas.

Os *boers* são muito dedicados a Portugal, e têm prestado relevantes serviços na manutenção do nosso domínio nos sertões dos distritos de Moçâmedes e Benguella, concorrendo poderosamente pelo seu prestígio e influência para submeter e avassalar muitos povos rebeldes. É certo que são dotados de um espírito altaneiro e independente e não se sujeitam nem amoldam a leis, códigos e mais fórmulas de administração pública, pelo que tem sido injustamente mal apreciados, mas é incontestável que são homens de uma raça superior, dotados de inquebrantável força de vontade, honestos, sóbrios e trabalhadores. O distrito de Moçâmedes e em especial o planalto deve-lhes entre muitos melhoramentos a paz octaviana que hoje desfruta em benefício da sua agricultura e comércio. Foram eles que domaram os irrequietos povos indígenas deste planalto, castigando com rigor os roubos e morticínios praticados contra os brancos, que então viviam sob a tutela dos régulos. São eles que nos momentos de angustiosas crises por que passam os poucos portugueses internados pelos vastos sertões do Cubango, Bié e Humbe, correm generosamente em auxilio das nossas diminutas forças, incutindo-lhes ânimo para arrostarem contra as tremendas hordas de selvagens, que ameaçam de vez em quando aniquilar o nosso prestigio, pondo em evidência as suas altas qualidades de guerreiros afeitos às inclemências da vida do matto e vertendo o seu sangue, sacrificando a os bens em defesa dos nossos interesses. As campanhas do Cubango, do Bié e do Humbe são documentos perduráveis, que atestam a veracidade das nossas palavras.

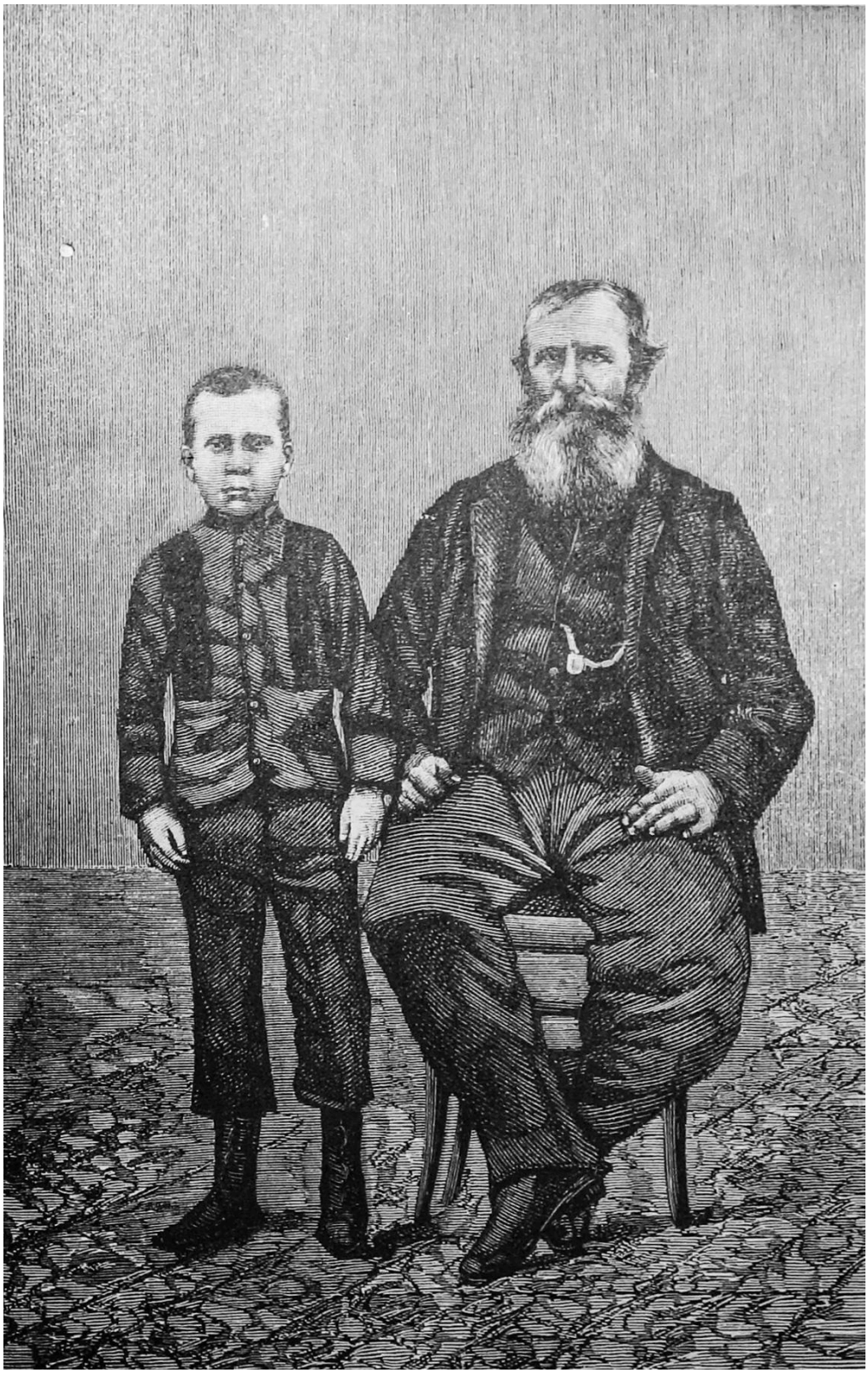
Quando em 1881 entraram os *boers* no nosso território, a nossa influência no planalto era insignificante; os pequenos núcleos de portugueses, que então viviam na Huíla e no Humbe, dependiam da autoridade dos povos indígenas que consideravam irrisória a nossa autoridade,

mais nominal do que real. De então para cá travaram-se sangrentas lutas entre os indígenas e os *boers* acostumados a dominar a raça africana, até que prevaleceu a influência dos últimos em benefício da nossa autoridade, que passou a ser acatada e respeitada pelos vencidos.

Não comportam os acanhados limites deste modesto trabalho um estudo detalhado sobre estes corajosos pioneiros da África, sobre a sua influência na civilização africana e os longos serviços desinteressadamente prestados a bem do nosso domínio. A história comovente da sua peregrinação do Transvaal à Humpata através do deserto do Kalahari, as fadigas, perseguições e desgraças que os acompanham, são magistralmente narradas pelo distinto major Arthur de Paiva, na segunda parte do seu bem elaborado relatório sobre a campanha do Bié.

Não podemos esquivar-nos a transcrever alguns períodos de interesse palpitante para quem deseje conhecer o carácter e os costumes destes bravos descendentes de Pretorius.

> De caráter tenaz, espírito independente e dotado duma força de vontade incomparável, tem contudo recuado passo a passo em face das exigências de uma civilização gananciosa, oculta sob a capa humanitária e simpática do progresso do indígena, e da engrenagem complicadíssima da máquina governativa, cuja teoria burocrática inexplicável ao seu modo de pensar, prático e simples, não compreendia.
>
> Cioso de liberdade repele toda a inovação tendente a cercear-lha. Foi assim que o Transvaal se achou sob o domínio do verdadeiro *boer*, o *voortrekker,* cujo tipo característico tivemos ocasião de observar. Era de prever que um povo em que predominava o elemento expulso da Europa pela revogação do Edito de Nantes e perseguições religiosas que se seguiram em diversos países, descendendo na maior parte de famílias de antiga pobreza, activas e pouco costumadas a dobrar o cerviz, se não amoldasse nos sertões africanos à vontade, muitas vezes despótica, dos governantes, possuindo vasto campo onde exercer a sua actividade e força para repelir imposições que lhe não agradassem. Além disso, a sua educação bíblica levava-os a imitar a vida nómada dos antigos patriarcas; e os êxodos em busca de terra prometida sucederam-se uns aos outros sem que as autoridades do Cabo lhes pudessem pôr impedimento.



Boers

Os *boers* são em geral valentes e aguerridos.

São tão agricultores como qualquer dos chamados agricultores do planalto, e sabem mais sobre o assunto do que muitos deles.

Além disso, o *boer* é criador de gado, ferreiro, carpinteiro, sapateiro, curtidor, etc. Sabe das artes mais indispensáveis o bastante para construir a sua casa, consertar o seu carro, curtir o couro com que faz o calçado para si e sua família, fazer as suas mesas, cadeiras, camas, etc. É também grande caçador e a mulher e os filhos tomam a seu cargo as plantações se a sua ausência se prolonga.

Os seus costumes são simples e honestos. Respeitam muito o ministro da sua religião, não consentindo que ele tome uma parte activa nos seus negócios políticos, mas não desprezando também os seus concelhos.

Todos eles sabem ler e escrever ou pelo menos, assinar o seu nome, e são tão versados na escritura sagrada como os seus próprios ministros. Quando lhes faltam professores, a sua instrução rudimentar é transmitida de pais a filhos com uma persistência digna de louvor.

Ocioso será dizer que o colono madeirense comparado com o boer deixa muito a desejar. Boçal, ignorante, vicioso e indolente, escumado das últimas camadas da população baixa da Madeira, não produz a quarta parte do trabalho daquele, nem dispõe da energia e coragem para se impor no ânimo do indígena, que não lhe encontrando outros predicados, além da cor branca, que estabeleçam a supremacia de raça, olha-o como seu igual, um serviçal acostumado a viver sob o influxo da vontade alheia.

Para não nos desviarmos da orientação que nos impusemos, largamos de mão este assunto melindroso, que nos arrastaria a dizer verdades amargas, aliás dignas de madura reflexão por parte dos poderes públicos - Voltemos aos nossos prestimosos colonos holandeses.

O *boer* é agricultor , mas dedica-se com mais ativação à criação de gado, à caça e ao transporte de mercadorias nos seus espaçosos vagões. O *boer* considera-se rico, quando possui um vagão, uma manada de bois, um cavalo e uma arma aperfeiçoada. É lícito nos seus negócios e honrado nos seus contratos. Fala a língua portuguesa, mostra interesse pelo progresso das nossas colónias e admira a suavidade das nossas leis; com o que não se conformam é com a brandura dos nossos costumes para com os pretos. Dizem que nós estragamos o negro incutindo-ihe principios de civilisação que deve ignorar e dando-lhe importancia e attenção que não merece. Afora estes preconceitos de raça que derivam certamente das grandes lutas que os *boers* travaram com as raças indígenas para as subordinar à sua influência, e manter a supremacia da sua raça no interior de África, são excelentes pessoas, singelos no seu modo de vida patriarcal, afáveis no trato, atenciosos e prestáveis.

É convicção nossa que o célebre explorador Livingstone se deixou arrastar por um inqualificável espírito de animadversão contra os *boers* e porventura prestou demasiado crédito às narrações de muitos povos, que andaram em luta com eles. Só assim se explica a maneira agressiva e desleal com que o sábio explorador pretendeu denegrir os hábitos de vida nómada destes arrojados pioneiros da civilização e progresso africano.

Os terrenos da Humpata são férteis e apropriados a muitas culturas europeias; além de diversas variedades de trigos duros e molares e leguminosas, encontram-se nos arimos dos colonos muitas árvores frutíferas, tais como: nogueira, amendoeira, cidreira, pessegueiro, laranjeira, limoeiro, marmeleiro. pereira, macieira, amoreira, etc., todas com excelente desenvolvimento.

Existem algumas plantações de eucalipto de grande utilidade para o saneamento da povoação. Nas florestas, que se acham bastante desviadas das povoações, encontram-se muitas espécies vegetais, fornecendo ótima madeira para construção, tais são: a mupanda, com boa madeira clara aplicável a obras ligeiras, a sua casca é adstringente usada em larga escala na curtição dos couros; o munyende, cuja madeira é roxa, nodosa; a nocha de consistência rija; o mungôlo de cor amarela, fornece excelente madeira para obras de carpintaria; o pau, ferro, etc., etc.

A despesa feita pelo governo com esta colónia durante o ano económico de 1890-1891 foi de 2.185$000 reis, distribuídos em subsídio aos colonos, obras públicas, transportes etc.

Colonias de S. Januario e Palanka

Mappa estatistico da população, industria, etc., referido ao anno economico de 1890 a 1891

472	Numero de habitantes da colonia		
88	Numero de familias de colonos		
116	Maiores	Masculino	Sexos
118	Menores	Masculino	Sexos
105	Maiores	Feminino	Sexos
133	Menores	Feminino	Sexos
264	Masculino	Branca	Raças
208	Feminino	Branca	Raças
24	Masculino	Preta	Raças
46	Feminino	Preta	Raças
10	Masculino	Parda	Raças
8	Feminino	Parda	Raças
88	Masculinos	Casados	Estados
88	Feminos	Casados	Estados
–	Masculinos	Viuvos	Estados
1	Femininos	Viuvos	Estados
28	Masculinos	Solteiros	Estados
16	Feminino	Solteiros	Estados
12	Militares		Profissões
4	Negociantes		Profissões
1	Guarda livros		Profissões
3	De adobe com cobertura de ferro zincado		Numero de casas de habitação
1	De pedra e barro com cobertura de ferro zincado		Numero de casas de habitação
1	De adobe com cobertura de telha de barro		Numero de casas de habitação
99	De adobe com cobertura de colmo		Numero de casas de habitação
100	De pau a pique com cobertura de colmo		Numero de casas de habitação

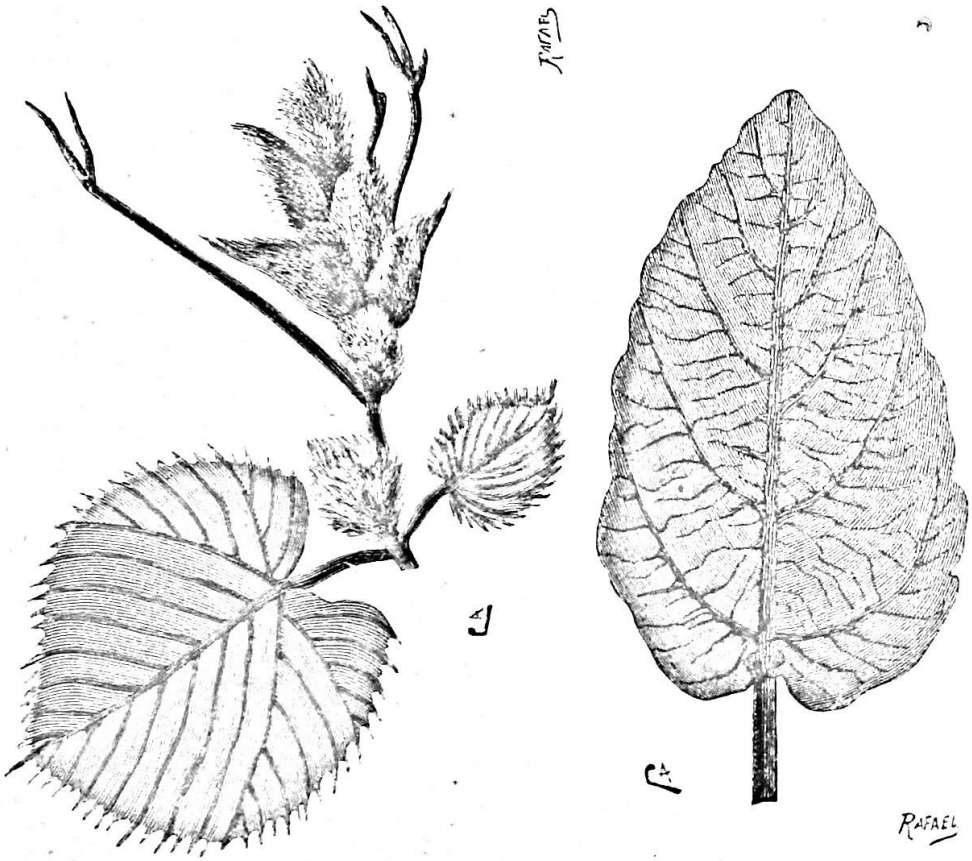
–	Pintores	Artes e officios
–	Alfaiates	Artes e officios
1	Barbeiros	Artes e officios
3	Carpinteiros	Artes e officios
–	Curtidores	Artes e officios
4	Pedreiros	Artes e officios
2	Moleiros	Artes e officios
–	Surradores	Artes e officios
2	Oleiros	Artes e officios
1	Marceneiros	Artes e officios
8	Serradores	Artes e officios
1	Sapateiros	Artes e officios
450	Jornaleiros e empregagados de agricultura	Artes e officios
1	Sapateiro	Officinas de
1	Oleiro	Officinas de
–	Funileiro	Officinas de
–	Alfaiate	Officinas de
–	Serralheiro	Officinas de
1	Carpinteiro	Officinas de
3	Moinhos	
1	Fornos de telha e tijolo	
–	N.s de alumnos	Instrucção primaria
–	N.o de alumnas	Instrucção primaria
4	Numero de estabelecimentos de venda de varios artigos	
27	Entrados	Movimento dos colonos durante o anno economico
1	Retirados	Movimento dos colonos durante o anno economico
12	Nascimentos	Movimento dos colonos durante o anno economico
4	Casamentos	Movimento dos colonos durante o anno economico
3	Obitos	Movimento dos colonos durante o anno economico

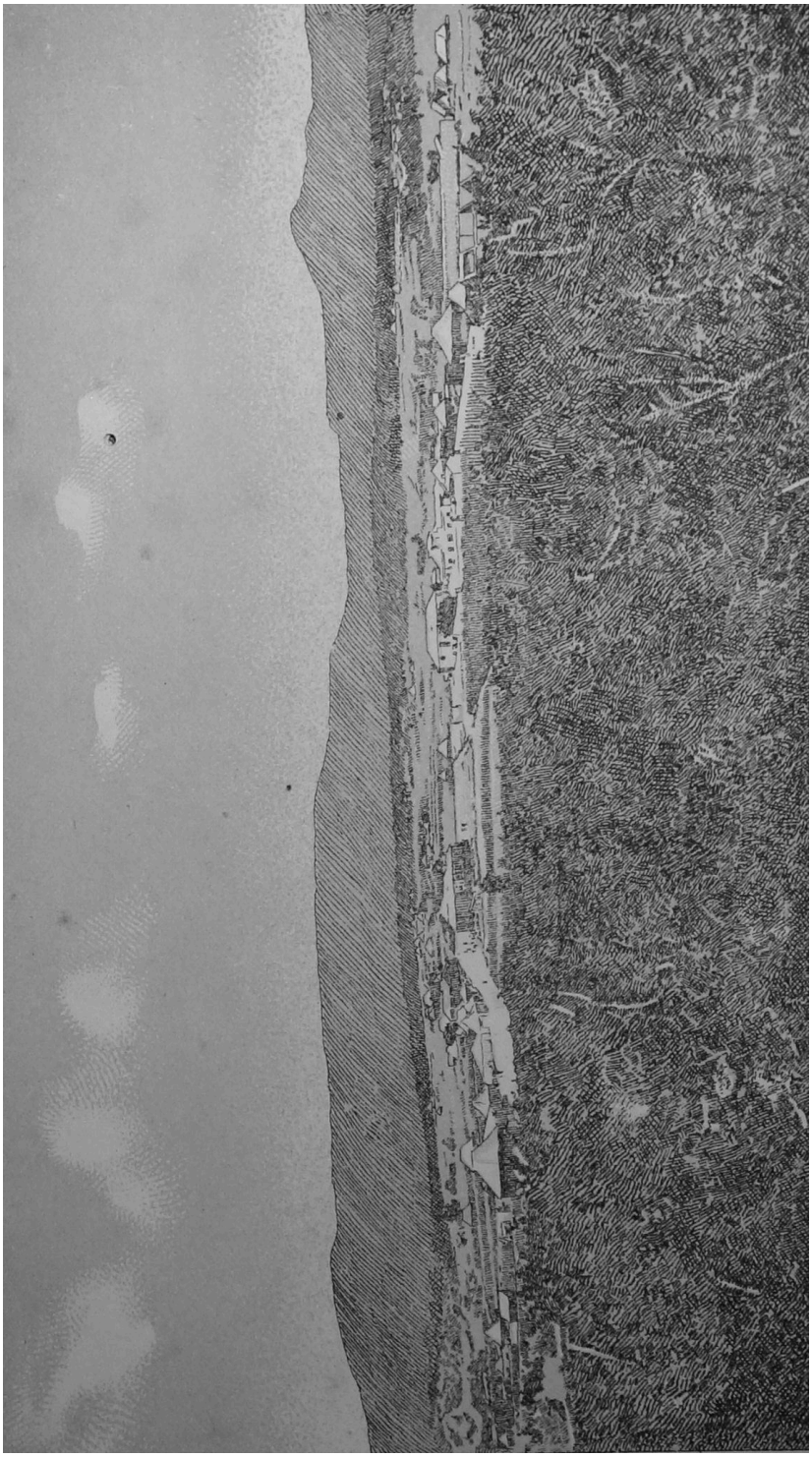
Colonias de S. Jamuario e Palanka

Mappa estatistico da producção agricola, referente ao anno economico de 1890-1891. — Arvores fructiferas e gado existente em 30 de junho de 1891. — Areas cultivadas, arroteadas, etc.

Producção agricola	50:729 litros	Trigo
	12:000 litros	Milho
	4:138 litros	Centeio
	1:564 litros	Cevada
	17:122 litros	Feijão
	55 litros	Grão de bico
	4:875 litros	Ervilha
	870 litros	Fava
	26:545 kilos	Batata ingleza
	250 kilos	Inhame
	50 kilos	Café
	29:616 kilos	Cará
	3:657 litros	Aveia
Arvores fructiferas e suas especies	60	Amoreiras
	560	Pecegueiros
	3	Castanheiros
	60	Figueiras
	2	Cerejeiras
	150	Larangeiras
	20	Limoeiros
	6	Tangerineiras
	18	Cidreiras
	20	Goiabeiras
	25	Bananeiras
	60	Oliveiras
	2:800	Videiras
	180	Romanseiras
	12	Ginjeiras
	2	Amendoeiras
	27	Nespreiras
	6	Pereiras
	18	Marmeleiros
	29	Macieiras
	6	Nogueiras

Gado e suas especies existentes na colonia	3:080	Bois
	300	Vaccas
	200	Carneiros
	100	Ovelhas
	280	Cabras
	200	Porcos
	3	Cavallos
	1	Eguas
	1	Jumentos
Generos vendidos na colonia	32:000 litros	Trigo
	1:970 kilos	Batata
	1:890 kilos	Ervilhas
	6:138 litros	Feijão
	8:200 kilos	Cará
Generos consumidos na colonia	24:000 litros	Trigo
	1:900 litros	Ervilha
	10:000 litros	Feijão
	23:090 kilos	Batata
	20:000 kilos	Cará
	1:064 litros	Cevada
	3:057 litros	Aveia
Area cultivada	138	Hectares
	37	Ares
Area arroteada	200	Hectares
	80	Ares
Casas Area	1	Hectares
	54	Ares
	44	Centiares
Ruas Area	4	Hectares
	17	Ares
Area total	2:576	Hectares
	506	Ares
	236	Centeares


RAFAEL



Colónia Sá da Bandeira

CAPITULO VI

CONCELHO DO LUBANGO

Limita ao norte com a cordilheira da Chela e concelho de Quilengues (Tylenge), ao sul e sueste com o planalto da Humpata, a leste com o concelho da Huíla.

Compreende as colónias Sá da Bandeira e do Caculuvar.

É formado pela bacia do Lubango que se prolonga ao rumo do sueste com o vale superior do Caculuvar na extensão de 30 quilómetros.

Colónia Sá da Bandeira

Está situada nas origens do rio Caculuvar dentro de uma bacia, cuja superfície é de 50 quilómetros quadrados, formada de pequenas colinas das quais a principal denominada Cacondo ocupa o centro e sobre ela assenta a colónia.

A bacia é constituída por altas montanhas, que são: ao norte as serras de Ngombe e Numpaka, esta última forma a abertura superior da portela da Quilemba; a oeste as serras de Kongola e Karuéke, que dão acesso para o planalto da Humpata por um estreito desfiladeiro denominado *boca da Humpata*; ao sul a elevada montanha do Mukoto que interrompendo-se bruscamente em toda a sua altura de 400 metros forma a *ponta do Lubango*. A ESE fica a abertura do vale por onde corre o Caculuvar.

A altitude da colónia tomada na linha média da colina Cacondo a meio da povoação é de 1800 metros.

As montanhas que a circundam, cobertas de abundante vegetação, elevam-se de 120 a 400 metros sobre o fundo da bacia; são constituídas por um terreno silico-argiloso de declive pronunciado, onde sobressaem grandes massas de gneisse.

Pelos vales compreendidos entre as colinas correm as nascentes do Caculuvar, sendo as mais importantes: o rio Mopunda, que nasce na serra de Karuéke e segue de norte para sudeste banhando o norte da colónia; o rio Mukuĩ nasce na serra do Kongola, recebe as águas do riacho Mukori que desce do planalto da Humpata, banha o sul da colónia, reúne-se ao Mopunda a 1,5 quilómetros a sueste da colónia no sítio da Machiqueira, corre em estreito valle em direcção ao sueste e depois de receber as águas do Numpaka forma o Caculuvar. Do riacho Lubango, afluente do Mukuĩ parte uma levada de 15 quilómetros, que irriga o centro da colónia; do Mukufi correm duas outras que abastecem os casais situados na parte sul da colina. Estas levadas fornecem diariamente 62424 metros cúbicos de água.

Posto que a colónia esteja encravada entre altas montanhas, que a privam do franco acesso dos ventos frescos do planalto da Humpata, o seu clima é salubre e os seus terrenos, ainda que humedecidos pela grande quantidade de regatos, que formam as origens do Caculuvar, são férteis produzindo todas as culturas da Europa.

Esta colónia foi fundada em 1885, sendo ministro da marinha e ultramar um dos estadistas que maior interesse e dedicação tem manifestado pelo engrandecimento das nossas colónias.

O nobre ministro Pinheiro Chagas, tendo inteiro conhecimento das óptimas condições de salubridade do clima e fertilidade dos terrenos do planalto, então denominado da Huíla por ter sido este o primeiro ponto ocupado pela raça europeia, resolveu criar um novo Brasil aproveitando as faculdades cosmopolitas dos naturais da Madeira, que pela sua situação geográfica, natureza do clima e hábitos marítimos são os mais aptos para longas imigrações, fazendo derivar para as nossas colónias a corrente migratória que o excesso de população e precária situação econômica das ilhas jorrava para as praias inóspitas de Demerara, Sandwich e portos do Pacifico.

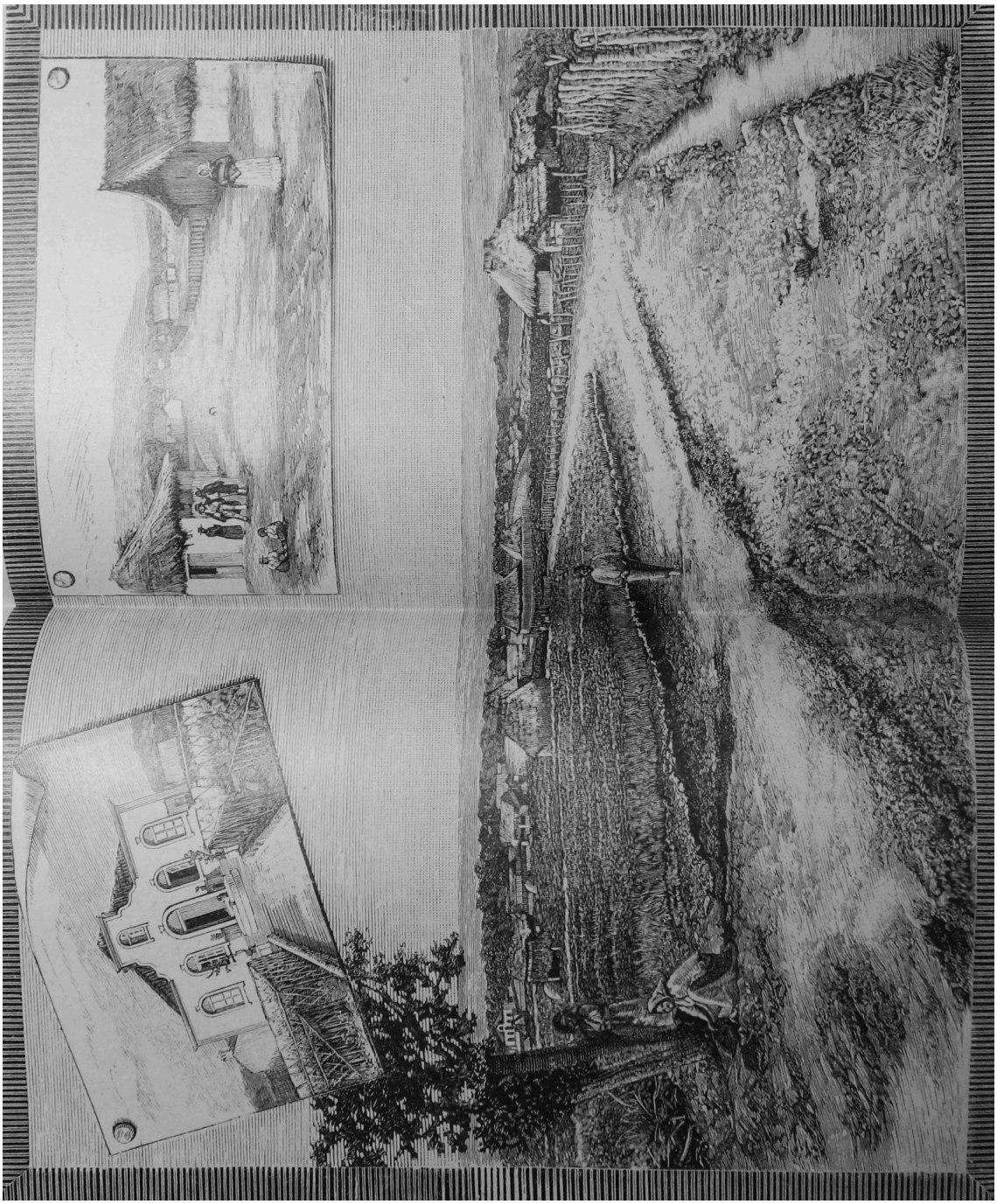
A 18 de novembro de 1884 aportava a Moçâmedes o transporte de guerra Índia conduzindo a bordo a primeira colónia de madeirenses em número de 222 indivíduos dos dois sexos. Em princípio de 1835 chegaram os imigrantes ao planalto e escolhido o sítio para a

fundação da colónia, deram começo aos trabalhos de construções e preparação de terrenos para as sementeiras. Neste mesmo ano foi a colónia reforçada com 319 imigrantes conduzidos pelo transporte de guerra África. Destes foram destacados 44 indivíduos, que reunidos a outras famílias da Humpata fundaram a colónia de S. Pedro da Chibia.

O movimento de imigrantes estacionou por dois anos até completa instalação dos primeiros, recomeçando em 1888 em que entraram 10 colonos, em 1889, 288 e 1890, 416.

Até ao ano de 1888 os imigrantes eram escolhidos na Madeira d'entre os homens robustos, sadios, sóbrios, e trabalhadores do campo. Foram estes que deram grande incremento à agricultura na colónia, elevando-a a um alto grau de prosperidade. De então para cá, por um imperdoável descuido las autoridades da Madeira, passou a ir uma escória recrutada entre os vadios, catraieiros, pescadores, indivíduos afectados de doenças crónicas e inveterados no alcoolismo, que ameaçam transformar a florescente colónia em um hospital de inválidos e valhacouto de vadios, bêbados e mendigos! Urge pôr cobro a este desmando, aliás veremos em breve espaço de tempo submergir-se a colonização do planalto, tão prosperamente iniciada, na voragem da miséria e devassidão. O benemérito governador geral da província, conselheiro Capello, guiado pelo espírito de justiça que o caracteriza, e empenhado de coração no desenvolvimento e progresso da colonização europeia no planalto, tem representado energicamente contra este estado de coisas, evidenciando os males que advirão para as colónias agrícolas com a remessa de colonos vadios e doentes. Sabemos que da metrópole foram ordens terminantes para a Madeira no sentido de impedir o engajamento de homens inválidos e sem ocupação; parece porém que tais ordens ou são postergadas ou sofismadas, porque tem continuado a perniciosa corrente de imigração vadia.

De uma vez apresentou-se na colónia Sá da Bandeira um preto enviado da Madeira como colono contratado. Como o facto causasse estranheza, procedeu-se a averiguações, das quais resultou saber-se que o preto, tripulante de um navio mercante, desembarca na Madeira onde se entregava à vida de vadio com um longo cadastro no comissariado de polícia. As autoridades para se livrarem deste D. Juan de carapinha entenderam que o melhor destino a dar-lhe era contratá-lo como colono e mandá-lo propagar a expansão da raça branca no planalto de Moçâmedes!!!



Colónia Sá da Bandeira em 1888

Devemos observar que os colonos madeirenses são contratados por 5 anos mediante um subsídio durante os dois primeiros. Além das passagens e ferramentas agrícolas, que lhes são fornecidas por conta do estado, recebem na Madeira a título de empréstimo um adiantamento para se proverem de objectos de primeira necessidade. O subsídio é de 300 reis para os adultos, 200 para as mulheres e 100 para as crianças. Muitos colonos vadios vindos nos últimos tempos, com o engodo do subsidio, casam à ultima hora na Madeira com meretrizes, arranjam ninhadas de filhos por empréstimo e apresentam-se nas colónias como chefes de família vencendo 2 e 3 mil reis por dia!

O ilustrado governador do distrito, o sr. Leitão Xavier, investigando as causas da decadência relativa da agricultura nas colónias madeirenses, atribui-a em primeiro lugar à má escolha dos colonos na Madeira. Do seu excelente relatório sobre o estado das colónias em 1890 transcrevemos os seguintes períodos:

> Estou há dois anos no districto e só há aproximadamente quatro meses é que tem vindo dali melhor gente, quase todos os colonos casados e dedicados aos trabalhos agrícolas, excetuando os que vieram no mês corrente, que são quase todos vadios, tísicos, cozinheiros, criados de servir, velhos e velhas, todos com a denominação de *lavrador*! Anteriormente vinham muitos colonos amancebados, alguns com meretrizes, tinham horror aos trabalhos agrícolas, porque nunca haviam trabalhado com enxada, muitos doentes e até tuberculosos, vadios e pretendentes a lugares de condutor de carro americano, caixeiro, criado de hotel, etc.! Tive de obrigar alguns a assentarem praça, porque só tratavam de explorar o estado e os particulares, sem proveito para as colónias, antes em detrimento delas; e de então para cá, consegui que muitos, com receio do serviço militar, se dedicassem à agricultura, tornando-se proveitosos às colónias e à sociedade. Parece-me que seria medida acertada promover-se a emigração das nossas províncias do continente do reino, porque, sem vida, os colonos daquelas províncias são em geral mais ativos que os madeirenses, menos dedicados às bebidas espirituosas e mais conhecedores da vida agrícola. Tive ocasião de notar nas colónias a diferença sensível entre o trabalho agrícola produzido por alguns indivíduos das nossas províncias do continente do reino que têm vindo para o distrito com guia do ministério da marinha

como simples colonos sem contrato, e o produzido por parte dos colonos madeirenses contratados; por isso, não me resta dúvida de que a emigração que mais convém ao distrito é a emigração do continente do reino.

Uma outra causa, não menos importante, que concorre para estacionar o desenvolvimento agrícola na colónia Sá da Bandeira, tem sido o excesso de obras públicas, que desviando os braços da agricultura deixa-a paralisada, expondo a colónia a crises alimentícias e obrigando-a a importar gêneros agrícolas de primeira necessidade. O colono que pode angariar 1$000 e 1$200 reis diários trabalhando nas obras do governo, larga a enxada deixando ao abandono o seu arimo, que, quando muito, produz o indispensável para a sua sustentação.

Acresce a circunstância de estar a colónia afrontada por altas montanhas que impedem o acesso aos ventos frescos da Humpata, resultando desta má disposição, que os nevoeiros formados durante a noite na estação seca e fria, não sendo varridos pelos ventos, ficam paralisados no fundo da bacia, condensam-se pelo resfriamento emanado das vertentes das montanhas e pela madrugada precipitam-se sob a forma de geada sobre os terrenos cultivados queimando as plantações.

O fundo desta bacia é, como dissemos, formado por um sistema de colinas, cujas encostas são ocupadas pelos arimos dos colonos; succede, que as chuvas torrenciais correndo em enxurrada sobre as abas das colinas varrem os terrenos cultivados arrastando para os vales os elementos orgânicos da sua vitalidade productora, donde a necessidade de estrumá-los repetidas vezes. Este inconveniente não se dá nas outras colónias, por isso que a ligeira acidentação dos vales do Lupolo e Nene permite o aproveitamento de extensas várzeas.

Apesar destes defeitos a colónia Sá da Bandeira representa um importante centro de irradiação da raça branca que tem a sua área de expansão no vale superior do Caculuvar, cujos terrenos, à medida que se afastam da bacia do Lubango, se tornam mais férteis e mais aptos para culturas em larga escala.

Esta povoação comunica por meio de estradas carreteiras com as colónias da Humpata, Caculuvar e povoação da Huíla. A primeira tem a extensão de 17 quilómetros, parte do centro da

colónia ao rumo de SSW, alcança o planalto da Humpata através de um estreito desfiladeiro praticado entre as serras da Kongola e Mukoto. A segunda tem a extensão de 8 quilómetros, segue pela margem esquerda do rio ao rumo do estesudeste. A terceira tem o comprimento de 20 quilómetros, dirige-se para o sul contornando a ponta do Lubango na vertente oriental da serra do Mukoto. Há uma outra estrada que parte ao rumo do nordeste, atravessa o rio Mopunda e segue para a aberta da Quilemba.

A colónia compõe-se de duas povoações denominadas: povoação de baixo e povoação de cima, dispostas segundo o rumo leste-oeste que forma o eixo longitudinal da colina Cacondo.

A povoação de baixo é a mais importante pela população, área cultivada, ruas bem dispostas, espaçosas e limpas, bonitos edifícios públicos e particulares. Na direcção leste-oeste tem a colónia 3 ruas com a largura de 15 metros e o comprimento de 550, denominadas: Pinheiro Chagas, Guilherme Capello e Ferreira do Amaral. No sentido norte-sul 6 com a mesma largura e o comprimento de 300 metros, com os nomes: Índia, Câmara Leme, Madeira, Alvaro Ferreira. África, Leitão Xavier.

Os principais edifícios públicos são: a residência da autoridade administrativa, palacete elegante, commodo, bem construído e rodeado de um alegre jardim; nele estão instaladas algumas repartições públicas, tais como: administração da colónia e concelho, câmara municipal, tribunal do julgado ordinário e correio: residência do delegado de saúde, o mais lindo edifício da colónia, construído com luxo, conforto e higiene, pode figurar em qualquer cidade europeia como construcção de primeira ordem; nela está instalada a farmácia: escola pública para ambos os sexos, compreende a residência dos professores e amplas salas de estudo: quartel, grandioso edifício em construção; depois de concluído será a primeira obra neste género, que possuímos nas colónias; é espaçoso com boas casernas, quartos para oficiais, arrecadações etc; pode comportar um regimento europeu. Está situado a leste da povoação sobre o ponto mais alto da colina, donde se desfruta um belo panorama: o cemitério no alto de uma colina, bastante afastado da povoação; é cercado por um alto muro: a capela em construção: a cadeia solidamente construída ao lado do quartel: o matadouro, mal situado por ficar no centro da povoação, mas bem construído e espaçoso: arrecadação das obras públicas: residências do pároco, do farmacêutico, do commandante do destacamento militar, etc. Nota-se a falta de um hospital, que provisoriamente funciona em uma casa alugada de limites acanhados e mal construída.

As casas dos colonos, nesta e nas outras colónias, são em regra mal construídas, não obedecem aos preceitos higiénicos.

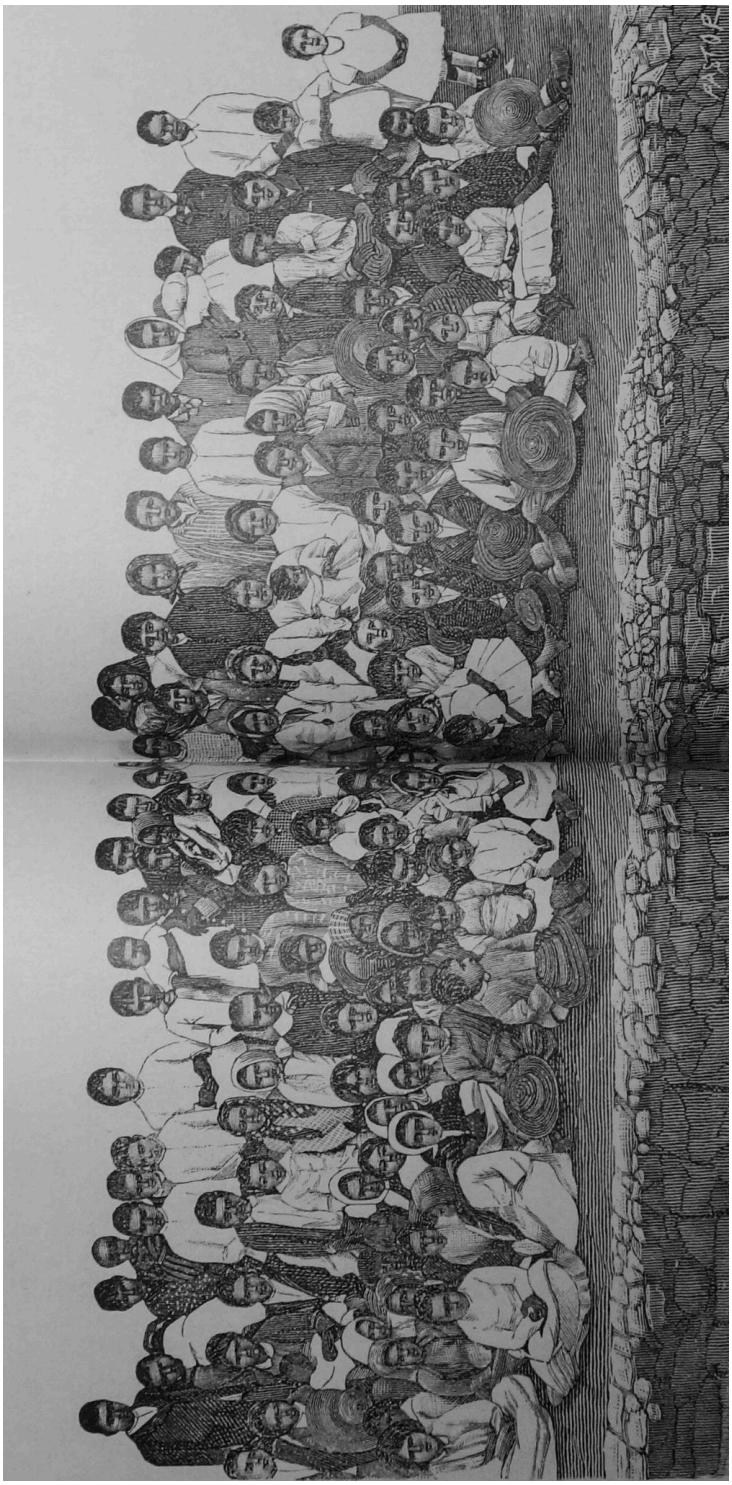
Há três tipos de construções: a de pau a pique com cobertura de colmo, a de adobe com o mesmo gênero de cobertura, e a de adobe coberta de telha. O tipo mais frequente é o primeiro.

Duas terças partes das colónias Sá da Bandeira e Chibia são formadas de casas de pau a pique; a totalidade das casas no Caculuvar é deste tipo.

A primeira necessidade do colono que chega ao planalto, é uma casa, em que se abrigue com a família. A construção mais rápida e barata é a casa de pau a pique, que pode ficar pronta no espaço de trinta dias.

Sobre os limites de uma arca que, em regra, não excede seis metros quadrados, espetam-se verticalmente estacas de 4 metros de comprimento, reunidas umas às outras por delgadas varas dispostas horizontalmente. Sobre este esqueleto lança-se barro por dentro e por fora, de modo a tapar os interstícios; deixa-se uma abertura, que serve de entrada.

Forma-se a armação do tecto com varas longas, que partem do extremo superior da estacada e convergem para um ponto central, formando uma pirâmide quadrangular. Sobre cada uma das faces assentam-se varas horizontais e por sobre elas dispõe-se o colmo por camadas espessas presas à armação por meio de outras varas colocadas externamente. Coloca-se uma porta, faz-se aos lados uma ou duas camas fixas, por meio de barrotes espetados no solo, e eis a casa do colono. O pavimento fica ao mesmo nível do terreno que deve ser agricultado, do que resulta, que no tempo das chuvas fica mais ou menos humedecido, quando não entra a água em enxurrada. Os mais cuidadosos, que infelizmente são poucos, fazem em torno da casa uma vala, que conduz as águas para as levadas. O colmo da cobertura no fim de três anos de chuvas apodrece, sendo necessário renová-lo, o que poucos fazem. Ao lado da casa e parede meia com ela está o *indispensável* curral de porcos, quase sempre cheio de lama.



Grupo de crianças da colónia de Sá da Bandeira

Os colonos antigos vivem em casas feitas de adobe, que obedecem a alguns preceitos higiénicos. O pavimento é elevado de 3 a 5 decímetros acima do solo exterior, as paredes são altas de 5 metros, caiadas e com janelas e o interior dividido em compartimentos; a cobertura é de colmo.

Destes colonos um diminuto número tem casas cobertas de telha.

Estes inconvenientes, que resultam da precipitação com que o colono recém-chegado constrói a sua casa e da falta de uma lei que os obrigue a fazer as suas construcções segundo um modelo autorizado pelos preceitos higiénicos, teriam o necessário correctivo, se houvesse em cada colónia um barracão bem construído e espaçoso, que servisse de residência, durante os primeiros meses, aos novos colonos. Deste modo disporiam de tempo bastante para uma boa construcção, sem os cuidados com o alojamento da família e, o que é mais, sem o trabalho violento de construir uma casa em curto espaço de tempo, ficando, como quase sempre sucede, alojado por casa dos amigos e parentes — Todas as casas deveriam ser feitas segundo um tipo que melhor satisfizesse as condições climatéricas e meteorológicas, e todos os colonos obrigados a construí-las segundo o modelo adoptado.

O modelo de casa que mais convém adoptar, deve obedecer aos seguintes princípios de higiene:

O terreno deve ser escolhido no alto das colinas, que reúne as condições de secura e dureza; o das encostas é inconveniente por causa do escoamento das águas das chuvas e regas, e pela proximidade dos rios, onde é mais abundante a geada no tempo seco. O pavimento da casa deve ser elevado de 5 a 10 decímetros sobre o solo. Deve ser batido a fim de adquirir dureza, que se oponha à pulverização do barro. Deve ser feito de uma mistura de duas partes de barro e uma de excremento de boi, que o torna mais consistente, dá-lhe frescura e evita a propagação do puléx.

As paredes devem ser de adobe, rebocadas interna e externamente com o barro branco conhecido no planalto com o nome de gesso.

A cobertura deve ser de telha ou de colmo, devendo neste caso ser renovada de três em três anos.

A orientação da casa deve ser com a frente voltada para o N. ou W. e nunca para S. ou E., porque, sendo as chuvas tangidas pelo vento sueste com grande obliquidade, entram as águas pelas portas e janelas, humedecendo a parte anterior da casa.

A casa deve ficar afastada da levada pelo menos de 20 metros.

Junto à casa do colono fica o arimo, cuja área é de dois hectares; produz cereais, legumes, hortaliças e árvores frutíferas, etc. A maior parte dos colonos limita-se a extrair do solo o indispensável para o seu sustento, visto lhe ser impossível exportar os seus productos agrícolas para o litoral por causa da exorbitante carestia dos transportes por meio dos vagões *boers*, cujo preço oscila entre 1$000 a 2$200 réis por arroba. Não há produção agrícola nem mesmo industrial que possa suportar a sobrecarga de uma taxa tão exagerada. A agricultura no planalto limita-se pois a pequenas transacções de colónia para colónia; daí o desânimo de muitos que não podendo angariar bens de fortuna pela cultura dos seus terrenos, esquivam-se ao trabalho rural dedicando-se a outras ocupações que lhes rendam meios de agenciar a vida. Muitos, logo que finda o prazo dos seus contratos, vendem os arimos e casas e retiram para a Madeira.

A povoação de cima está ligada à de baixo por uma estrada de 2,5 quilómetros de extensão. Fica situada no extremo oeste da colina Cacondo. Compõe-se de 50 casais.

A colónia possui uma regedoria, um corpo de cabos de polícia recrutado entre os colonos e uma escola em que os colonos novos se exercitam no tiro ao alvo.

Colónia do Caculovar

Está situada sobre a margem direita do rio do mesmo nome, à distância de 8 quilómetros a sueste da colónia Sá da Bandeira, com a qual comunica por uma estrada carreteira. Assenta sobre uma colina elevada de 20 metros sobre o leito do rio e bastante acidentada, que opõe por isso sérios embaraços à construção de uma levada para a irrigação dos arimos. Já se fizeram três tentativas para conduzir a água por uma extensa levada, que partindo do entroncamento dos rios Mukufi e Mopunda na bacia do Lubango com a differença de nivel de 60 metros na sua origem,

contorne o ponto mais alto da colina estendendo-se ao longo dos arimos; todas elas porém abortaram perante as dificuldades naturais da acidentação do terreno, tolhendo o desenvolvimento da agricultura e paralisando a expansão da colonização pelo vale superior do Caculuvar. Nas margens d'este rio encontram-se várzeas com 500 a 700 metros de extensão, que poderiam ter sido aproveitadas para o estabelecimento desta colónia, evitando-se os terrenos acidentados que a boa prática demonstra serem os mais impróprios e prejudiciais ao desenvolvimento da agricultura.

A escolha deste terreno para início da expansão colonial no vale do Caculuvar afigura-se-nos um erro, cujos maus resultados já se fazem sentir sobre a situação moral e econômica dos colonos ali estabelecidos, os quais entretidos em tentativas infrutíferas para levarem água aos seus arimos ainda não cultivados, e não podendo extrair do solo os meios de subsistência, vão consumindo o melhor do subsídio, que mal chega para custear os gêneros alimentícios de primeira necessidade: daí a parcimónia com que se nutrem socorrendo-se dos gêneros mais baratos, que lhes fornecem uma alimentação defeituosa e deficiente levando-os em pouco tempo a um profundo estado de anemia, que contrasta com a salubridade do clima e fertilidade do terreno.

Do estudo que fizemos sobre as condições climatéricas do vale do Caculuvar ficou-nos a convicção de que o seu clima é superior ao da bacia do Lubango, por isso que a sua situação desafrontada de altas montanhas permitte o franco acesso aos ventos, que correndo ao longo das encostas e várzeas varrem-nas de todas as impurezas miasmáticas e ao mesmo tempo moderam os efeitos da temperatura. Não aprovamos porém a escolha do local em que está situada a colónia por ficar muito próxima da acidentada e estreita bacia do Lubango e, se tivéssemos sido consultados, conforme manda a lei, opinaríamos pelos terrenos baixos e planos que formam as várzeas do rio e são os mais produtivos.

Os ótimos resultados colhidos nas propriedades agrícolas do vale do Lupolo e na próspera e florescente colónia de S. Pedro da Chibia no vale de Chimpumpunhime são devidos ao aproveitamento das várzeas, que pela sua extensão se prestam a vastas culturas sem grande dispêndio em trabalhos de rega. A valorização destes factos deveria ter servido de ensinamento útil para a colonização do vale do Caculuvar, que marcha a passos vacilantes, porventura mal guiados por falta de orientação em assuntos de competência prática.

Perante a imperiosa necessidade de fornecer água aos colonos e para dar satisfação aos seus queixumes e ameaças de abandonar em massa a colónia, construiu-se á pressa um açude

provisório com levadas para conduzir aos arimos a quantidade de água indispensável para as culturas de primeira necessidade.

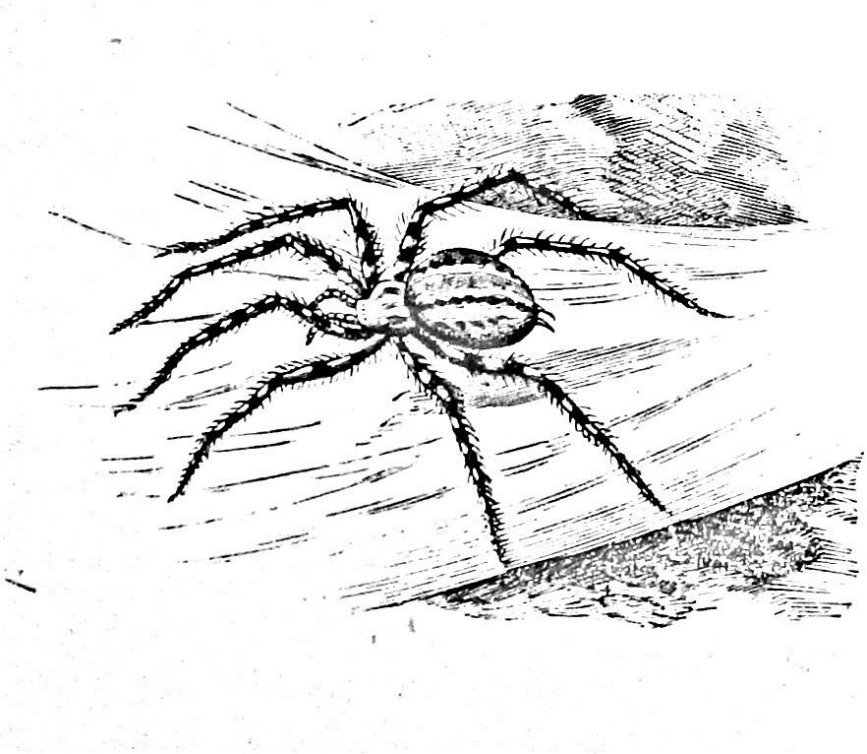
A colónia é formada por 62 casas de colonos, feitas de pau a pique com cobertura de colmo. Estão regularmente situadas a distâncias iguais e bem alinhadas. A sua população é de 247 colonos, comprehendendo 81 homens, 87 mulheres, 39 creanças do sexo masculino e 40 do sexo femenino. Os arimos são em número de 81 e as suas principais culturas são: batata doce, abóbora, ervilha e feijão.

Os edifícios públicos são: a residência do subdirector da colónia; um barracão mal construído e anti-higiénico para abrigo dos colonos recém-chegados e outro que serve de depósito de ferramentas, todos grosseiramente feitos de pau a pique e cobertos de colmo. Está em construção um edifício regular, de adobe e cobertura de zinco, que será a residência do encarregado da colónia.

A despeza feita com as colónias Sá da Bandeira e Caculuvar durante o ano económico de 1890-1891 foi de réis 65:167$311 distribuídos da seguinte forma:

Subsídio a colonos	22.000$000
Ordenados, gratificações, ajuda de custo, etc	10.000$000
Fretes a carros *boers*	11.000$000
Pessoal operário e trabalhador nas obras públicas	12.000$000
Materiais para as obras públicas	8.000$000
Sementes, medicamentos e diversas despesas	2.000$000

Nesta despesa não se inclui a verba mensal de 2.000$000 reis para as obras do quartel, que tendo sido orçado em 43.000$000 reis já consumiu o melhor de 60.000$000 réis e apenas menos de metade está concluído.



Colonias Sá da Bandeira e Cacuiovar

Mappa estatistico da população, industria, etc., referido ao anno economico de 1890 a 1891

1:282	Numero de habitantes da colonia		
245	Numero de familias de colonos		
465	Maiores	Masculino	Sexos
233	Menores	Masculino	Sexos
339	Maiores	Feminino	Sexos
245	Menores	Feminino	Sexos
578	Masculino	Branca	Raças
486	Feminino	Branca	Raças
126	Masculino	Preta	Raças
82	Feminino	Preta	Raças
3	Masculino	Parda	Raças
7	Feminino	Parda	Raças
238	Masculinos	Casados	Estados
231	Femininos	Casados	Estados
8	Masculinos	Viuvos	Estados
5	Femininos	Viuvos	Estados
452	Masculinos	Solteiros	Estados
348	Femininos	Solteiros	Estados
2	Mestres de obras		Profissões
19	Negociantes		Profissões
2	Guarda livros		Profissões
4	De adobe com cobertura de ferro zincado		Numero de casas de habitação
20	De pedra e barro, cobertura de telha de barro		Numero de casas de habitação
24	De adobe com cobertura de telha de barro		Numero de casas de habitação
182	De adobe com cobertura de colmo		Numero de casas de habitação
158	De pau a pique com cobertura de colmo		Numero de casas de habitação

4	Pintores		Artes e officios
2	Alfaiates		Artes e officios
2	Barbeiros		Artes e officios
19	Carpinteiros		Artes e officios
2	Curtidores		Artes e officios
17	Pedreiros		Artes e officios
5	Moleiros		Artes e officios
2	Canteiros		Artes e officios
3	Oleiros		Artes e officios
2	Marceneiros		Artes e officios
13	Serradores		Artes e officios
11	Sapateiros		Artes e officios
400	Jornaleiros e empregagados de agricultura		Artes e officios
2	Sapateiro		Officinas de
3	Oleiro		Officinas de
1	Funileiro		Officinas de
1	Alfaiate		Officinas de
2	Serralheiro		Officinas de
2	Carpinteiro		Officinas de
7	Moinhos		
2	Fornos de telha e tijolo		
42	N.º de alumnos	Instrucção primaria	
37	N.º de alumnas	Instrucção primaria	
12	Numero de estabelecimentos de venda de varios artigos		
194	Entrados	Movimento dos colonos durante o anno economico	
18	Retirados	Movimento dos colonos durante o anno economico	
68	Nascimentos	Movimento dos colonos durante o anno economico	
15	Casamentos	Movimento dos colonos durante o anno economico	
21	Obitos	Movimento dos colonos durante o anno economico	

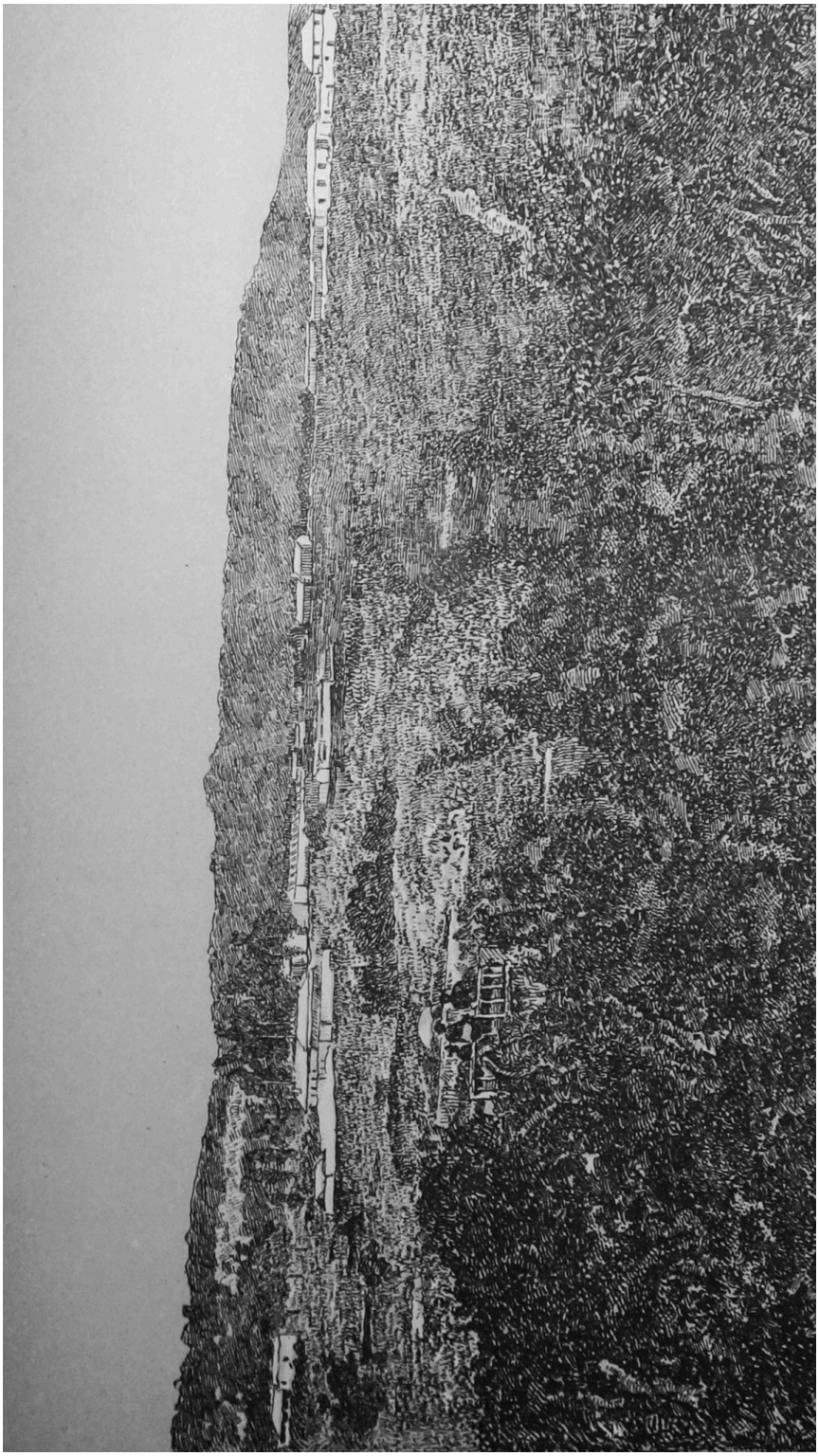
Colonias Sá da Bandeira e Caculovar

Mappa estatistico da producção agricola, referente ao anno economico de 1890-1891. — Arvores fructiferas e gado existente em 30 de junho de 1891. — Areas cultivadas, arroteadas, etc.

Producção agricola		Arvores fructiferas e suas especies	
144:000 litros	Trigo	72	Amoreiras
44:100 litros	Milho	882	Pecegueiros
26:400 litros	Centeio	37	Pinheiros
22:050 litros	Cevada	843	Figueiras
88:200 litros	Feijão	4	Limeiras
1:800 litros	Grão de bico	105	Larangeiras
46:800 litros	Ervilha	54	Limoeiros
8:220 litros	Fava	42	Tangerineiras
13:700 kilos	Batata ingleza	24	Cidreiras
29:400 kilos	Inhame	112	Goiabeiras
64:500 kilos	Canna	459	Bananeiras
923:040 kilos	Cará	116	Oliveiras
–	Aveia	5	Mangueiras
		43	Romanzeiras
		14	Carvalhos
		3	Amendoeiras
		9	Nespreiras
		9	Pereiras
		2	Marmeleiros
		4	Macieiras
		52	Nogueiras

Gado e suas especies existentes na colonia		Generos consumidos na colonia	
964	Bois	144:000 litros	Trigo
187	Vaccas	44:100	Milho
41	Carneiros	26:400 kilos	Centeio
23	Ovelhas	22:050 litros	Cevada
195	Cabras	88:200 kilos	Feijão
512	Porcos	1:800 litros	Grão
2	Cavallos	46:800 litros	Ervilha
5	Muares	8:220 litros	Fava
25	Jumentos	13:700 kilos	Batata
		923:040 kilos	Cará
		29:400 litros	Inhame
		64:500 litros	Canna

Area cultivada	819	Hectares
	–	Ares
Area arroteada	953	Hectares
	–	Ares
Casas Area	1	Hectares
	16	Ares
	40	Centiares
Ruas Area	6	Hectares
	4	Ares
Area total	1:779	Hectares
	20	Ares
	90	Centiares



Povoação da Huíla

CAPITULO VII

CONCELHO DA HUÍLA

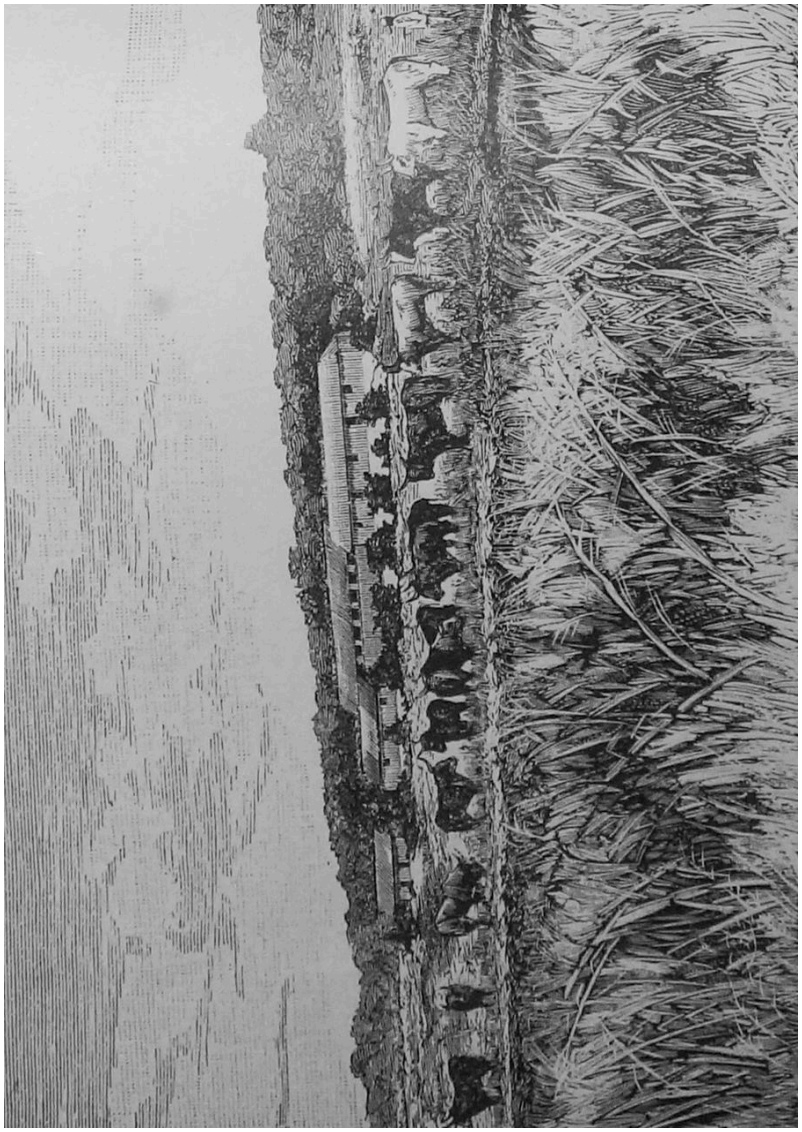
Situado no centro da área salubre da colonização europeia é o mais vasto dos concelhos e o mais conhecido por ter sido o primeiro ponto do planalto explorado e habitado pelos portugueses.

Confina ao norte com os concelhos de Quilengues e Caconda no districto de Benguella; ao sul com o concelho dos Gambos (On-Gambue); a oeste com a Humpata e a leste estende-se até ao rio Cubango abrangendo a enorme área de 57.000 quilómetros quadrados, quase a superfície total de Portugal.

O seu sistema orográfico compreende um agrupamento de montanhas que formam o planalto da Humpata, prolongando-se de norte a sul desde a bacia do Lubango até o vale da Mucha, na bacia do Lupolo, onde se ramifica para estesudeste e sulsudeste acompanhando a margem direita do rio Chimpumpunhime e formando a bacia de origem do rio Lupolo, limitada ao sul pelas serras da Katala e Pituako.

A sua rede fluvial é formada pelos rios Chimpumpunhime e Lupolo. Do primeiro já falamos, quando descrevemos a rede fluvial da zona alta.

O Lupolo tem a sua origem nas montanhas que limitam a oeste o vale da Mucha e o separam do planalto da Humpata. Nasce da célebre e pitoresca cascata da Huíla a oeste da povoação do mesmo nome; segue ao rumo do sueste na extensão de 80 quilómetros e vai lançar-se no Chimpumpunhine à pequena distância da sua confluência com o Caculuvar. O seu



Propriedade agrícola no vale do Lupolo

afluente principal é o rio Mucha que nasce a NNW de uma bela cascata, corre ao sueste e depois de um curso de 3 quilómetros, em que fertiliza os terrenos da Missão Católica, lança-se no Lupolo, tendo antes recebido as águas de alguns riachos que fornecem as levadas para a irrigação dos terrenos cultivados da Missão.

O vale do Lupolo possui ótimos terrenos aproveitados por 25 propriedades agrícolas, onde são cultivadas todas as espécies de cereais, legumes, hortaliças, cana saccharina e café, sendo a sua principal produção: trigo, batata inglesa e doce, feijão, milho, ervilha e cebola, que são exportadas para consumo nas colónias madeirenses do Lubango.

Os terrenos marginais deste valle estão ocupados na extensão de 20 quilómetros e em larguras de 200 a 500 metros.

O vale do Chimpumpunhime ocupado pelas colónias de S. Pedro da Chibia e Ioba e por 12 propriedades agrícolas que se estendem pelas suas margens na extensão de 40 quilómetros, possui os terrenos mais férteis do planalto, onde as culturas vingam com extraordinária pujança dando um rendimento quase fabuloso. Sobre o prestarem-se a todas as culturas européias e tropicais, não necessitam ser estrumados, e os trabalhos de rega e arroteamento são fáceis pela disposição ligeiramente inclinada das suas exa tensas várzeas, que permitem vastas sementeiras de cereais e outras plantações de maior consumo e pela sua riqueza vegetativa, representada em húmus, este vale é o que melhor se presta a grandes plantações de cana sacarina que já forma uma importante fonte de produção e receita agrícola, sustentando a rendosa indústria da destilação de aguardente.

O futuro da agricultura neste planalto tem o seu campo de acção no ferocíssimo valle do Chimpumpunhime, cujos habitantes animados com abundantes colheitas se vão expandindo pelas duas margens do rio até á sua confluência com o Caculuvar, formando uma densa e vasta área de população branca com abundantes recursos e fundadas esperanças de bastos meios de fortuna. É para ali que há de convergir a maior soma de trabalhos representados por grandes centros de agricultura, comércio, indústria, artes e ofícios.

Uma propriedade agrícola na Huíla

Deixemo-nos de ensaios platónicos por este ou aquelle vale, com maior ou menor altitude, melhor ou pior perspectiva, os seus resultados mais teóricos que práticos pesam como avalanche sobre o tesouro nacional em dispêndios inúteis de obras de luxo e comodidades, que pouco proveito dão ao colono e passam à história como tentativas infelizes que lembrarão ao viajante do futuro a saudosa citação do mavioso poeta mantuano: *locus ubi Troja fuit!*

O que se quer são terrenos produtivos que exigindo a menor soma de trabalho, produzam a maior soma de receita, a par de um clima compatível com a organização da raça européia. Estas condições existem em larga escala nos terrenos do vale do Chimpumpunhime ocupados pela florescente colónia de S. Pedro da Chibia.

Neste vasto concelho existem extensas florestas com excellentes espécies vegetais, que fornecem ótima madeira para construções; entre outras citaremos: a *mupanda*, o *mungae*, o *mutundo*, que além de boa madeira fornecem cascas ricas em tanino utilizadas para o curtimento das peles; o *munyende*, a nocheira, o pau cânfora, pau sândalo, pau ferro, etc., além de vastas planícies de terrenos de *anhara* com excelentes pastagens.

O clima é salubre e a temperatura fresca e moderada.

O concelho compreende a povoação da Huíla com importantes propriedades agrícolas no vale do Lupolo, a Missão Catholica no valle da Mucha, as colónias de S. Pedro da Chibia e Ioba e as fazendas agrícolas no vale do Chimpumpunhime.

Povoação da Huíla

Foi o primeiro ponto do planalto habitado pela raça europeia no tempo do nobre marquês de Sá da Bandeira, sendo governador do distrito de Moçâmedes o benemérito Fernando Leal.

As primeiras tentativas de colonização neste planalto não foram seguidas de bons resultados por má direcção e sobretudo pela péssima escolha do elemento *degradado*, que compunha a primeira colónia. Seguiu-se uma colónia alemã, que desapareceu sem deixar vestígios, entrando em cena a célebre colónia militar-agricola constituída de elementos heterogêneos predominando o soldado deportado. Esta colónia passou à história com o nome jocoso de *militar-ridícula* e morreu por péssima administração, escandalosos roubos e indignas

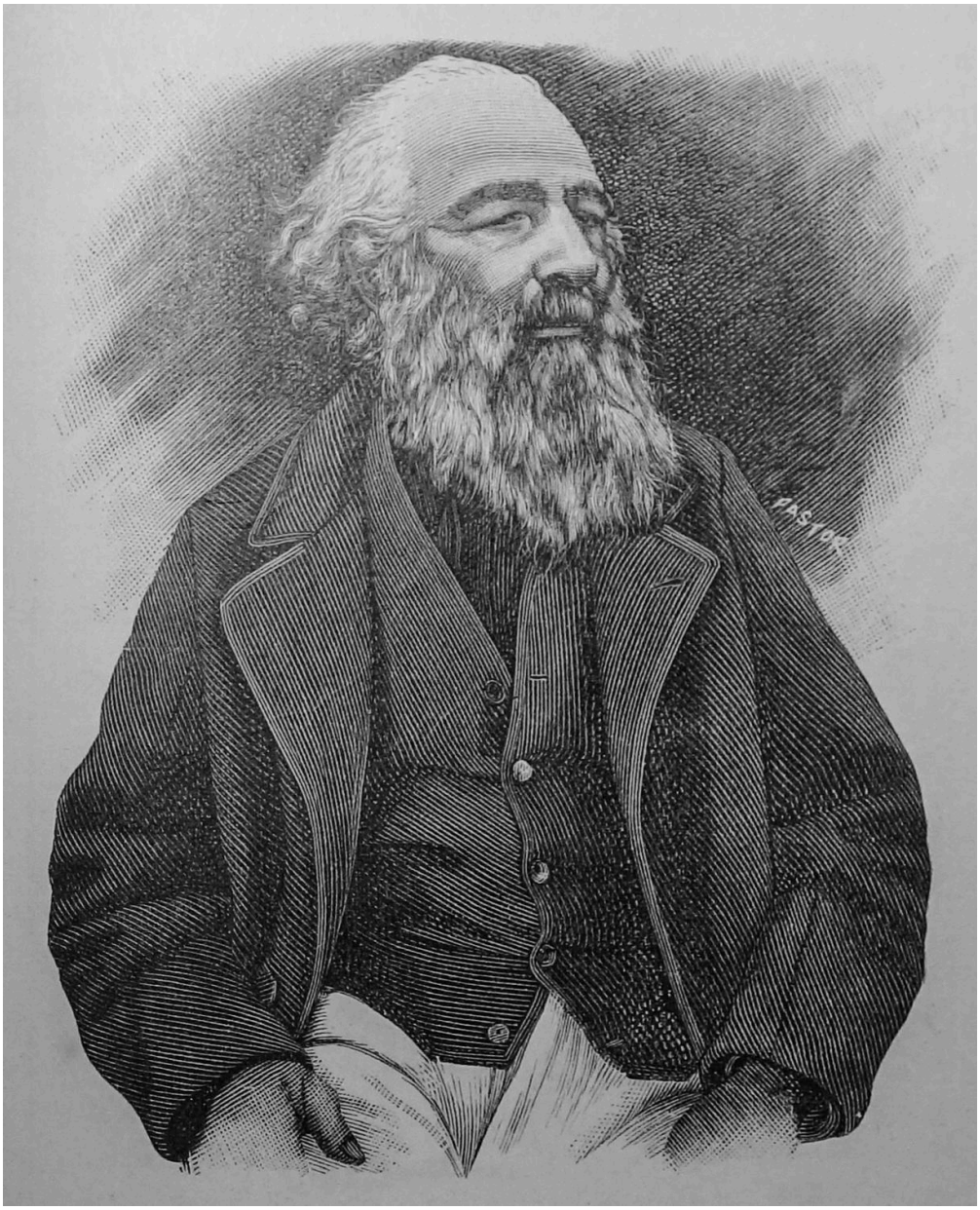
extorsões cometidas contra os indígenas, que até então nenhuma oposição tinham feito ao estabelecimento dos brancos nos seus territórios.

Ao lado destas tentativas de colonização, que iam successivamente abortando por falta de orientação definida, pela nocividade dos seus elementos constituintes, incompetência e manifesta incapacidade dos seus directores, se foram estabelecendo muitos colonos livres, oriundos das províncias do norte de Portugal, que com o simples recurso do seu trabalho, livres das peias do regime militar, barreira invencível, que paralisa, atrofia e mata a livre expansão da raça branca nas nossas colónias, iniciaram os primeiros trabalhos agrícolas nos vales do Lupolo e Chimpumpunhime, fundando a povoação da Huíla que teve os seus dias de grandeza e prosperidade, como baluarte das nossas conquistas no planalto e empório de importantes transações comerciais com as aguerridas e populosas raças ova-nyaneka, ova-ngambue, e ova-nkumbi.

A corrente de imigração estabelecida, há quatro anos, para o vale do Chimpumpunhime arrastou a maior parte da sua população a procurar novos recursos nos feracíssimos terrenos daquele rio. Este foi o princípio da sua decadência; a mudança da sede do concelho para a colónia da Chibia foi o golpe de misericórdia, que lhe abreviou a lenta agonia. Da gloriosa, populosa e rica povoação de outrora resta hoje um montão de ruínas e casebres grupados em torno de uma desmantelada fortaleza, que assiste impassível nas suas grossas muralhas de pedra à derrocada geral dos seus padrões de glória. E já que a phantasia nos levou a carpir sobre as ruínas desta Tróia, não nos esqueçamos de traçar nos seus vetustos muros um epitáfio, que rememore às modernas gerações de colonos que: *ali houve colónias que custaram rios de dinheiro e morreram por desleixo, incúria e incompetência, filhas prediletas dos nossos processos de administração ultramarina!*

A abandonada povoação assenta na parte norte da bacia do Lupolo, limitada ao norte e oeste pelas montanhas do planalto da Humpata. Possui uma bela e pitoresca avenida ladeada de frondosos eucaliptos. As suas casas em pequeno número grupam-se em torno da fortaleza. Existe uma pequena capela em ruínas e um cemitério.

As fazendas agrícolas ocupam as duas margens do rio Lupolo estendendo-se na direção do sueste. Contém uma população de 40 brancos e 9000 indigenas espalhados, na parte sul da bacia, pelos terrenos do Kitembo, Mucha e vertentes das serras da Katála.



EXEMPLO DE LONGEVIDADE NA HUÍLA

Carlos Maria, ancião português de 98 anos de idade

A um quilómetro ao sueste da povoação, sobre o alto de uma pitoresca colina coberta de luxuriante vegetação, está situada a embala (on-bala) do soba da Huíla, agrupamento irregular de cubatas e palhoças sem situação estratégica nem meios de defesa. *S. Majestade negra* faz diariamente uma visita às lojas da povoação recolhendo *a palácio* bêbado como um cacho, às costas dos seus leais conselheiros!

A povoação communica por meio de estradas carreteiras com o Lubango e Humpata, conforme atrás ficou dito: com a missão católica por uma estrada de 3 quilómetros e com a colónia da Chibia por duas outras uma com 22,5 quilómetros, passa a leste do monte Pituako e segue ao rumo do sueste por entre frondosas florestas de mupandas e outras espécies vegetais; a outra com a extensão de 27,5 quilómetros passa a oeste do mesmo monte, ganha a margem esquerda do rio até a colónia, sede do concelho.

Mappa estatistico das principaes propriedades agricolas do valle do Lupôlo, sua producção, especies pecuarias, etc.

Nome dos proprietarios	Culturas principaes	Media da producção annual											Especies pecuarias								Instrumentos agricolas				
		Trigos rijos e molles	Cevada	Centeio	Feijão	Milho	Ervilha	Fava	Grão de bico	Batata	Cará	Café	Cavallos	Eguas	Muares	Jumentos	Bois	Vaccas	Porcos	Ovelhas	Cabras	Debulhadoras manuaes	Limpador de trigo	Grade articulada de Howard	Araãos de Howard	Area cultivada
Francisco da Silva.....	Trigo, milho, centeio, fructas	80:000 litros	3:000 litros	4:000 litros	25:000 litros	20:000 litros	2:000 litros	1:000 litros	1:500 litros	20:000 kilos	15:000 kilos	30 kilos	4	3	9	23	425	137	384	56	22	2	2	1	12	120 hectares
Francisco Soares Roza....	Trigo, fructas, café																								
Teixeira & Irmãos	Trigo, batata, cebola																								
José Maria & Filho	Trigo, milho, feijão																								
Pedro Augusto Chaves....	Trigo, milho, cará																								
Casal de Conceição & Costa.	Trigo, cará, feijão																								
Albino Lisboa.....	Trigo, batata, milho																								
J. Movilia.....	Batata, cebola																								

Missão Catholica da Huíla

É um grandioso estabelecimento para a educação de crianças pretas, fundado e dirigido pelos beneméritos missionários da congregação do Espírito Santo.

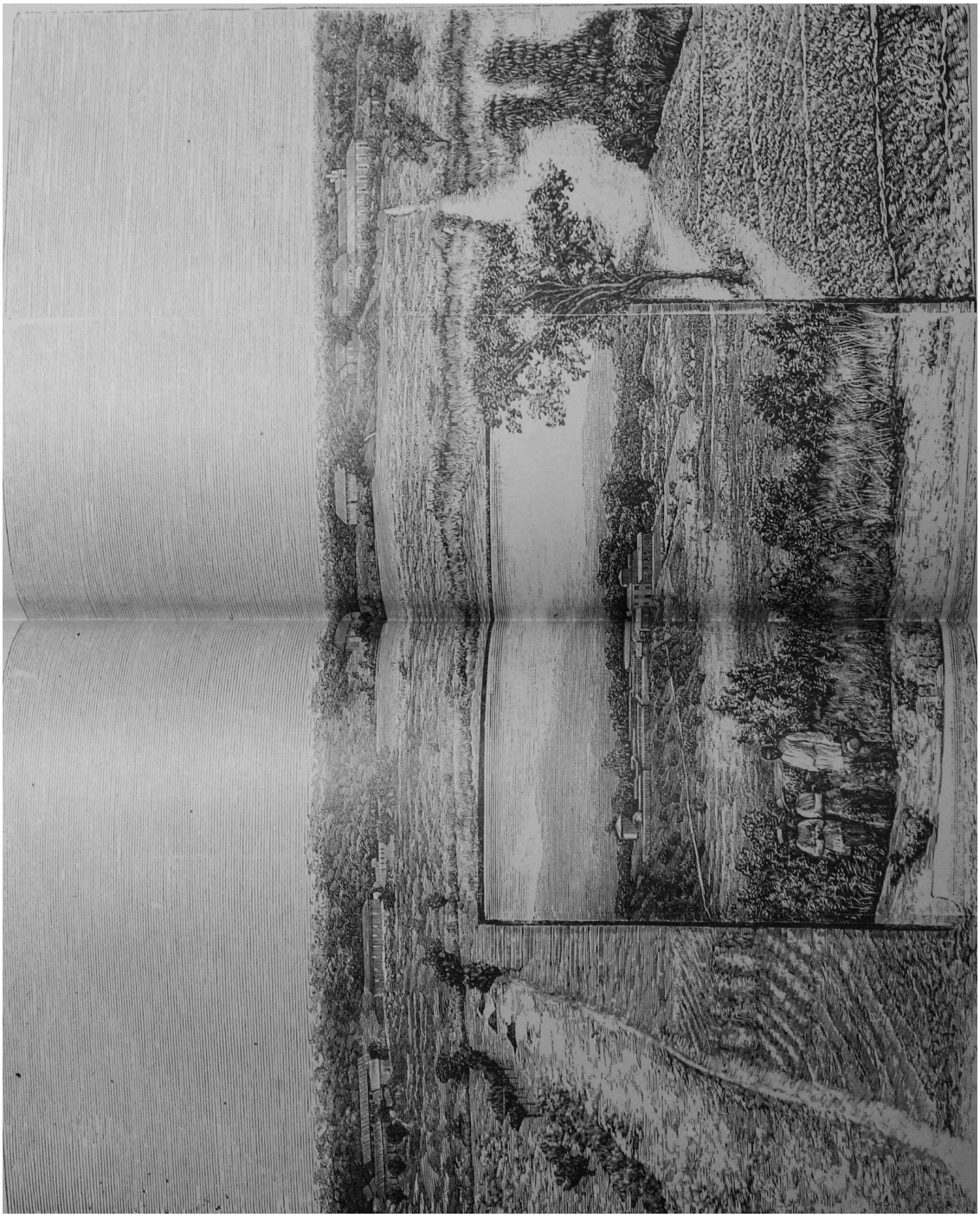
É seu superior o rev^{do} padre José Maria Antunes, que com uma tenacidade digna da maior admiração tem demonstrado com dados positivos que a civilização da raça negra não é uma utopia, como a muitos se afigurava.

O progresso e desenvolvimento das missões da Huíla e Jaú, os ótimos resultados colhidos com a educação prática dos pretinhos aliada à catequese, o crescimento rápido dos florescentes institutos da missão, a fundação de aldeias cristãs constituídas pelos pretos educados pelos prestimosos missionários, são factos que se impõem aos espíritos mais incrédulos.

A missão da Huíla compreende duas ordens de construções, que se erguem de um e outro lado do rio Mucha. O instituto dos rapazes está situado na margem direita do rio no sítio denominado Kitembo. Compreende: o seminário diocesano e as edificações que formam a missão propriamente dita e são especialmente destinadas à educação e ensino das crianças pretas. Ocupam uma área de 20 hectares com extensos campos de semeadura, hortas e jardins, tudo trabalhado pelos pretinhos sob a inteligente direção dos missionários.

As edificações compreendem um vasto quadrado de casarias contendo todas as officinas em que os educandos aprendem os ofícios de carpinteiro, marceneiro, torneiro, serralheiro, funileiro, alfaiate, sapateiro, curtidor, tipógrafo, etc; casas de residência, refeitórios, dormitórios, biblioteca, farmácia, gabinete para o estudo das ciências naturais, gabinete fotográfico, sala de armas, paiol da pólvora, depósitos de ferramentas e máquinas agrícolas, fábrica de cerveja e celeiro, salas de estudo, capela etc.

Os vastos terrenos agricultados, hortas e jardins são irrigados por uma levada de 6 quilómetros, que conduz a água do rio Kitembo fornecendo 1800 litros por minuto.



A missão da Huíla — Edifícios e terrenos de semeadura

Neste instituto são educadas perto de 200 crianças, das quais 45 seguem o curso do seminário. Quase todas foram resgatadas à custa da missão. Aprendem instrução primária, agricultura, artes e ofícios; dedicam-se à música, exercício de armas, etc.

Logo que chegam à maioridade, casam com as raparigas educadas no instituto dirigido pelas irmãs e estabelecem-se no Jau formando núcleos de aldeias cristãs. Aí entregam-se à agricultura, artes e ofícios, auxiliando-se uns aos outros.

O instituto das raparigas é dirigido pelas *irmãs educadoras* de Carnide. Está situado na margem esquerda do rio Mucha, do qual parte um levada de 500 metros fertilizando os seus terrenos de cultura, que ocupam uma área de 10 hectares.

As edificações deste instituto compreendem: capela, salas, quartos para as irmãs, dormitórios, refeitórios, salas de engomar, costura, cozinha, lavandaria, sala de estudo, enfermaria, etc. As raparigas aprendem a ler, escrever e contar, costura, bordados, lavagem de roupa, engomar, cozinha, padaria e agricultura. São obtidas por meio de resgate e são oriundas de diferentes regiões como o Bié, Bailundo, Luceque, Humbe e países ao sul do Cunene.

Os terrenos agricultados são muito férteis e fornecem variadas espécies de culturas, tais como; o trigo, milho, aveia, cevada, centeio, arroz, legumes, batata inglesa e doce, feijão, hortaliças, etc., que chegam para o sustento de todo o pessoal.

Existe no instituto dos rapazes um parque, onde os missionários fazem experiências sobre a aclimação de muitas espécies vegetais da Europa. Pode-se dizer que a missão é uma verdadeira quinta regional, onde os colonos e agricultores do planalto têm colhido muitos conhecimentos úteis sobre agricultura e arboricultura. São notáveis e de grande alcance para as colónias as experiências ali realizadas com diversas qualidades de trigo, tais como: o da Califórnia, que dá uma percentagem muito superior ao da Europa, adaptando-se à natureza do terreno e às condições do clima.

Este trigo vai-se generalizando entre os colonos madeirenses e agricultores do vale do Chimpumpinhime com manifesta vantagem, o que se deve à iniciativa e esforços dos beneméritos missionários. Muitas árvores da Europa têm sido introduzidas no planalto e estão dando bons resultados, devido às experiências colhidas na missão.

Além do trigo da Califórnia, cujo rendimento é superior ao do molar da Huíla, os missionários introduziram o ribeiro mollar de Cintra e um durazio de Lisboa, que as experiências verificadas no parque de aclimação demonstraram serem os mais aptos para o clima e natureza dos terrenos do planalto. Algumas variedades de feijão, batata e milho foram também introduzidas pelos missionários com vantagem para os colonos e agricultores. A missão possui 3264 árvores de fruto de todas as espécies europeias e 1500 pés de vinha das variedades *moscatel*, *bastardinho* e *dedo de dama*.

Algumas indústrias têm sido tratadas pelos missionários com ótimo resultado, tais são: a preparação dos curtumes, para o que há com abundância no planalto as matérias primas; a preparação dos licores, fabrico de telha e tijolo por processos aperfeiçoados, serração de madeiras a vapor, etc.

A fábrica de curtumes da missão, montada com aparelhos modernos, produz anualmente 1500 couros que são consumidos nas colónias do planalto e vila de Moçâmedes.

A missão do Jaú foi fundada em 1889. Fica situada nas proximidades da embala do soba.

As suas edificações compreendem um elegante prédio em forma de *chalet* com diferentes dependências, que constituem a missão propriamente dita, onde residem os missionários, *irmãos* e *irmãs* e são: a capela, casas de resiliência, armazéns, celeiros, etc.; aos lados ficam as casas que constituem a primeira aldeia cristã. São construções elegantes feitas pelos pretos e dispostas com asseio, ordem e simetria. Existem espaçosas alamedas bem arborizadas, lagos e jardins que tornam encantadora a pequena vila. Já estão cultivados 5 hectares de terreno com hortaliças, cereais, árvores de fruta europeias, etc.

A missão da Huíla communica com a povoação do mesmo nome por meio de uma estrada de 3 quilómetros com a direcção norte-sul; comunica com a colónia da Chibia por outra que vai entroncar com a que parte da Huíla para aquela colónia; com a Humpata por outra de 22 quilómetros dirigida ao rumo do noroeste pela Palanca e finalmente está ligada à missão do Jau por meio de uma bela estrada carreteira construída pelos missionários com 18 quilómetros ao rumo do oes-sudoeste.

Esta missão foi fundada em 1881, sendo governador de Moçâmedes o distinto oficial da marinha, o sr. Ferreira de Almeida, o qual informado dos ótimos resultados colhidos nas missões dirigidas pelos padres do Espírito Santo e sabendo que o benemérito evangelizador da África, o

padre Duparquet, manifestara desejos de missionar os povos do planalto, procurou por intermédio da sociedade de geografia de Lisboa entabular relações com o corajoso missionário, que por esta epocha promovia a fundação de missões na colónia do Cabo da Boa-Esperança. O rev.^{do} padre Duparquet visitara em 1864 a região do Humbe com intuito de aí fundar uma missão, não o tendo conseguido por falta de apoio e protecção do nosso governo.

Estabelecido um acordo entre o nobre governador do distrito e o prestimoso missionário, partiu este do Cabo para Lisboa, onde se discutiram as bases para a fundação de uma missão no planalto, dirigida pelos padres da Congregação do Espírito Santo sob a proteção do Estado.

Em 1881 partia de Braga o primeiro grupo de missionários e *irmãos auxiliares*, que escolheram a Huíla para centro das suas operações. Foi escolhido para desempenhar o espinhoso cargo de superior o rev.^{do} padre José Maria Antunes que então contava 25 anos de idade.

A historia da fundação desta missão, a narração sucinta das difficuldades que os corajosos missionarios encontraram aos seus desígnios, os estorvos, trabalhos perigos que a cada passo se levantavam a tolher-lhes o santo empenho e entusiasmo pela regeneração da raça africana, o progresso e crescimento desta grandiosa instituição à custa de fadigas, doenças e sacrificios de vidas, são dignas de uma epopeia, que será escrita no livro da civilização africana com o generoso sangue de tantos mártires imolados por abnegação e desinteresse nas inóspitas regiões do continente negro.

Ouçamos a voz autorizada do venerando bispo de Echino, D. Antonio Thomaz da Silva Leitão e Castro.

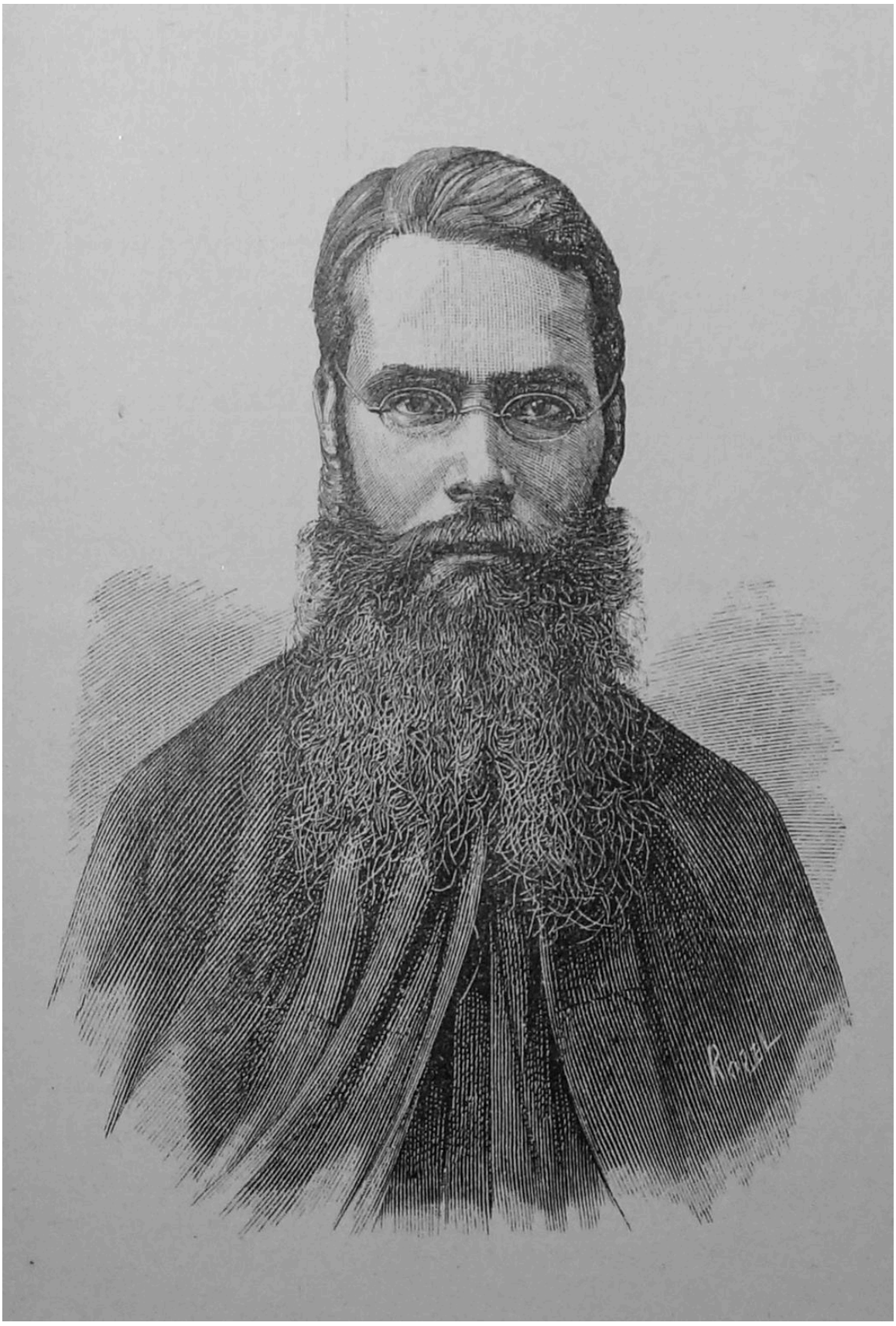
S. Ex.^{a} Rev^{ma}, quando presidia aos destinos da diocese angolense, discursando sobre o progresso d'este grandioso estabelecimento e sobre a educação ministrada aos educandos pretos, que pessoalmente avaliou na sua visita pastoral às colónias deste planalto, disse:

> Vendo porém aqui, vestidos como nós, falando a nossa língua, professando a nossa fé, moldados aos nossos costumes tantos indígenas, jovens e crianças dos dois sexos, incorporados de alma e coração em a nossa nacionalidade, instruídos, morigerados, empregados utilmente na agricultura, nas artes, nos ofícios, de modo que produzem e oferecem resultados visíveis e palpáveis, traduzidos em quanto há e se faz nesta

magnífica missão; encontrando-os a todos neste momento conosco, alegres, jubilosos, regenerados pela fé e prática da vida cristã, que incita ao trabalho e gera a paz e abundância; notando que participam do nosso justo enthusiasmo n'esta occasião tão solene, que erguem as mãos para o Céu, entoam cânticos à Virgem e se extasiam com a sua glória, como filhos que a estremecem; eu não posso, Senhores, omitir agora um testemunho de admiração e de reconhecimento para aqueles, que há nove anos apenas chegaram a este deserto e sem avultados recursos o tem assim transformado nas cousas e nas pessoas, demonstrando praticamente que o preto se pode civilizar, que o preto bem dirigido pode produzir e produz, pode formar colónias agrícolas e industriais sólidas e proveitosas; pois tudo quanto aqui há e podeis ver, tudo isto que propriamente se pode chamar uma colónia é feito pelos pretinhos sob a direcção de alguns missionários e dos auxiliares da missão, coadjuvados só há três anos pelas corajosas educadoras de Carnide.

Eis, Senhores, o que opera no interior da África a ação providencial do missionário catolico; eis como se formam colónias agrícolas e industriais úteis e prometedoras, eis o que me convida a dirigir os máximos louvores aos padres, às intrépidas educadoras, que a vida do sertão não aterra e aos auxiliares da missão, todos abnegados e zelosos e entre os quais eu conto com orgulho dezenove pessoas portuguesas europeias, número bem superior, só na Huíla, ao de todos os portugueses, compreendendo mesmo os índios e africanos empregados nas restantes paróquias e missões do meu vastíssimo bispado!

……..ia dizer-vos até, que julgava bem compensados os incómodos da minha viagem Chela acima pelo sertão de Moçâmedes, com a grande consolação de apreciar o belo, o notável desenvolvimento, que em três anos, depois da minha primeira visita, tem tomado esta obra, deveras importante, simpática e sorridente, dirigida por um sacerdote português que tanto honra a religião e a pátria e possui o admirável condão de obter pessoal europeu, ultramarino e até bem numeroso e lídimo português, para instruir e educar os miserandos pretinhos, a ponto de com eles, dentro em pouco, se formarem aldeias verdadeiramente portuguesas, católicas e civilizadas!



O Rev.^{do} Padre José Maria Antunes

São relevantes os serviços prestados por esta missão à nossa causa, quer difundindo a civilização pelos indígenas, suavizando-lhes os hábitos de selvageria, domando-lhes os instintos, em benefício da conquista pacífica dos nossos domínios, quer ministrando conhecimentos úteis e proveitosos sobre agricultura aos colonos e agricultores do planalto e educando-lhes os filhos. É indispensável que se organizem novas missões, como esta, nas nossas colónias, sob a protecção do Estado. A análise imparcial dos factos, desapaixonada de preconceitos, patenteia à evidência que o único meio seguro de colher resultados práticos e duradouros da civilização do preto é utilizando a influência inteligente, pacífica e sensata dos missionários congregados. A missão da Huíla é um exemplo digno de admiração e estudo por parte dos que se dedicam à resolução do grave problema da regeneração africana.

As crianças ali instruídas e educadas servirão para de futuro derramar a civilização no interior da África mais facilmente e com mais utilidade do que os exemplos nem sempre moralisadores dos que buscam enriquecer lisonjeando e explorando os hábitos indígenas com a mira em gananciosos interesses, pervertendo e embrutecendo o negro. Os trabalhos práticos de agricultura ali realizados com instrumentos aperfeiçoados de lavoura hão de mais facilmente convencer os indígenas das vantagens do amanho da terra do que todos os tributos com que se pretenda incitá-los a desenvolver as suas culturas.

Avalie-se da poderosa influencia dos beneméritos missionarios sobre o ânimo dos indígenas, sabendo-se que os aguerridos povos do Jau e Bata-Bata, até então insubmissos às nossas armas, estão hoje totalmente pacificados e subordinados ao nosso domínio, desde que começaram a sentir a benéfica ação da missão do Jau. Os ferozes régulos, que mandavam cometer toda a casta de extorsões, latrocínios e assassinatos sobre os brancos, que se aventuravam a penetrar nos seus estados, actualmente morigerados pela prática dos bons exemplos difundidos pelos corajosos pioneiros da África, apresentam-se aos nossos governadores para lhes prestar homenagem e reconhecimento à nossa soberania.

E é este, a nosso ver, o único meio de concitar os indígenas a procurar amistosas relações com a raça europeia; tratá-los com brandura, patentear-lhes bons exemplos e convidá-los por meios suasórios a imitá-los. Esta evangélica paciência só a tem o missionário que se evola dos interesses mundanos da sociedade e vai para a África dedicar a vida inteira à civilização da raça negra, sem atenções com a sua saúde e futuro, e ali morre, mártir das suas convicções,

acorrentado às ideias de castidade, obediência e pobreza! Tal é o missionário congregado do Espírito Santo.

O elogio da missão da Huíla já está feito por mão de mestre a quem não nos é dado imitar. A excelência dos resultados obtidos com a educação prática dos pretos, aliada à catequese, foi reconhecida e louvada pelos arrojados exploradores Capello e Ivens na sua imortal obra *de Angola à Contra-Costa.*

A missão, que está colocada em risonho vale por onde serpeia pitoresco rio, compõe-se de vastos estabelecimentos bem construídos, cercados de jardins, hortas e terras de semeadura, devido tudo a grande esforço e trabalho, tendo de drenar as terras em uma grande extensão e dirigir as águas do rio; é nesse aprazível sítio, onde mais agradavelmente se passa na Huíla, que o recém-chegado se sente satisfeito ao entrar no gabinete de leitura.

Exultamos ao ver o sentido prático que a missão dá aos seus trabalhos a par daqueles da catechese, derramando na área da sua ação o gosto pelos labores de toda a ordem, principalmente agrícolas.

Lembra-nos o que escrevemos ao concluir da nossa obra *De Benguella is terras de Iaccu*, quando falamos do missionário e praz-nos notar que a missão da Huíla, embora não tenha sido guiada pela singeleza das indicações, de resto sem a menor pretensão, vai casualmente em linha paralela com o nosso pensamento.

... Ensinar o indigena a fazer a charrua, e extrair o ferro pelo modo mais aproveitável, a combiná-lo com o carbone para produzir o aço; incutir-lhe a primeira noção do moinho, revelar-lhe o modo de aproveitar a força das águas e as vantagens do amanho da terra, eis em resumo o fim sério da missão ali.

Tais eram as nossas palavras ao tempo e que felizmente vamos vendo realizadas na Huíla.

> Fazemos votos pela prosperidade da missão convencidos de que o negro há de sentir em curto espaço de tempo os seus benéficos efeitos acabando por modo gradual com essas repugnantes e torpes cenas de feitiçaria.

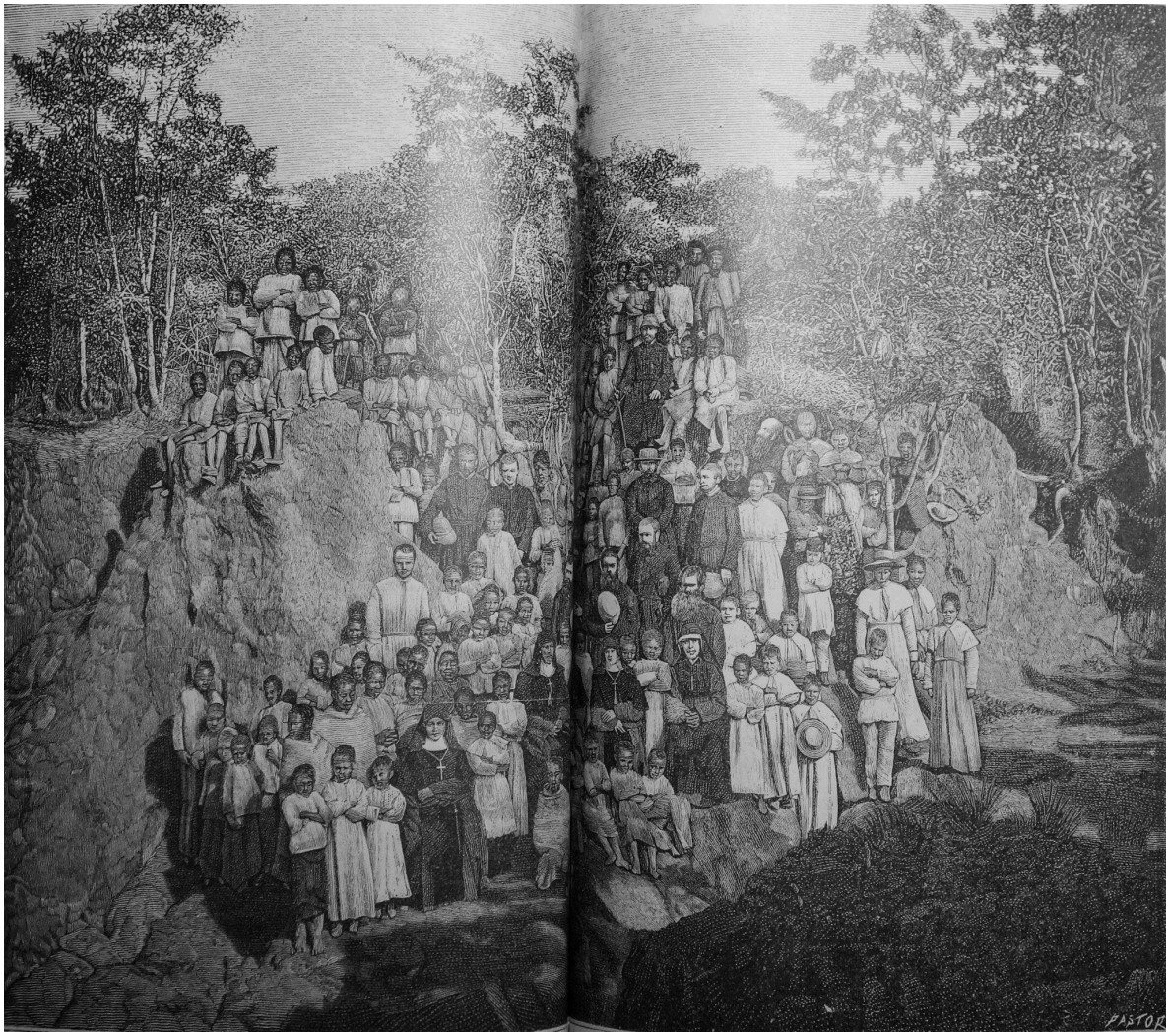
Existe em Sintra uma escola agricolo-colonial fundada e dirigida pelos missionários do Espírito Santo, cujo fim é formar mestres primários e de artes e ofícios, conhecidos com o nome de irmãos auxiliares. São eles que vão ensinar nas missões africanas as especialidades aprendidas na escola, dirigindo a educação artística e prática do preto ao lado da catequese ministrada pelos padres.

A falta deste importante elemento de educação profissional para os pretos tem sido a causa do insucesso nas missões portuguesas dirigidas por padres seculares.

Este utilíssimo estabelecimento forma uma vasta propriedade agrícola, abrangendo duas quintas com casarias para as oficinas de todas as especialidades artísticas e dependências rústicas e apropriadas à lavoura. O seu pessoal compreende: 49 irmãos alunos, 12 aprendizes e 5 pensionistas. O corpo docente é formado por um padre-diretor e 11 irmãos professores e mestres. Total 78.

Esta escola deve a sua existência à caridade inesgotável de uma nobre e ilustre senhora, a condessa de Camarido. Constando-lhe que o benemérito padre Duparquet procurava uma propriedade onde pudesse fundar uma escola prática de agricultura, artes e ofícios para formar e instruir os irmãos da missão do real padroado na Huíla, ofereceu-lhe generosamente para tal fim as suas vastas propriedades em Sintra. Neste louvável intuito foi a nobre e caridosa senhora auxiliada pelo virtuoso e ilustrado sacerdote, monsenhor Quesada.

A escola foi fundada em 1887. A princípio sustentou-se de esmolas e do rendimento das quintas, e apesar de tão parcos recursos conseguiu enviar para as missões em Angola 16 irmãos, contando apenas 42 alunos até 1889.



Pessoal superior e educandos da missão da Huíla

Faltando, porém, ao incansável padre Duparquet os recursos indispensáveis para imprimir maior impulso à sua obra, habilitando-a a fornecer, não só o irmão da missão, mas também o pessoal secundário e auxiliar para o regular desenvolvimento das missões africanas, solicitou do governo um subsídio para dar maior amplitude à sua empresa. O governo informou-se, por intermédio de pessoas de alta competência e seriedade, do estado do Instituto, seus fins, sua utilidade e convencido da sua importância moral e material concedeu-lhe um subsídio anual de três contos de réis, considerando a escola colonial de Sintra como instituição auxiliar do real padroado na África.

O relatório, que precede o decreto concedendo o subsídio a esta útil instituição, representa uma página brilhante para a história da evangelização dos povos africanos pelos beneméritos missionários do Espírito Santo. Damo-lo na íntegra, porque ele fala mais alto do que as nossas humildes palavras.

> Senhor. — Larga e profunda tem sido a ação religiosa, patriótica e civilizadora das missões católicas portuguesas no continente africano. A elas incontestavelmente se deve, em grande parte, a consolidação e expansão do nosso domínio colonial naquelas paragens, onde o prestígio do nome portuguez se engrandece e vincula hoje mais ainda pelas luzes da civilização que derramamos, do que pela tradição heróica dos vastos domínios que conquistamos. Nem de outra forma, que não seja à redenção daqueles povos pela ciência, pela moral, pelo trabalho e pela fé, poderemos legitimar e defender, como nos cumpre, e nos interessa, os nossos gloriosíssimos direitos de soberania e padroado.
>
> Preciso se torna pois e urgente, procurar e preparar-lhes pessoal habilitado e dedicado, que pela orientação propositada da sua educação moral, científica e profissional, corresponda às verdadeiras necessidades práticas da laboriosa formação daquele novo mundo, por nós aberto às indústrias, às artes, às ciências, às letras e ao comércio universal.
>
> Dar às missões um carácter confiadamente nacional e eminentemente educador e docente; tornar o missionário, não só apóstolo da fé, mas verdadeiro soldado da cruzada da civilização, e não só sacerdote de uma crença espiritual, mas verdadeiro ministro da religião do trabalho e do progresso; colocar ao lado do catequista o professor e o mestre, e erguer ao pé da igreja a escola e a oficina, de forma a criar simultaneamente neófitos e

aprendizes, crentes e operários, fieis e cidadãos, deve ser o empenho e ocupar o desvelo dos que sinceramente procuram dar aquela sociedade que nasce todos os elementos de vida, de formação, de desenvolvimento e de prosperidade. Lutar por igual, para por igual vencer, a impiedade, a ignorância e a indolência do gentio, levar-lhe ao espírito, com a luz inefável de uma religião de justiça, de amor e de caridade, todas as noções do dever cívico, da solidariedade social e da dignidade humana; ensinar-lhe, não só as máximas sublimes da moral cristã, mas também todos os processos de trabalho, todos os recursos da indústria, todas as aplicações da ciência, todas as utilidades da arte, todas as forças da inteligência humana sobre os elementos naturais, tal é, a missão útil e verdadeiramente benéfica a desempenhar neste vasto continente escuro e inculto.

Proteger, portanto, estabelecimentos de educação, que principalmente se destinem a preparar mestres, artistas, operários e agricultores para auxiliares da missão, como faz a escola agrícola colonial, fundada em Sintra em dezembro de 1887, e onde, segundo as informações officiaes e o parecer da junta geral das missões, se trabalha activamente, se educa com desvelo, se moraliza com escrúpulo, se disciplina com intelligencia, e se aumenta consideravelmente o pessoal educando, mais atendendo às urgências do ensino, às necessidades do padroado, e ao aproveitamento opportuno das vocações, do que aos conselhos de uma prudente administração, parece-me que é uma necessidade e um dever.

Para a conveniente educação profissional, habitação e sustento do numeroso pessoal que esse instituto já conta, e que tende a aumentar, é preciso que se completem as edificações começadas para oficinas de artes e officios; que se melhorem e ampliem as instalações rurais; que se adquiram livros, alfaias, instrumentos e materiais de trabalho e que haja uma fonte certa de dotação anual.

É para tudo isto que a direcção da escola pede o auxílio do governo de Vossa Majestade. E atendendo a que instituições desta natureza são, no momento actual, um elemento de força para a grande luta africana, e a que sob a inspeção e superintendência do estado essa força se não poderá desviar, nem é de presumir que se desvie, da sua útil e patriótica aplicação, tenho a honra de submetter á aprovação de Vossa Majestade o seguinte projecto de decreto.

Secretaria de estado dos negócios da marinha e ultramar, em 14 de novembro de 1889 — Frederico Ressano Garcia.

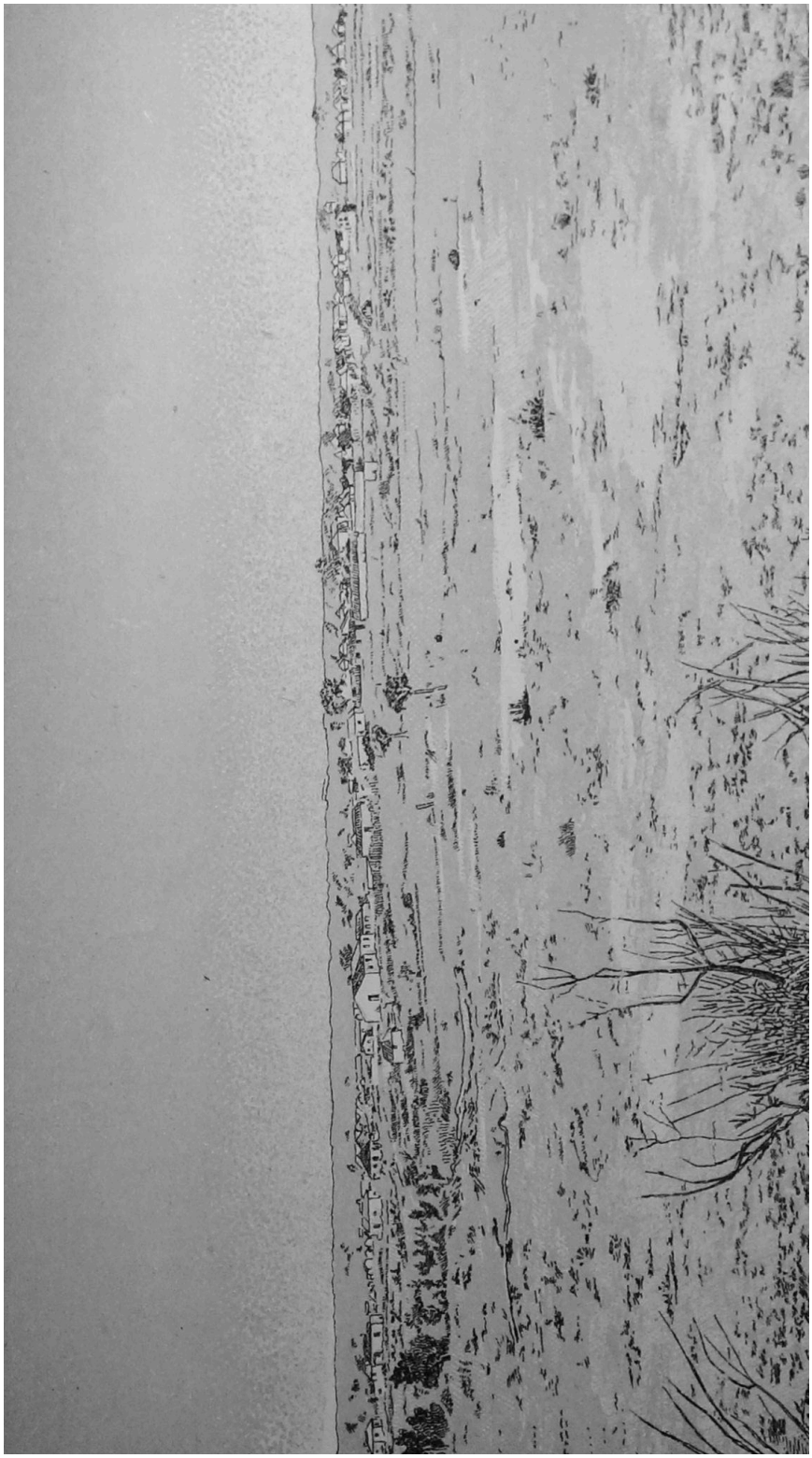
À prosperidade desta grandiosa obra de educação, destinada à regeneração da raça negra, estão ligados dois nomes distintos, Ferreira do Amaral e Costa Lobo.

Entre a plêiade de homens illustres, que têm protegido a missão da Huíla, figuram os ministros : Barros Gomes, Júlio de Vilhena, Barbosa du Bocage, Ressano Garcia; o director geral do Ultramar, Costa e Silva; os bispos de Angola: D. José Netto, e D. Antonio Thomaz da Silva Leitão e Castro; Os governadores gerais: Ferreira do Amaral e Brito Capello; os governadores do distrito de Moçâmedes: Ferreira d'Almeida, Álvaro da Costa Ferreira e Leitão Xavier; a nobre e caridosa condessa de Camarido; monsenhor Quesada, e dr. Fernando Pedroso.

Mappa estatistico das missões da Huilla e Jau — população, producção, machinas etc.

1	Raspadores	e agricolas
1	Trituradores	
1	Limpadores	
4	Arados	
2	Debulhadoras manuaes	
2	Apparelhos de distillação	
50 h.	Area cultivada	Especies pecuarias
20	Caprum	
20	Ovelhum	
180	Gado bovino	
15	Jumentos	
2	Eguas	
3	Cavallos	
3	Carros de passeio	Carros
4	Carros nacionaes de 2 rodas	
4	Vagons de 4 rodas	
1	Distillação	Officinas e fabricas
1	Padaria	
1	Fabrica de cerveja	
1	Photographia	
1	Encadernador	
1	Typographia	
1	Oleiro	
1	Alfayate	
1	Sapateiro	
1	Curtição de couros	
1	Carpinteiro, marceneiro, torneiro	
1	Funileiro	
1	Serralheria	
1	Serração de madeira a vapor	

10	Padres	Pessoal superior
12	Irmãos auxiliares	
8	Irmãs educadoras	
45	Seminaristas	Educandos
170	Indigenas masculinos	
85	Indigenas femeninos	
10	Femeninos (Habitantes da aldea christã no Jau)	
10	Masculinos (Habitantes da aldea christã no Jau)	
1:000 @	Trigo	Producção agricola
1:200 @	Batata ingleza	
400 @	Feijão	
200 @	Ervilha	
1:000 @	Milho especial	
1:000 @	Cará	
3:264	Arvores fructiferas	
1:500	Vinha	
10	Viveiros de arvores	
1	12 cavallos	Motores
1	4 cavallos	
2	Apparelho para serração de madeiras a vapor	Engenhos e machinas industriaes
1	Engenho de moer cereaes a vapor	
1	Engenho de moer casca para a cortição a vapor	
1	Engenho para moer casca movido por bois	
1	Perfurador mechanico	
2	Tornos	
1	Apparelho para mover o torno á força de animaes	
1	Amassador mechanico para o pão	
1	Moinho d'agua	



Colónia de S. Pedro da Chibia

Colónia de S. Pedro da Chibia

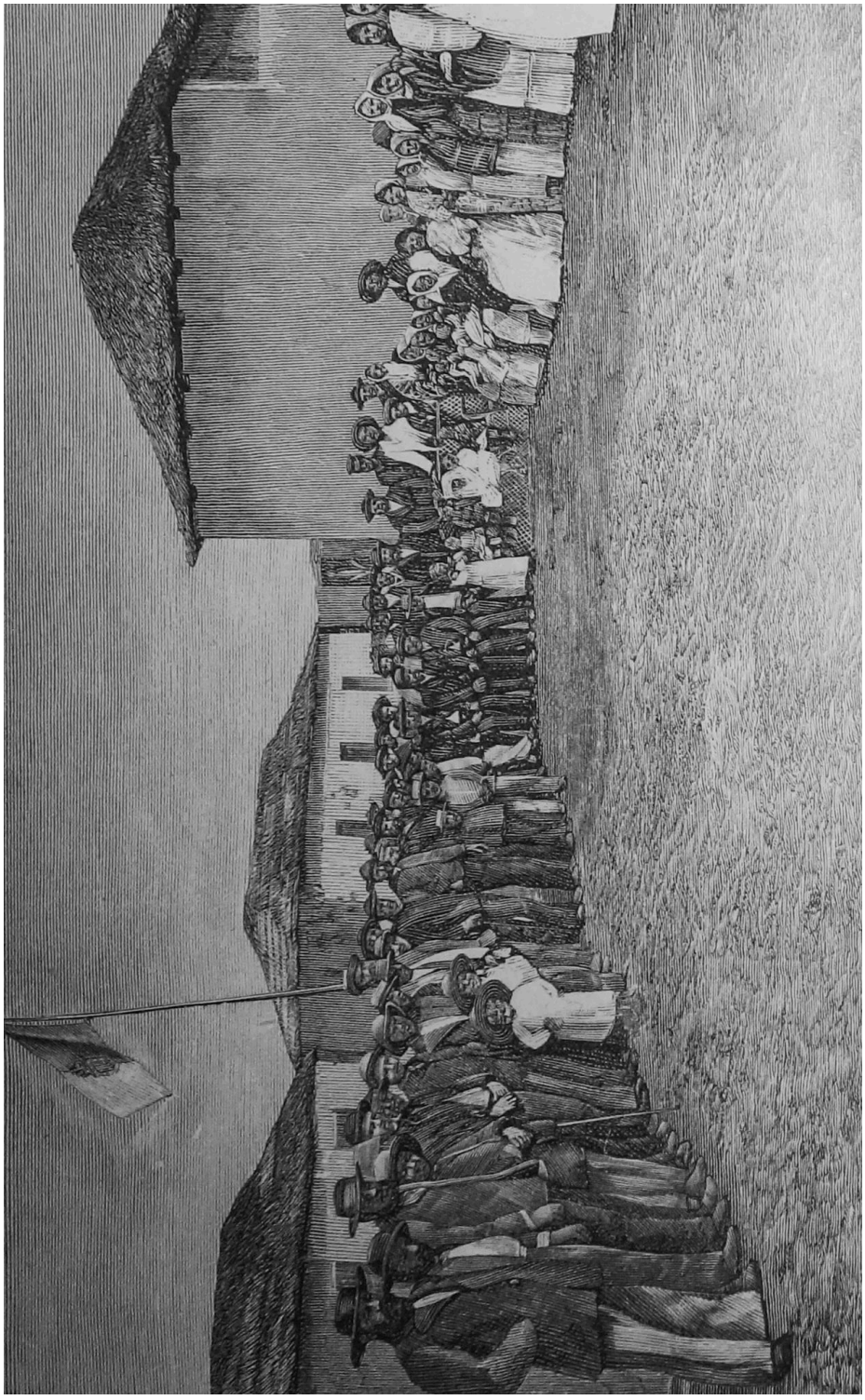
Está situada sobre a margem esquerda do rio Chimpumpunhine no sítio denominado Chibia (Tybia) com a altitude de 1515 metros. Demora a estesudeste da povoação da Huíla a distância de 25 quilómetros aproximadamente.

É sede do concelho da Huíla e o principal centro de produção agrícola do planalto. Ocupa a área de 150 hectares.

Pelo grau de prosperidade que atingiu de 1880 por diante, pela sua ótima posição no centro da fertilissima bacia do Nene, pela importância das suas transações comerciais com os indígenas e relações com os centros produtores dos Gambos e Humbe, pelo rápido crescimento e estado florescente das suas propriedades agrícolas, é considerada a colónia mais rica do planalto e aquella a que está destinado um mais brilhante futuro.

Foi inaugurada em 1885 por iniciativa do capitão Pedro Augusto Chaves, então chefe do concelho da Huíla, tendo sido nomeado seu diretor o capitão Joaquim Affonso Lage.

O primitivo grupo de imigrantes, que iniciou a colonização no vale do Chimpumpunhine, era constituído por algumas famílias madeirenses em número de 44 indivíduos, destacados por ordem superior, das colónias Sá da Bandeira e S. Januário. Acompanharam estas famílias alguns indivíduos oriundos das províncias do norte de Portugal, que então ocupavam o vale do Lupolo. Foram eles que deram animação aos trabalhos agrícolas fundando propriedades, que atualmente rivalizam em produção e extensão com as melhores de Capangombe e tornam esta colónia o mais importante centro de agricultura da zona alta.



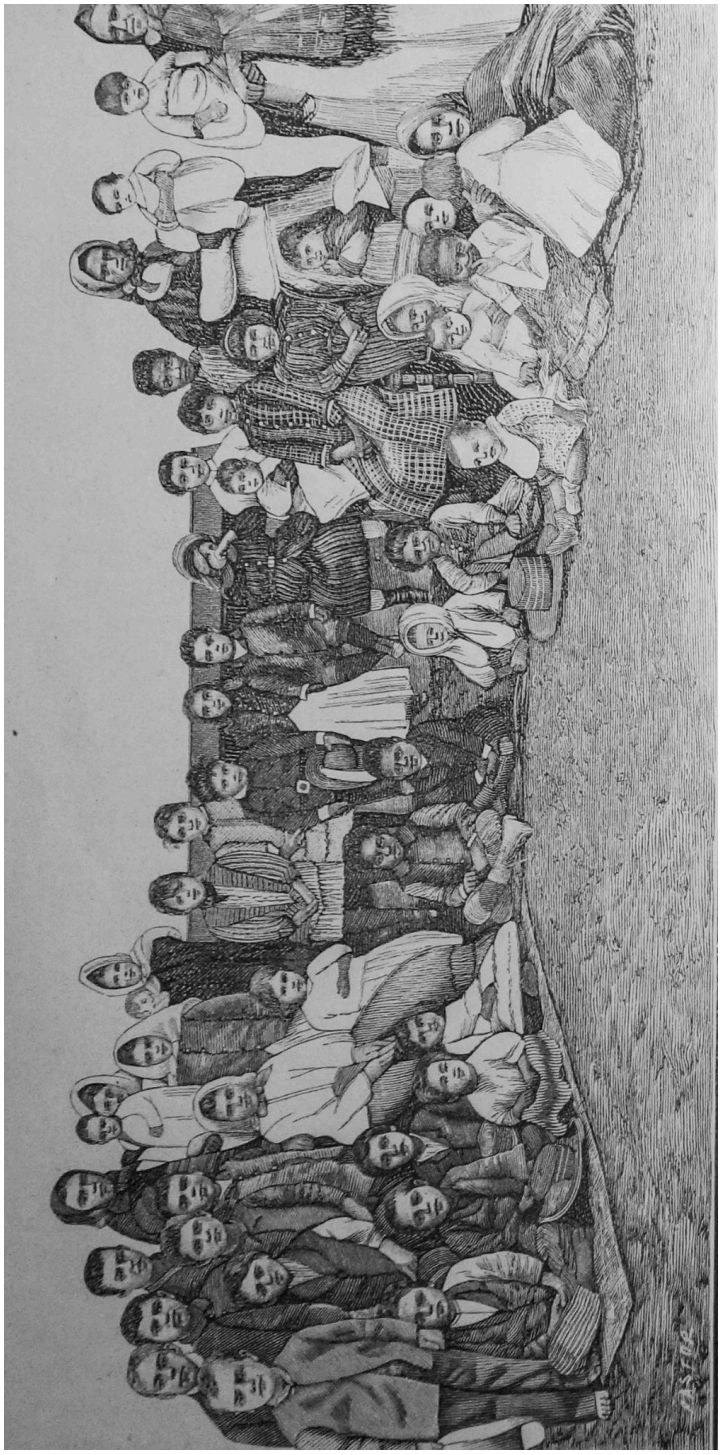
Os primeiros colonos da chibia

Os terrenos deste vale, sendo os mais férteis, têm tido grande procura achando-se já ocupados em uma extensão superior a 30 quilómetros pelas duas margens do rio, não só pelos colonos madeirenses, mas muito especialmente pelos antigos agricultores da Huíla e alguns do concelho de Capangombe, que desanimados com a persistência das secas na zona baixa procuram fundar novas propriedades no ubérrimo solo da Chibia, a fim de compensar os prejuízos causados nas suas fazendas de Capangombe, Muninho e Bibala pelas estiagens. É esta a principal causa do rápido crescimento da colónia.

Os agricultores da zona baixa, homens práticos e conhecedores de terrenos, sabendo bem avaliar o alcance das produções em relação às aptidões vegetativas do solo, acostumados à agricultura em larga escala e dispondo de todos os recursos para o arroteamento de grandes extensões de terreno, como sejam máquinas e engenhos agrícolas e serviçais, vieram dar um grande impulso ao progresso desta colónia, dotando-a com melhoramentos que não teria, se, como nas outras colónias, a agricultura se limitasse aos pequenos arimos dos colonos madeirenses que, quando muito, rendem para a sua alimentação.

Os ótimos resultados colhidos nas propriedades agrícolas deste vale tem concorrido para animar os colonos a maiores plantações, ministrando-lhes ensinamentos úteis sobre as regras que mais se coadunam com a prática dos trabalhos rurais, escolha e epocha das sementeiras, regas, colheitas etc.

Notaremos que os colonos madeirenses transportados para o planalto, não encontrando pessoa competente que os guie praticamente e os inicie nos conhecimentos relativos à qualidade dos solos, influência do clima sobre as culturas, etc., isto que praticamente constitui o conhecimento da agricultura aplicada ao terreno em exploração, tendem a fazer as suas plantações conforme faziam na Madeira, sem atender à inversão das estações, nem a natureza dos terrenos e clima; plantam as mesmas espécies que na sua terra, nas mesmas épocas, e do mesmo modo.



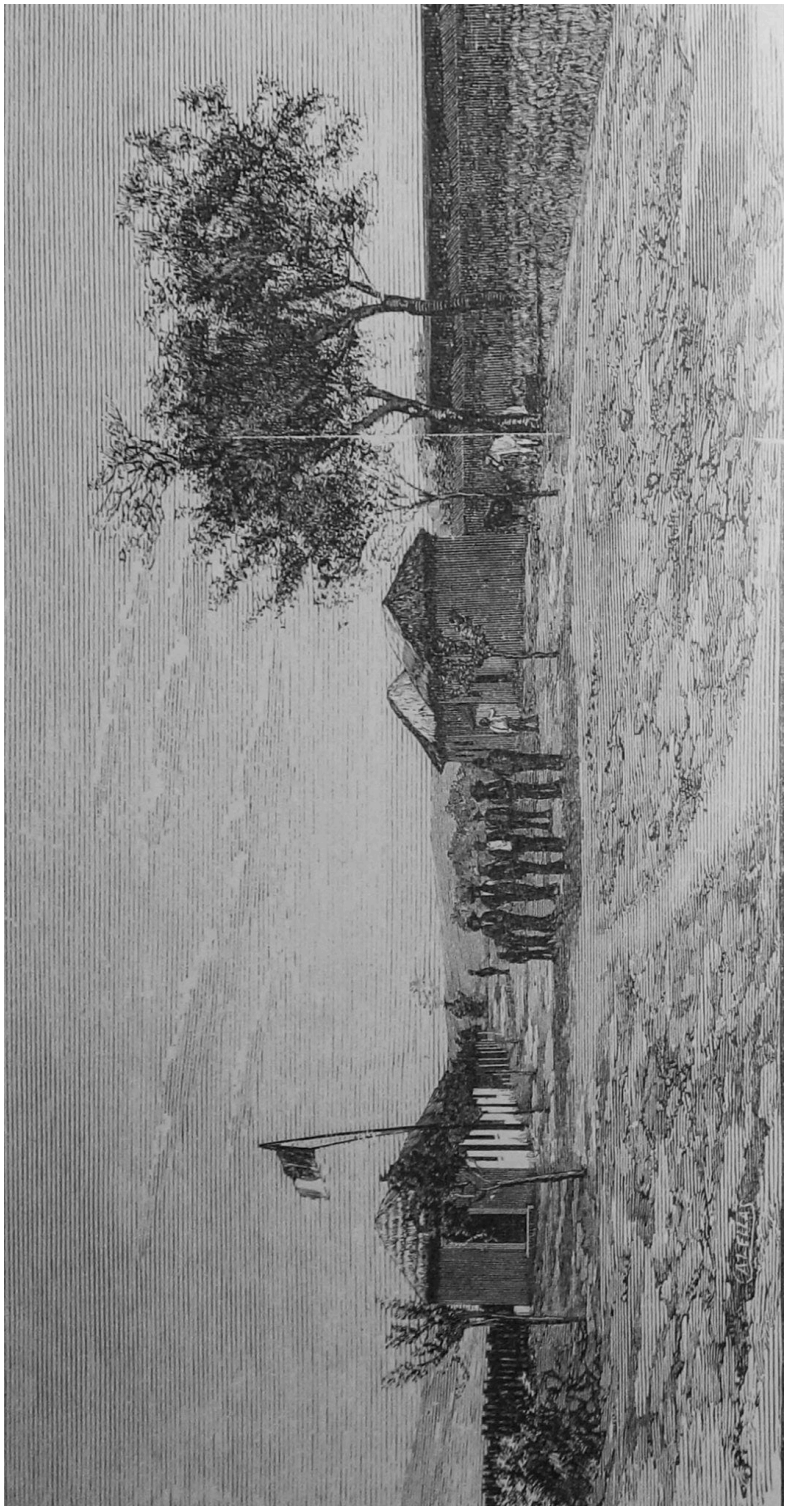
Grupo de crianças da colónia da Chibia

Desta prática errônea surgem inconvenientes fáceis de avaliar, traduzindo-se na menor produção, perda de sementeiras e no desânimo que leva muitos a abandonar a agricultura para se dedicarem às artes e ofícios. É esta, a nosso ver, uma das causas de decadência nas colónias madeirenses do Lubango e Humpata e que não existe na Chibia, por isso que as fazendas agrícolas situadas nas vizinhanças da colónia e dirigidas por indivíduos práticos e conhecedores da agricultura no planalto são escolas de que os colonos tiram proveito.

Durante os anos decorridos desde 1885 a 1890 esta colónia esteve abandonada da protecção oficial, vivendo dos recursos da sua própria iniciativa sob a hábil direção de um funcionário honesto, trabalhador e modesto, o capitão Lage; sem obras públicas que lhe desviassem os braços da agricultura, nem pomposos elogios, adrede forjados para lhe atrair as atenções públicas. Viveu modestamente sem outras aspirações que não fossem as do seu trabalho, e tal desenvolvimento adquiriu no espaço de 5 anos, que se impôs à admiração do governo.

O sr. Leitão Xavier, atual governador do distrito, convencido de que não havia razões que justificassem o ostracismo odioso a que fora votada a colónia que dispõe de melhores elementos de prosperidade e riqueza, passou a dispensar-lhe merecida atenção, ordenando a remessa de parte dos colonos vindos da Madeira e dotando-a com alguns melhoramentos materiais de urgente necessidade.

Posto não concordemos com a mudança da sede do concelho da povoação da Huíla para a colónia de S. Pedro, por tirar toda a importância àquele ponto central, todavia reconhecemos que deu maior incremento à prosperidade e progresso da colónia, atraindo para ali grande número de agricultores do vale do Lupolo.



Primeiras construções da colónia — uma rua

A colónia é formada por 400 casas dispostas com ordem e simetria em ruas largas, bem alinhadas e limpas, ornadas de plantações de eucalipto, pimenteira e amoreira. Contém onze ruas, das quais cinco correm no sentido norte-sul e tem os seguintes nomes: Príncipe da Beira, Pinheiro Chagas, Costa e Silva, Sebastião da Mata, Leitão Xavier. As seis restantes são perpendiculares às primeiras e têm os nomes de: D. Luiz I, conselheiro Capello, conselheiro Amaral, Theodosio Lencastre, Rolão Preto.

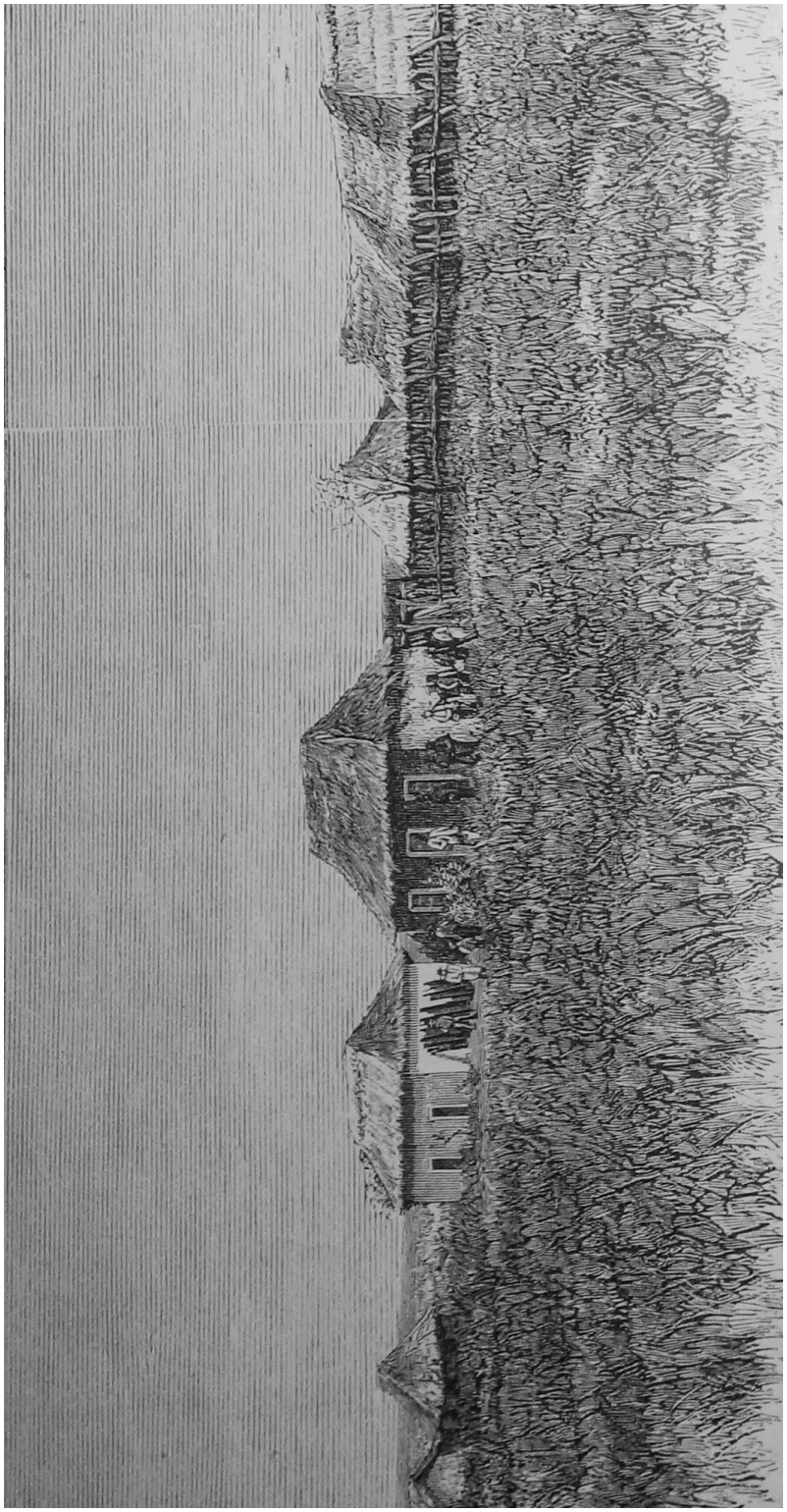
Os edifícios públicos são: residência do diretor da colónia, construção modesta, mas agradável e higiénica, feita de pedra e barro e coberta de telha de zinco. Nela está instalada a secretaria do concelho e colónia, ambulância da delegação de saúde, residência do médico, estação postal, escolas de ambos os sexos e residência dos professores; calabouço, arrecadação de material e sementes, enfermaria, etc., são construções acanhadas, feitas de adobe e cobertas de colmo, alugadas a particulares: a capela funciona em um casebre; há necessidade de um barracão espaçoso e higiénico para abrigo dos colonos recém-chegados, e de uma ponte sobre o rio Chimpumpunhime para estabelecer comunicação entre os casais situados nas duas margens do rio.

As casas dos colonos são construídas de pau a pique ou adobe com cobertura de colmo ou telha fabricada na colónia. Cada casa possui um quintal com 600 metros quadrados de superfície, onde cultivam legumes, hortaliças e árvores de fruta.

Os arimos ocupam as duas margens do rio. Cada colono possui meio hectare de terreno, onde semeia trigo, batata inglesa e doce, cará, centeio, milho, etc. Alguns têm criações de cabras, galinhas, porcos, e outros possuem moinhos movidos pela água do rio para moer os cereais.

Existem fornos de telha e tijolo.

Os terrenos prestam-se a todas as culturas europeias e dos climas quentes e são irrigados por três levadas com a extensão total de 50 quilómetros.



Primeiras construções do estado — Antiga residência do chefe da colónia

As fazendas agrícolas começam no sítio denominado Chimpumpunhime a 15 quilómetros da colónia e estendem-se ao seu encontro ocupando as duas margens do rio.

A mais importante é a de Santa Amélia, propriedade do sr. Pedro Augusto Chaves; possui 200 serviçais, muitas máquinas e engenhos agrícolas e uma importante destilação de aguardente. A sua maior produção consiste em cana sacarina, cereais e legumes com o rendimento anual de 6.000$000 reis.

Existem nas proximidades da colónia muitas matas de excelente madeira e extensas superfícies cobertas de pastagem.

A 4 quilómetros a sueste da colónia de S. Pedro fica a pequena colónia da Ioba formada por 15 famílias *boers* e *bastards*, que se dedicam à agricultura. A sua produção média anual é de 10.000 litros de trigo, 6.000 de feijão e 8.000 de milho.

A despesa feita com a colónia de S. Pedro da Chibia. durante o ano económico de 1890-1891 foi de 27.502$729 distribuídos da seguinte forma:

Obras públicas	3.700$000
Fretes a carros *boers*	5.000$000
Ordenados, ajudas de custo, gratificações	7.000$000
Subsídio a colonos	12.000$000

Criação de gado bovino e lanígero

Seria de grande vantagem introduzir nas colónias madeirenses a criação de gado bovino, que sobre ser rendosa e facilitar os trabalhos agrícolas, teria a vantagem de restituir à terra a sua primitiva fertilidade. Provado, como fica, que os colonos, nas circunstâncias atuais, não podem auferir lucros da agricultura por falta de comunicação rápida e barata entre o litoral e o planalto, parece-nos que a criação de gado viria dar-lhes alguma animação proporcionando-lhes uma

ocupação fácil e segura de obter meios para se proverem dos objetos mais indispensáveis à regular manutenção da economia doméstica, como sejam o vestuário, mobília, géneros de mercearia, utensílios, etc.

O gado bovino comprado nos centros produtores dos Gambos e Humbe fica nas colónias do planalto por preços módicos, 10$000 a 12$000 reis um boi e 6$000 a 8$000 réis uma vaca. Um boi regular vendido em Moçâmedes rende 20$000 a 22$000 reis.

Existem nas proximidades das colónias extensas campinas com abundantes pastagens, sendo apenas necessário criar prados artificiais com plantas de reconhecido valor nutritivo para substituir o capim, que a experiência demonstra fornecer uma alimentação fraca.

A introdução do gado lanígero seria um elemento de prosperidade para as colónias pela produção da lã. É porém indispensável estudar a maneira mais conveniente de o tratar e alimentar e qual a melhor raça a introduzir. Alguns exemplares da raça merina, que encontramos nas colónias em 1888, foram enviadas pelo nobre director geral do ultramar, o conselheiro Costa e Silva, cujo interesse e dedicação pela colonização europeia do planalto o levou a percorrer as lojas de Lisboa em procura de tesouras próprias para cortar a lã e ao carinho paternal de ensinar a um indivíduo encarregado da condução e tratamento dos carneiros, a melhor maneira de tosquia-los, fornecendo-lhe ensinamentos úteis relativos ao tratamento, conservação, reprodução, épocas de tosquia, etc. O nobre par do reino e diretor geral bem demonstrava a sua dedicação pelo progresso destas colónias, esquecendo a sua alta categoria para baixar a estas minudências. Infelizmente no planalto não tiveram as devidas cautelas com os exemplares, dividiram-nos pessimamente, carneiro para um lado, ovelha para outro, sem estábulos apropriados nem os cuidados indispensáveis com a reprodução, resultando que uns morreram de doenças contraídas por efeito das bruscas variações de temperatura, e outros foram comidos!

Duas doenças grassam no planalto, produzindo grande mortandade no gado bovino; são a sarna prosóptica e a peripneumonia infecciosa, conhecida do gentio com o nome de *caônha*. Foram descritas pelo distinto agrônomo-veterinário, o sr. João Tierno, que em 1887 visitou o planalto comissionado pelo governo para estudar as enzootias dos bovídeos e propor os meios higiénicos e curativos para debelar a propagação do mal que então grassava com grande intensidade. Do seu excelente relatório publicado em 1888 no Boletim Oficial da província de Angola destacamos os seguintes períodos sobre a etiologia destas doenças:

As plantas forraginosas, que brotam espontâneas deste solo, ressentem-se do seu mau tempero, traduzem nitidamente a sua composição química; e os animais que se nutrem delas revelam pelo temperamento, pela constituição do arcabouço, que lhes faltam na alimentação alguns princípios indispensáveis. Um desses princípios é a cal.

Por outro lado as influências climatológicas, poderosíssimas nestas regiões, actuando simultaneamente e no mesmo sentido com os alimentos, constituem outra causa de depauperação orgânica. O clima é húmido em extremo e o calor não é exagerado mas persistente. A época das chuvas é também a época dos maiores calores. As variações termométricas são rápidas e consideráveis: a diferença entre as temperaturas máxima e mínima é frequentes vezes de 12°, 14° e mesmo 15°, e não é raro subir a 20°. A resultante de todas estas ações deprimentes integra-se no organismo, fixa-se, transmite-se por hereditariedade e com o andar dos tempos fica constituindo um característico de raça. O calor conjugado com a humidade dá aos animais o empastamento das fôrmas e um certo grau de linfatismo; a prolongada alimentação incompleta produz a anemia; a falta de cal no solo e portanto nas plantas espontâneas origina a pequenez e a fragilidade do esqueleto. E são realmente estes os caracteres fisiológicos e morfológicos da raça bovina do planalto da Chela, pelo menos na região que percorri.

Às influências do clima e da alimentação acrescem ainda outras que são: as péssimas condições higiénicas em que os animais vivem, e a falta de cuidado na reprodução. As rezes, em geral, não se acham submetidas ao regime da estabulação, andam nas pastagens, e à noite os pastores colhem-nas e reúnem-as num local determinado com simples resguardo de uma sebe improvisada. Os estábulos permanentes quando os há, são descobertos, e têm no chão uma camada de estrume de 1 metro de altura, onde os animais se atascam até acima dos curvilhões. Nem limpeza, nem o mínimo resguardo contra os rigores do clima. A reprodução faz-se ao acaso; não há cuidado algum na escolha dos pais, de maneira que os vícios congênitos ou adquiridos acumulam-se, tendem a fixar-se e transmitem-se inalteravelmente de uma para outra geração. Resumindo: — a anemia, que é já um carácter de raça, resultante do meio pernicioso, da alimentação insuficiente, das péssimas condições higiénicas, e agravada com a actividade ininterrompida destas causas e com a reprodução que vai acumulando

os vícios orgânicos, aumenta a receptividade dos animais para os germens morbígenos e torna-os muito pouco próprios para resistirem aos agentes patogénicos, quer banais, quer específicos.

O que acabo de dizer, é plenamente confirmado pela enorme extensão e intensidade que a sarna psoróptica adquiriu entre as reses do planalto. Esta doença, sempre benigna, que se debella com a maior facilidade quando convenientemente tratada, tem causado consideráveis perdas aos proprietários, os quais se receiam hoje mais desta afecção cutânea do que das enzootias de baceira e de caônha.

A sarna psoróptica é mais frequente no Lubango e Huíla e rara na Humpata, enquanto que a peripneumonia contagiosa domina naquele planalto.

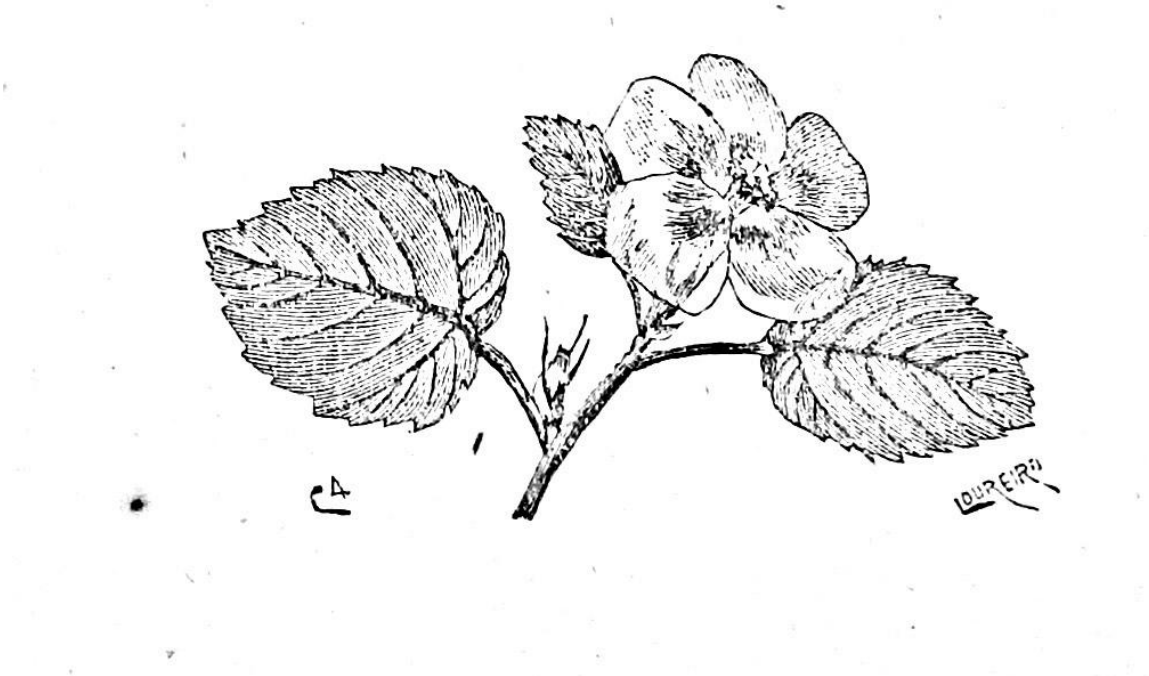
O ilustrado veterinário aconselha como medida preventiva uma alimentação mais nutriente fornecida por prados artificiais plantados de luzerna e trevo, o resguardo em estábulos bem construídos e cobertos de colmo de modo a preservar o gado da influência das variações de temperatura, a remoção dos dejectos e o asseio dos pavimentos.

Para a sarna aconselha, como tratamento preservativo, o isolamento em boas condições de resguardo e alimentação reconstituinte e como tratamento terapêutico em primeiro lugar uma lavagem vigorosa com uma brossa e água de sabão e em seguida aplicação de pomada de enxofre, linimento de tabaco, lavagens com um soluto de hipossulfito de sódio e água acidulada pelo ácido clorídrico.

Para a peripneumonia infecciosa propõe o tratamento profilático por meio de inoculações na face interna da extremidade inferior da cauda com o líquido purulento extraído de um pulmão afetado pela doença.

Existe uma outra epizootia que ataca o gado cavalar e asinino. É conhecida com o nome de *doença da Humpata*. Esta afecção ainda está por estudar; tem causado enormes prejuízos aos particulares e ao estado, reduzindo consideravelmente o número de animais do esquadrão de cavalaria da Humpata.

Sem entrarmos em discussões hipotéticas sobre a etiologia desta doença, mantemos todavia a opinião de que ela seja uma afecção pulmonar de natureza congestiva. Seria conveniente que houvesse junto às colónias, com residência permanente, um agrónomo-veterinário para ministrar aos colonos os conselhos práticos sobre agricultura e tratar os animais atacados de doenças.



Colonia S. Pedro da Chibia

Mappa estatistico da população, industria, etc., referido ao anno economico de 1890 a 1891

1:063	Numero de habitantes da colonia			
199	Numero de familias de colonos			
541	Maiores	Masculino	Sexos	
105	Menores	Masculino	Sexos	
326	Maiores	Feminino	Sexos	
91	Menores	Feminino	Sexos	
476	Masculino	Branca	Raças	
267	Feminino	Branca	Raças	
110	Masculino	Preta	Raças	
120	Feminino	Preta	Raças	
60	Masculino	Parda	Raças	
90	Feminino	Parda	Raças	
286	Masculinos	Casados	Estados	
261	Femininos	Casados	Estados	
8	Masculinos	Viuvos	Estados	
6	Femininos	Viuvos	Estados	
196	Masculinos	Solteiros	Estados	
306	Femininos	Solteiros	Estados	
32	Militares		Profissões	
7	Negociantes		Profissões	
1	Guarda livros		Profissões	
2	De adobe com cobertura de ferro zincado		Numero de casas de habitação	
1	De pedra e barro, cobertura de telha de ferro		Numero de casas de habitação	
46	De adobe com cobertura de telha de barro		Numero de casas de habitação	
159	De adobe com cobertura de colmo		Numero de casas de habitação	
221	De pau a pique com cobertura de colmo		Numero de casas de habitação	
3	Pintores		Artes e officios	
6	Alfaiates		Artes e officios	
2	Barbeiros		Artes e officios	
24	Carpinteiros		Artes e officios	
12	Curtidores		Artes e officios	
24	Pedreiros		Artes e officios	
5	Moleiros		Artes e officios	
2	Surradores		Artes e officios	
2	Oleiros		Artes e officios	
4	Marceneiros		Artes e officios	
19	Serradores		Artes e officios	
20	Sapateiros		Artes e officios	
472	Jornaleiros e empregados de agricultura		Artes e officios	
2	Sapateiro		Officinas de	
3	Oleiro		Officinas de	
1	Funileiro		Officinas de	
1	Alfaiate		Officinas de	
2	Serralheiro		Officinas de	
1	Carpinteiro		Officinas de	
7	Moinhos			
3	Fornos de telha e tijolo			
36	N.º de alumnos	Instrucção primaria		
33	N.º de alumnas	Instrucção primaria		
8	Numero de estabelecimentos de venda de varios artigos			
212	Entrados	durante o anno economico	Movimento dos colonos	
8	Retirados	durante o anno economico	Movimento dos colonos	
21	Nascimentos	durante o anno economico	Movimento dos colonos	
20	Casamentos	durante o anno economico	Movimento dos colonos	
4	Obitos	durante o anno economico	Movimento dos colonos	

Colonia S. Pedro da Chibia

Mappa estatistico da producção agricola, referente ao anno economico de 1890-1891. — Arvores fructiferas e gado existente em 30 de junho de 1891. — Areas cultivadas, arroteadas, etc.

Producção agricola	5:110 alq.es	Trigo
	60:000 alq.es	Milho
	3:000 alq.es	Centeio
	3:000 alq.es	Cevada
	30:000 alq.es	Feijão
	200 alq.es	Grão de bico
	1:500 alq.es	Ervilha
	800 alq.es	Fava
	1:200 arrobas	Batata ingleza
	200 arrobas	Mandioca
	10:000 arrobas	Canna
	551:000 arrobas	Cará
	160 alq.es	Linhaça
Arvores fructiferas e suas especies	300	Amoreiras
	2:200	Pecegueiros
	6	Pinheiros
	1:000	Figueiras
	100	Castanheiros
	2:500	Larangeiras
	40	Limoeiros
	24	Tangerineiras
	30	Cidreiras
	200	Goiabeiras
	3:000	Bananeiras
	50	Oliveiras
	15	Mangueiras
	300	Romanzeiras
	3:000	Videiras
	20	Amendoeiras
	50	Nespreiras
	50	Pereiras
	200	Marmeleiros
	500	Macieiras
	50	Nogueiras

Gado e suas especies existentes na colonia	1:200	Bois
	100	Vaccas
	20	Carneiros
	40	Ovelhas
	100	Cabras
	300	Porcos
	3	Cavallos
	4	Muares
	30	Jumentos
Generos consumidos na colonia	1:500 alq.es	Trigo
	18:000 alq.es	Milho
	1:500 alq.es	Centeio
	2:000 alq.es	Cevada
	10:000 alq.es	Feijão
	150 alq.es	Grão
	1:300 alq.es	Ervilha
	800 alq.es	Fava
	600 arrobas	Batata
	300:000 »	Cará
	200 arrobas	Mandioca
	–	Canna
Area cultivada	283	Hectares
	78	Ares
Area arroteada	188	Hectares
	40	Ares
Casas Area	1	Hectares
	54	Ares
	44	Centiares
Ruas Area	5	Hectares
	22	Ares
Area total	478	Hectares
	94	Ares
	44	Centiares

Mappa estatistico das principaes propriedades do valle do Chimpumpunhime, sua producção etc.

Nome dos proprietarios	Principal cultura	Producção media annual												
		Trigo	Feijão	Milho	Batata	Cará	Cevada	Canna saccharina	Ervilha	Fava	Grão de bico	Linhaça	Serviçaes empregados na agricultura	Area cultivada
Pedro Augusto Chaves	Canna saccharina, trigo, cará, batata e distillação de aguardente	100:000 litros	50:000 litros	80:000 litros	60:000 kilos	150:000 kilos	4:000 litros	200:000 kilos	10:000 litros	5:000 litros	5:000 litros	2:000 litros	350	100 hectares
José Vidigal	Trigo, milho, cará													
José Pereira da Fonseca	Trigo, canna, cará													
José Allemão Coimbra	Cereaes, legumes													
Joaquim Affonso Lage	Cereaes, legumes, hortaliças													
Antonio José Almeida	Cereaes, legumes, canna													
Almeida & C.ª	Cereaes, legumes													

CAPITULO VIII

NOSOLOGIA BROMATOLOGIA E HIGIENE

Doenças

No quadro nosológico dominam, em primeiro lugar, as manifestações do impaludismo, que se traduzem por febres intermitentes quotidianas e terçãs (raramente a febre biliosa e demais tipos palustres graves). Estas duas formas mais frequentes da endemia palustre manifestam-se em qualquer época do ano, têm porém o seu máximo durante a estação das chuvas, de outubro a abril.

Vem em segundo lugar as flegmasias do aparelho bronco-pulmonar, que reinam durante a estação secca, de maio até setembro, e são, por ordem de maior frequência: laringite, bronquite, congestão pulmonar, pneumonia e pleurisia.

Seguem-se as doenças do aparelho gastro-intestinal, das quais umas acompanham os tipos de palustres febris; dominam durante a estação chuvosa. São por ordem de frequência: gastrite, gastroenterite, disenteria e hepatite. Outras manifestam-se durante a estação seca, acompanham as doenças do aparelho bronco-pulmonar e têm por causa as variações atmosféricas, são: as anginas amigdalites.

Ocupam o quarto lugar as doenças do aparelho ocular. que dominam no fim da quadra chuvosa e princípio da seca, de abril a junho e reconhecem por causa corpos estranhos arrastados pelos ventos dominantes e a maior intensidade dos raios solares, são: a conjuntivite e oftalmia.

Seguem-se as doenças distróficas e discrásicas; o reumatismo articular, frequente na estação chuvosa, anemia palustre, escorbuto e púrpura hemorrágica.

As doenças palustres mais frequentes no planalto são as febres intermitentes quotidianas e tercãs. O tipo febril quotidiano domina no Lubango e Chibia, colónias madeirenses, o tipo febril terção é mais frequente no planalto da Humpata. - As formas febris graves não existem na porção

do planalto ocupada pelos colonos madeirenses e holandeses, que compreende as áreas dos concelhos do Lubango, Huíla e Humpata.

Dentro da área, cujo raio é de sessenta quilómetros, tendo por centro a colónia da Chibia e por limites ao norte e oeste a cordilheira da Chela, as febres biliosas e hematúricas são desconhecidas. Os casos que se apresentaram à nossa clínica foram em indivíduos dos Gambos, Humbe e Capangombe, abaixo da Chela. Reinam com intensidade as febres graves neste último concelho; foi daí que veio o maior número de casos de biliosas e hematúricas, que tratamos.

As vítimas destas endemias são, pela maior parte, colonos madeirenses recém-chegados, que durante o trajecto de Moçâmedes para o planalto, com passagem forçada pelos terrenos pantanosos de Capangombe, não guardam as devidas precauções higiénicas; fazem a maior parte da viagem a pé sob a ação de um sol ardentissimo, sob a influência de uma temperatura superior a 40° na quadra chuvosa; dormem ao relento, apesar do abrigo que lhes oferecem os carros que os conduzem; nutrem-se mal, sobretudo quando a viagem é demorada, o que frequentemente sucede durante as chuvas torrenciais que arruinam as estradas: bebem água estagnada e infecionada de miasmas, e estacionam em terrenos reconhecidamente insalubres por mais tempo do que conviria; resultando de tantos e tão maus elementos ser um bom número atacado de febres, das quais algumas tomam a forma biliosa ou hematúrica. Durante a estação das chuvas rara é a viagem de colonos em que não haja a lamentar um ou dois casos fatais, quase sempre em crianças. Os adultos conseguem resistir por mais algum tempo, chegando ao planalto em lastimoso estado. Os que conseguem transpor a Chela, melhoram logo sob a benéfica influência de um clima salubérrimo, em tudo comparável ao da Madeira e norte de Portugal. Os mais gravemente atacados resistem algum tempo, sucumbindo por fim à intensidade do tipo palustre.

O que deve ficar bem definido, é que estas formas graves da intoxicação palustre não têm a sua origem nos terrenos do planalto; vêm dos terrenos baixos e pantanosos de Capangombe e Bibala, caminho forçado para os que transitam de Moçâmedes para o planalto.

É durante a estação das chuvas, de outubro a abril, que as febres palustres se manifestam em maior número, coincidindo a sua maior intensidade com as primeiras e últimas chuvas, isto é, nos meses de outubro a dezembro e de março a maio, com um mínimo nos meses intermediários.

A correlação da maior intensidade da endemia palustre com as primeiras e últimas chuvas está perfeitamente explicada pela teoria de Pettenkofer. Com efeito, a disposição geológica do

planalto autoriza a divisão da sua crosta terrestre em duas camadas bem distintas: a superior, terra arável, porosa, permeável e pouco espessa, a inferior, de rochas de formação primitiva, impermeável, e entre as duas uma camada de ferro. Estas camadas, que têm a sua maior altura na Chela, descem suavemente para o sul e leste, do que resulta que as águas do planalto se escoam para o rio Cunene e não para os terrenos abaixo da Chela.

As primeiras chuvas humedecem a camada arável; os germens telúricos, sob a influência do calor e humidade, germinam, desenvolvem-se, espalham-se na atmosfera, daí a produção das primeiras febres. Continuam as chuvas que se tornam torrenciais, alagam a camada arável, sobe o nível da toalha líquida subterrânea, os germens mergulhados na água estacionam, ficam afogados, paralisados, de onde resulta menor número de febres. Diminuem as chuvas, a evaporação e o escoamento das águas pelo natural declive das camadas fazem baixar o nível da toalha líquida, os germens encontrando de novo o grau de calor e humidade necessário para o seu desenvolvimento, germinam dando nova produção de febres.

A teoria está de acordo com a prática.

Com as primeiras e últimas chuvas aparecem as febres em maior número e com maior intensidade. E também durante esta estação, que vem de vários pontos, principalmente dos Gambos e Capangombe, indivíduos atacados de febres graves, que à míngua de recursos médicos nos seus concelhos vinham consultar-nos.

Convém observar que os colonos já aclimados por uma residência de cinco a dez anos no planalto perdem a aclimação, quando descem aos vales da Bibala e Capangombe, voltando atacados de febres palustres. O mesmo facto dá-se com os colonos *boers*. Quando vão a Moçâmedes buscar mercadorias nos seus carros, voltam atacados de febres, principalmente durante a estação das chuvas, só por permanecerem alguns dias em Capangombe. Estes colonos contam dez anos de residência no planalto da Humpata. Mais ainda, indivíduos de raça branca, nascidos no planalto, com 30 e 40 anos de idade, em posse de perfeita saúde, robustos, perfeitamente aclimados, quando descem a Chela, padecem de febres endémicas que algumas vezes assumem a maior gravidade, se se demoram nos terrenos pantanosos de Capangombe.

Observamos factos idênticos com os ova-ndombe, indígenas oriundos da Bibala e Giraúl. Vão para o planalto onde se aclimam com extrema facilidade; se no fim de alguns meses são

mandados ao vale da Bibala e aí se demoram, voltam com febres palustres de carácter sempre benigno, que desaparecem logo que chegam ao planalto.

A púrpura é uma das doenças que mais vitima os colonos durante a travessia de Moçâmedes para o planalto. Toma frequentemente a forma hemorrágica. Das indagações a que procedemos entre os colonos atacados desta doença, e das observações feitas durante a nossa viagem, resultou-nos a convicção de que a causa de tal doença é a ingestão das águas da Pedra Grande e Providência, pontos situados no percurso de Moçâmedes para o planalto. Como ficou dito, o terreno compreendido entre Moçâmedes e a Pedra Grande é um perfeito areal, onde não se encontra uma gota de água nos anos ordinários - em que não chove. Nos extraordinários, em que as chuvas chegam à faixa arenosa do litoral, enchem-se os tanques naturais cavados na grande rocha que dá o nome a este sítio. Estas chuvas dão-se às vezes com intervalos de quatro a cinco anos.

A água estagnada, sem renovação, durante um tão longo período e exposta ao ar, recebe detritos animais e vegetais, que fermentam sob a acção de um calor abrasador, cobre-se de vegetações aquáticas, torna-se um centro gerador de miríades de microorganismos. Esta água ingerida em tais condições dá lugar a graves alterações do sangue, que originam a púrpura hemorrágica.

Ainda que alguns autores neguem a existência da púrpura essencial, considerando a maior parte dos casos descritos por Werlhof como sintomáticos de doenças infecciosas, os casos por nós observados incutem-nos a convicção de que ela constitui uma entidade mórbida, quando sobrevém no curso de uma saúde excelente.

Qualquer que seja a teoria adotada para explicar as hemorragias múltiplas no curso desta doença, é facto provado pela anatomia patológica que o sangue fica alterado e passa através dos vasos.

Nos casos por nós observados, a doença umas vezes limitava-se a uma hemorragia da pele (petéquias e equimoses que aparecem por erupções sucessivas e duram algumas semanas): é a púrpura simples bastante benigna. Outras vezes manifestavam-se hemorragias múltiplas; é a forma hemorrágica que se anuncia pelos sintomas comuns às febres eruptivas. Aparecem as petéquias e equimoses nos membros e tronco. As hemorragias mais frequentes são: epistaxe, hematúria e hematémese.

Devido à benignidade do clima do planalto, à pureza das suas águas e ao tratamento reconstituinte, poucos eram os casos fatais que tínhamos a registar.

Outra doença, que ataca os colonos desde o embarque na Madeira até a chegada ao planalto, é o escorbuto, que raramente toma a forma hemorrágica. Limita-se às alterações da boca e à debilidade caracterizada por um enfraquecimento progressivo das forças - sintomas que começam durante a viagem por mar e continuam durante a travessia de Moçâmedes para o planalto e têm por causas: a accumulação de passageiros em más condições higiénicas, a água de má qualidade e a falta de alimentos frescos. Esta doença cede facilmente às boas condições climáticas do planalto, ao uso de alimentos vegetais e à boa água.

São estas as doenças dominantes nos europeus residentes no planalto e que são comuns às diversas colónias ali estabelecidas. Devemos porém fazer notar algumas diferenças nosológicas, que caracterizam o clima de cada uma das colónias e que estão em relação com as suas condições geológicas.

É assim que as manifestações do impaludismo são mais frequentes nas colónias Sá da Bandeira, Chibia e Caculuvar e raras na Humpata e Huíla. Em compensação as flegmasias pulmonares são mais frequentes e graves nestas do que naquelas. O escorbuto e a anemia manifestam-se com maior frequência em Sá da Bandeira e Chibia. São raríssimos na Humpata. As ulcerações nos extremos inferiores, dependentes do impaludismo, sífilis e alcoolismo, dominam entre os colonos madeirenses do Lubango e Chibia: são raras na Humpata e Huíla. A população da Humpata é na sua maioria constituída por colonos *boers* e a da Huíla por indivíduos oriundos das províncias do norte de Portugal. As doenças do aparelho gastro-intestinal são mais frequentes entre os colonos madeirenses, que se entregam desordenadamente ao uso das bebidas alcoólicas e cuja alimentação é extremamente deficiente, pois compõe-se na sua quase totalidade de batata doce e abóbora, enquanto que os habitantes da Humpata e Huíla nutrem-se de alimentos substanciais e são sóbrios.

A alimentação paupérrima do colono madeirense e o abuso das bebidas alcoólicas dão em última análise o depauperamento orgânico, a anemia, e daí a maior receptividade do organismo para a infecção palustre e, como consequência de uma e de outra a ulceração nos extremos inferiores, para o que concorre como causa próxima o *pulex-penetrans* e o pouco asseio do colono.

Não havendo pântanos, nem focos permanentes de infecção maremática no planalto, sendo o seu clima bastante saudável e pequeno o número de febres palustres, que se limitam aos tipos mais simples e benignos, a necessidade de saneamentos se não faz sentir. No entanto alguns têm sido feitos na colónia Sá da Bandeira, tais como: as valas para o escoamento das águas das chuvas, e das regas, o aproveitamento das águas dos regatos e riachos, origens do rio Caculuvar, que foram canalizadas para os rios que correm dentro da colónia, evitando-se o desperdício e extravasações que formavam pequenas lagoas.

Na Huíla há necessidade de canalizar as águas do rio, que dentro da povoação saem fora do leito inundando os terrenos marginais.

Estas colónias contam ainda poucos anos de existência e relativamente muitos melhoramentos se têm feito. Na colónia Sá da Bandeira há necessidade de um melhor sistema de levadas para a irrigação dos terrenos cultivados. O que há, é deficiente para a sua crescente população e concorre para prejudicar a salubridade das casas.

Do que acima fica dito, tiram-se os elementos necessários para determinar o regime etiológico das doenças mais frequentes no planalto.

É assim que as doenças palustres aparecem em maior número durante a estação das chuvas, coincidindo a sua máxima intensidade com as primeiras e últimas chuvas, nos meses de outubro a dezembro e de abril a maio. São devidas ao maior desenvolvimento do germe telúrico sob a influência do calor e humidade.

As ulcerações nos extremos inferiores aparecem em qualquer época do ano e têm por causa o depauperamento orgânico consequência da alimentação insuficiente, abuso das bebidas alcoólicas e infecção palustre.

As flegmasias bronco-pulmonares reinam durante a estação seca de maio a setembro e são devidas ao abaixamento da temperatura, aos ventos frios e à geada.

As doenças do aparelho gastro-intestinal acompanham umas às doenças palustres, outras as doenças bronco-pulmonares e obedecem às mesmas causas. Outras aparecem em qualquer época e dependem da má alimentação, do abuso de bebidas alcoólicas e da presença de vermes nos intestinos.

As doenças do aparelho ocular manifestam-se no fim da estação chuvosa e princípio da seca, de abril a junho e têm por causa o frio, os ventos fortes, as poeiras e a maior intensidade dos raios solares.

O reumatismo articular aparece durante a estação das chuvas e tem por causa a humidade do solo.

A púrpura não tem foros de domicílio no planalto. É devida à ingestão de águas de má qualidade.

O escorbuto, raro em alguns pontos, é devido à má alimentação e a outras causas que deixamos apontadas.

Os meses mais favoráveis à saúde dos europeus são os da estação seca, de maio a setembro, sendo esta a melhor época para a sua chegada.

As condições climáticas e geológicas de cada uma das localidades e a correlação de umas e de outras com o movimento nosológico autorizam-nos a classificar as povoações deste planalto, em salubridade relativa, do seguinte modo:

Ocupam o primeiro lugar as colónias de S. Januário e Palanca, situadas no planalto da Humpata.

Vem em segundo lugar a povoação da Huíla com os vastos terrenos da Mucha.

Em terceiro lugar as colónias Sá da Bandeira e Caculuvar na bacia do Lubango.

Em quarto lugar as colónias da Chibia e da Ioba.

Quadro comparativo da salubridade relativa das povoações do planalto de Moçâmedes

Quadro comparativo da salubridade relativa das povoações do plan'alto de Mossamedes

Ordem de salubridade	Localidades	Altitude	Temperatura media annual	Configuração orographica	Rede fluvial
1.ª	Pdaaka.	1909m	14º	Pequeno grupo de montanhas a S.-S.-W, bastante afastadas das povoações. Planicie extensa e desaffrontada dando franco accesso aos ventos.	Muitos rios e riachos, que correm em leitos de pedra.
	Colonia S. Januario.	1887m			
2.ª	Huilla.	1780m	17º	Bacia vasta, montanhas pouco elevadas a S. e W., fracionadas e bastante affastadas da povoação. Ventos frescos do plan'alto da Humpata.	Poucos rios.
3.ª	Colonia do Caculovar.	1770m	18º	Bacia estreita, montanhas por todos os lados, excepto a E.-S.-E., altas, continuas, approximadas as povoações. Terrenos accidentados por muitas collinas.	Muitos regatos e riachos que inundam os terrenos marginares na estação das chuvas.
	Colonia Sá da Bandeira.	1800m			
4.ª	Colonia da Chibia.	1515m	19º	Terreno pouco accidentado, muito rico em humus.	Rio Chimpumpulime, que na estação das chuvas produz inundações.
	Colonia da Lubia.	1175m			

Alimentação

Uma boa alimentação deve compor-se de substâncias albuminóides e hidrocarbonadas, compreendendo estas os corpos gordos e os hidratos de carbono.

Quando na composição dos alimentos predominam uns ou outros, a alimentação é defeituosa.

A quantidade relativa dos diversos alimentos simples, que formam a alimentação reparadora de um operário é a seguinte, que representa a média dos resultados obtidos pelos higienistas Moleschott, Voit, Payen, e Liebig.

Substâncias albuminóides	120 grammas
Gordura	160 “
Hidratos de carbono	480 “
Sais	30 “

que representam aproximadamente 20 gramas de azoto e 300 de carbono.

O regime quase exclusivamente vegetal, a que se entregam os colonos madeirenses, é o mais improprio para se conseguir o máximo desenvolvimento das forças. O homem apesar de *omnívoro* assemelha-se mais ao *carnívoro* do que ao *herbívoro*.

As substâncias azotadas e carbonadas de origem vegetal, além de pobres em substâncias albuminóides, são dificilmente atacadas pelos sucos gástricos e, apesar das operações culinárias, uma porção dos alimentos passa através do tubo intestinal sem se decompor. As experiências de Mayer e Rubner mostram que metade das substâncias albuminóides contidas no pão não são absorvidas. Como exemplo de uma boa alimentação apresentamos o seguinte mappa de Voit:

Quantidade dos alimentos	Substâncias albuminóides	Gordura	Hidratos de carbono
	gramas	gramas	gramas
500 gr. de pão	32,0	2,0	230,0
212 “ “ carne	42,0	23,0	—
250 “ “ leite	8,5	9,0	12,0
200 “ “ farinha	20,0	2,0	130,0
400 “ “ batatas	8,0	—	80,0
250 “ “ legumes	8,7	—	12,5
25 “ “ gordura	—	25,0	—
1837	119,2	61,0	484,5

Posto isto, vejamos quais os recursos que o planalto oferece à alimentação e o uso que deles fazem os colonos.

Alimentos animais

CARNE DE VACA. O gado vaccum constitui a riqueza do distrito de Moçâmedes, existe em grande quantidade. O preço de um boi regular é de 12$000 reis e o de uma vaca 9$000. A carne é de boa qualidade e custa 80 a 100 reis o kilo. Por um tal preço custa a crer que os colonos prefiram a batata doce e abóbora à carne de vaca. Só explicamos este facto pelo hábito inveterado do regime vegetal. O colono madeirense só come carne, quando está doente e, ainda assim, obrigado pelo médico.

Vimos na Missão da Huíla rapazes filhos dos colonos do Lubango, que frequentam os cursos do Seminário, recusarem a alimentação com carne, alegando lhes fazia mal e que preferiam a batata doce!

CARNE DE PORCO. É mais usada entre os colonos do que a de vaca. É quatro vezes mais cara, pois custa o quilo 400 réis. A alimentação pela carne de porco dá origem à ténia, muito frequente nos colonos.

CAÇA. O planalto é rico em caça. Abundam as lebres, coelhos, patos, perdizes, rolas, pombas, galinholas, e mil variedades de antílopes desde a gazela ao ungire da corpulência de um boi, etc., etc.

Os colonos pouco proveito tiram de uma tal riqueza; um ou outro caça para vender. Os caçadores são os *boers*, que vão em expedições ao rio Cunene caçar o hipopótamo, cuja carne é deliciosa. Quando viajam, não levam provisões, nutrem-se da caça; nas suas casas têm sempre grandes tiras de carne de hipopótamo, secas ao sol; são os seus mantimentos.

PEIXE. Existe o bagre nos rios Caculuvar e Nene. É pouco aproveitado. O mais usado é o peixe seco de Moçâmedes.

Galinhas, ovos e leite, existem com fartura.

Alimentos vegetais

CEREAIS. Os mais abundantes são o trigo e o milho. Ambos são da melhor qualidade e dão uma percentagem superior à dos terrenos da Europa. O milho reduzido a farinha constitui o alimento principal do indigena.

Quase todos os colonos cultivam o trigo; é o seu principal ramo de agricultura, em vez porém de o utilizarem para a sua alimentação, vendem-no. O colono madeirense faz pouco uso do pão.

FÉCULAS. A mais importante é a batata. Infelizmente está pouco generalizada no planalto. Dando-se a batata bem em todos os terrenos, ainda os mais pobres e montanhosos e não exigindo

grandes cuidados de cultura, é para lamentar que os colonos desprezem um alimento tão importante e que dá maior rendimento que o trigo.

Boussingault, estudando o valor alimentar de diversas culturas, achou que um hectare de terra produz os alimentos simples nas seguintes proporções, conforme a espécie de cultura.

	Trigo	Centeio	Ervilha	Batata
Substância albuminóide	510	440	560	950
Amido	1590	1196	780	6840
Substâncias minerais	90	62	60	323
Soma	2190	1698	1400	8113

A batata doce (rhizoma tuberculoso de uma planta da família das convolvuláceas) é o principal alimento dos colonos, e a sua cultura, a mais importante produção agrícola do planalto.

Reunida com a abóbora e um pouco de ervilha ou feijão constitui a ração diária do colono madeirense.

Comparando a composição química da batata inglesa com a da batata doce vê-se quanto lucrariam as colónias em abandonar esta última substância, cujo valor alimentar é insignificante, substituindo-a pela primeira.

Alimentos simples	Batata doce	Abóbora	Milho	Batata inglesa
Água	75,78	90,01	13,88	82,88
Substância azotada	1,52	0,71	10,05	3,60
Dextrina e goma	0,36	0,05	4,76	0,80
Gordura	2,23	—	58,96	—
Açúcar	1,73	1,36	4,59	—
Amido	14,75	5,87	3,23	26,57
Celulose	1,07	1,36	2,84	1,40
Cinza	1,21	0,64	1,69	1,46

A alimentação do colono é deficientíssima, não admira pois que a anemia seja tão frequente.

LEGUMES. Dão-se bem no planalto, mas são cultivados em pequena escala pelos colonos. Com exceção do feijão e ervilha que, como já dissemos, entram na sua alimentação, a cultura dos legumes está em parte abandonada.

Como acima ficou dito, os indígenas e serviçais nutrem-se de farinha de milho. Pois bem, comparando a composição química do milho com a da batata doce, alimento predilecto do colono madeirense, vemos que o preto nutre-se melhor que o branco.

Do mapa vê-se que 100 partes de milho têm 10,05 de substância albuminóide, enquanto que igual porção de batata doce contém apenas 1,52.

Do uso de uma alimentação tão pobre resulta que, para tomar a quantidade de albuminoides, indispensável para reparar as perdas do organismo, é necessário ingerir uma grande quantidade de alimentos, o que forçosamente perturba as funções digestivas e dá, em última

análise, o depauperamento orgânico e, como consequência, a maior receptividade para o germe palustre.

Além deste vício de alimentação, o colono madeirense abusa das bebidas alcoólicas, o que também concorre poderosamente para o estado de anemia em que se encontra, que não justifica a salubridade do planalto. Atendendo a estes defeitos individuais, seria para desejar que se derivasse a corrente de imigração das províncias do norte de Portugal.

O colono madeirense, pelo menos o que tem ido para o planalto, só serve para comprometer o resultado da colonização europeia; é indolente, vicioso, não tem aspirações nem ambições.

Para se avaliar a difícil situação económica dos colonos, derivada do excessivo preço dos transportes, damos a lista dos preços correntes, por que são comprados nas casas commerciaes do planalto os gêneros alimentícios de primeira necessidade:

Géneros	Quantidade	Preço na metrópole	Preço no planalto
Açúcar	1 quilo	$260	$600
Manteiga	1 quilo	1$000	2$500
Café	1 quilo	$640	1$200
Chá	1 quilo	2$000	4$500
Arroz	1 quilo	$140	$600
Bacalhau	1 quilo	$240	$600
Azeite	1 quilo	$360	$800
Vinagre	1 quilo	$080	$240
Vinho	1 quilo	$100	$400
Toucinho	1 quilo	$340	$800
Banha	1 quilo	$340	1$000
Sal	1 alqueire	$150	4$000

Conselhos práticos

Os colonos ou imigrantes, que queiram estabelecer-se no planalto, devem chegar a Moçâmedes durante a estação seca, de maio a outubro, porque são estes os meses mais salubres.

Condenamos a prática até agora seguida de se enviarem colonos da Madeira e da metrópole em todos os meses do ano.

É inconveniente esta prática pelos embaraços em que se vêem os diretores das colónias com o alojamento contínuo de colonos recém-chegados, sobretudo na época das chuvas, em que

eles não podem entregar-se aos trabalhos de construção das suas casas e arroteamento dos seus terrenos. É perigosa, porque a observação demonstra que a condução de colonos com mulheres e crianças durante os meses da estação chuvosa, sem os devidos cuidados com a sua alimentação e resguardo durante os 15 dias de viagem pelo deserto da zona baixa, tendo forçosamente de atravessar os terrenos pantanosos de Capangombe, dá de si, que são atacados de febres de mau carácter muitos deles, já enfraquecidos por uma alimentação deficiente e extenuados por uma violenta marcha, a que não estavam habituados, resultando que alguns sucumbem durante a viagem e outros, logo que chegam ao planalto. Por isso aconselhamos que se façam as remessas de colonos somente nos meses de maio, junho, julho agosto, setembro e outubro, havendo da parte das autoridades do distrito todos os cuidados, para que as mulheres e crianças sejam conduzidas nos vagões com as atenções e carinhos devidos ao seu sexo e idade, fazendo-os acompanhar por um agente que vigie a sua condução e mantenha a ordem nos acampamentos, e obrigando-os a proverem-se em Moçâmedes de viveres em quantidade suficiente para uma viagem de 15 dias.

Recomendamos especial atenção na escolha do rancho que há de ser consumido durante a viagem.

Devem fazer provisão de carnes verdes e secas, que cheguem, as primeiras para os 2 primeiros dias e as segundas para o resto da viagem; bolacha, farinha de milho, arroz, conservas alimentícias, vinho, condimentos, etc. Devem levar água em quantidade suficiente para os 6 primeiros dias, de modo a evitar as águas da Pedra Grande e Providência; da estação do Muninho por diante encontram água corrente de boa qualidade.

Logo que cheguem à região pantanosa de Capangombe, farão uso do sulfato de quinina a fim de prevenir os efeitos do impaludismo.

Recomendamos aos colonos estabelecidos e por estabelecer no planalto, que façam uso de uma alimentação substancial, em que entrem a carne de vacca, a batata inglesa, o pão e legumes, abandonando de vez a batata doce e a abóbora, que fornecem uma alimentação deficiente e defeituosa, que em pouco tempo os leva à anemia.

Será muito conveniente que se dediquem à caça, que lhes fornecerá uma alimentação boa e barata e os afeiçoará aos exercícios indispensáveis a quem vive no mato. É este um grave defeito que se nota nos colonos madeirenses, a aversão pelo mato; dificilmente o madeirense

deixa o local onde primitivamente se estabeleceu, para procurar novos elementos de prosperidade. Isto em parte deriva do rigoroso regime militar a que injustamente submetem os pobres colonos, a quem não é permitido transitar de uma colónia para outra sem uma guia de marcha com itinerário marcado e... tantos dias de cadeia, quando não se apresentam, logo que termina a licença!

Condenamos esta arbitrariedade como atentatória da liberdade individual; o colono é um cidadão livre e não um escravo ou um soldado; seja-lhe pois permitido residir aonde mais convenha aos seus interesses.

Não compreendemos a razão por que se obriga um colono a viver numa determinada colónia, quando é certo que ele podendo estabelecer-se à sua escolha noutra, onde tem parentes e amigos, poderá reunido a eles produzir muito mais do que estando isolado.

Devem ir munidos de fatos de lã, camisas de flanela para resistir às variações de temperatura durante a estação seca e fria. Devem possuir cobertores, meias, ceroulas de lă, chapéu de feltro de abas largas, sapatos de cano alto, de duas solas, casaco impermeável, casaco de abafar; em resumo, devem ir prevenidos para um clima frio.

Durante a estação chuvosa, em que a temperatura é mais elevada, devem evitar o trabalho ao meio dia e pela madrugada, sobretudo os trabalhos de rega. Convém que andem sempre calçados e usem capotes de oleado ou tecido impermeável, quando tenham de viajar.

Durante a estação seca, usarão os fatos de lã e nunca abandonar a camisola de flanela. Deve haver muita cautela em não trabalhar pela madrugada por causa da geada e do frio, que baixa a menos de 0. Deverão usar nesta quadra os casacos de abafar ou chale-manta.

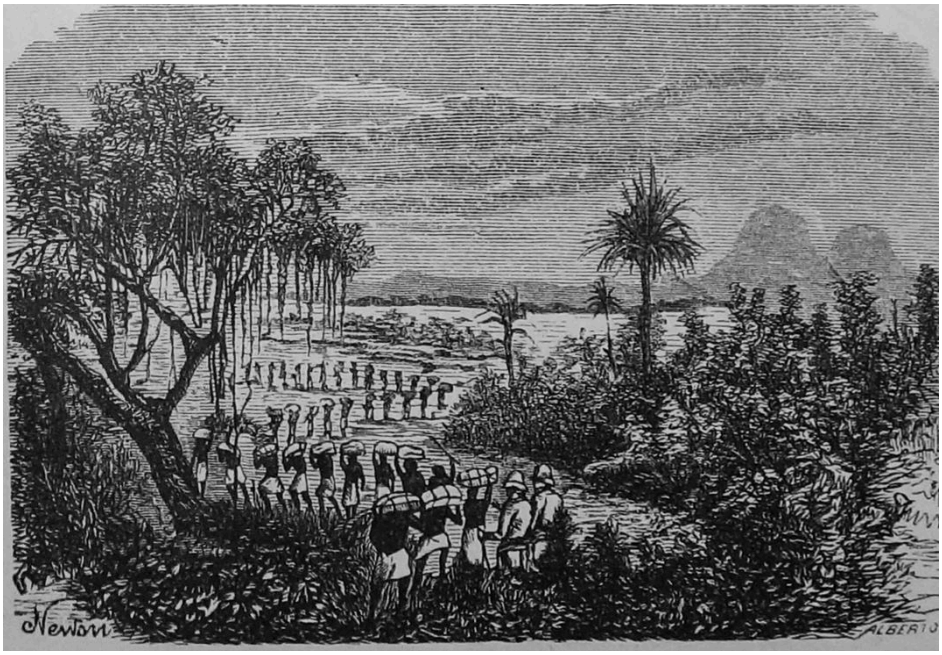
Haja bastante asseio com os pés a fim de evitar o *pulex-penetrans* e quando os tenham, tirá-los e lavar a ferida com água fenicada.

Convém usar botas de cano alto por causa das picadas de insetos e cobras venenosas.

Deve haver especial cautela em evitar a aguardente e só beber água corrente dos rios.

Recomendamos também que eliminem da sua alimentação a carne de porco, que dá origem à ténia, substituindo-a pela de vaca.

Na construção das casas cinjam-se aos preceitos higiénicos que estabelecemos no capítulo VI e que são em resumo: terreno alto; seco e duro, pavimento elevado sobre o solo exterior, paredes altas rebocadas e caiadas, cobertura de telha ou de colmo, sendo neste caso renovado de 3 em 3 annos, orientação ao norte ou oeste e nunca ao leste e sul, vala em torno da casa para a drenagem dos terrenos, e afastamento das levadas.



CAPITULO IX

CAMINHO DE FERRO

Do que atrás deixamos dito, se depreende que a colonização do planalto e o seu desenvolvimento comercial e agrícola estão dependentes de um melhoramento de urgente necessidade, reclamado pelos interesses vitais das colónias. Referimo-nos à viação acelerada que estabeleça rápida comunicação entre elas e o litoral, trazendo como consequência a diminuição nos preços dos transportes dos géneros comerciais consumidos no planalto e dos produtos agrícolas colhidos no seu fértil solo.

A construcção do caminho de ferro de Moçâmedes para as colónias do planalto é condição essencial para o seu futuro engrandecimento e cada dia de demora na realização deste importante melhoramento é um passo para o desmoronamento do que já está feito com enormes encargos para o tesouro nacional.

Colonizar a África não consiste somente em mandar colonos para os férteis sertões africanos para construir vilas e cultivar terrenos que lhes forneçam os meios de subsistência; é indispensável que paralelamente ao trabalho do colono, o coadjuve a ação governativa ministrando-lhe a forma de aproveitar e converter em riqueza própria o resultado dos seus esforços.

O ensaio está feito e deu óptimos resultados. Os colonos europeus transportados para o planalto de Moçâmedes vivem em boas condições higiénicas, constroem casas, levantam vilas, cultivam os campos e aplicam-se às indústrias, artes e ofícios. Falta-lhes a cooperação oficial do Estado facilitando-lhes a venda dos seus produtos.

Ouçamos a opinião insuspeita e authorizada dos illustres exploradores Capello e Ivens, explanada com magistral competência no livro *de Angola à Contra-Costa* :

Tiradas encomiásticas com respeito a esta região, por todos conhecida e apreciada, tornam-se na verdade supérfluas.

Ali acham-se reunidas as condições para uma vasta colonização europeia, e em circunstâncias pouco fáceis de encontrar na África; é pois urgente torná-la alvo de todos os nossos esforços e atenções.

Deixemo-nos de mais considerações; capital é que se deseja, propaganda fazemo-la nós aqui, recordando que numa terra que tão generosamente secunda os esforços do colono nada pode resistir à força de vontade bem determinada; e sirva de exemplo esse punhado de colonos que tendo ido para ali em 1840, pela maior parte com os bolsos vazios, levantaram a esplêndida vila de Moçâmedes, e são hoje pelo geral proprietários.

Os geógrafos pela sua parte têm feito o que lhes incumbe; continue o governo a empenhar-se com seriedade na obra; venham para o interior o missionário, o mercador e colono, e breve veremos operar-se a mais radical transformação.

A primeira coisa precisa é criar meios de transporte; de outra forma todo o sucesso será impossível.

O recém-chegado, negociante, mercador ou lavrador, por melhor que seja a sua vontade , nada pode no interesse de um país falto de bons caminhos e vias de comunicação.

Que importa o facto de Huila produzir muito trigo, se cada carro *boer*, por exemplo, leva o excessivo preço de meia libra esterlina, por arroba, para o transportar para a costa?

Para que nos serve saber que das vertentes da Chela até à bacia de Quilengues pode colher-se todo o milho preciso para o consumo da província, e ainda para abastecer a colónia do Cabo, se nem uma espiga podeis trazer através das serranias do Munda ?

A viação é o objecto capital, e isto em detrimento de todas as outras obras, como hospitais sumptuosos, residências, quartéis, etc., de que de resto temos abusado muito.

Abrir caminhos, porém, através das terras áridas e em seguida dos matos interiores, para servirem com carros de bois, é um erro sem nenhuma vantagem.

Grande capital seria necessário para uma obra de que apenas há a esperar resultado medíocre, sem compreender tempo, trabalho e outros fatores, como morte de gados, etc.

Procuremos, portanto, na viação acelerada resolver este problema, e vamos ao caminho de ferro ou ao tramway a vapor, como único recurso para transformar tudo aquilo. Tomemos Moçâmedes como ponto de partida, prossigamos, por exemplo, pelo vale do Giraul ou do Bero.

Ganhando o interior, essa linha atingirá a região próxima de Capangombe, procurando a diretriz mais conveniente para vencer as alturas da Chela.

Está aqui sem dúvida a pedra angular do edifício, mas com estudo e trabalho pode conseguir-se.

Podendo prosseguir pelo vale do Muninho, teríamos talvez a vantagem de a levar para o nordeste, isto é, na direcção dos centros mais produtores; no caso contrário dirigir-se-ia para o sul do Hoque.

Das duas direcções porém a mais proveitosa, posto que a julgamos mais difícil para o caso da subida, é a do sul, porque havendo de bifurcar-se no planalto, a fim de lançar o ramal do Humbe, ficava assim diminuído este, e o ramo direto iria a caminho da Huíla e Handa para Caconda.

Escusado será dizer que esta direção média da linha, por nós apresentada pelo nordeste, não se funda simplesmente na necessidade de servir aquele presídio, pois, pela exígua importância que tem o forte, podia ela desviar-se mais ao sul ou ao norte; mas porque toda a tentativa ulterior de prolongamento para o sertão há de ir aproximar-se do Bié, a fim de buscar a linha divisória das águas no interior, na terra alterosa.

Assim, em pouco tempo veríamos nós Moçâmedes ligada a Caconda por uma linha directa, que atravessando as terras elevadas teria numa zona lateral de 20 quilómetros, a área de 18.000 quilómetros quadrados de terrenos férteis.

Qualquer companhia que pudesse dispor do capital necessário para o estabelecimento de uma tal empresa, toparia naquela região vantagens muito especiais e em circunstâncias raras encontradas.

Primeiro, a sua construção seria relativamente praticável na zona litoral, não só pela facilidade em obter braços, como também, por não oferecer exagerados obstáculos, estando além disso próxima do mar e em vantajosa posição.

Protegida por todos os agricultores e negociantes, tendo infalivelmente o trânsito de todas as mercadorias sem competência, pois a tonelada de algodão que de Capangombe pagava 33$000 reis, pagaria agora, pela tarifa de 50 reis o quilómetro, 5$000 reis, teria esta linha, como poucas outras, a imediata exploração de toda a salubre zona marginal, onde breve apareciam aldeias e vilas.

Não podemos seguramente calcular a cifra que a produção agrícola desde logo atingiria, mas, por certo, seria enorme. Os trigos, os milhos, os algodões, os legumes, sem contar desde o princípio com a saída de produtos naturais, que, desviados dos trilhos do norte, viriam ali buscar o terminus da mesma linha; alternaria sem dúvida com o transporte de gados, também representado por uma verba importante, e muitas produções novas.

O caminho de ferro por modo nenhum pode ser um desastre nesta região, pelo simples motivo do seu traçado fazer-se numa zona em que o indígena não predomina exclusivamente, e porque estamos convencidos de que procriará vastos centros de população branca, cujas necessidades, bem differentes das do negro, dependerão das relações exteriores

Tais eram as palavras dos notáveis exploradores ao tempo em que ainda não estava iniciada a colonização definitiva do planalto. Hoje, com uma população branca de 3000 colonos, que todos vivem da agricultura, espalhados numa área de 30 quilómetros de raio, com importantes centros de atracção representados por vilas e aldeias com sumptuosos edifícios públicos, propriedades agrícolas e estabelecimentos commerciaes de primeira ordem, a necessidade do caminho de ferro torna-se imperiosa e urgente.

O desânimo vai-se apoderando dos mais corajosos. Os colonos na impossibilidade de auferirem lucros do seu trabalho, logo que findam os cinco anos do contrato, vendem os seus terrenos e retiram para a Madeira. De dez imigrantes estabelecidos nas colónias, seis, pelo menos, abandonam o planalto no fim de cinco annos de trabalho infrutífero, maldizendo a confiança depositada nas promessas do governo e a esperança de obterem meios de fortuna, que os arrastou a abandonar a sua terra natal!

E qual o benefício que o Estado tem colhido da colonização do planalto? A nosso ver, nenhum que compense os pesados encargos do seu custeio. A continuarem as coisas no pé em que ora estão, em breve espaço de tempo as colónias ficarão desertas e veremos desaparecer da África a colonização mais auspiciosa dos tempos modernos, e os belos e sumptuosos edifícios públicos, feitos à custa de tanto trabalho e dinheiro a servirem de curral ao gado dos indígenas!!

A colonização do planalto de Moçâmedes tem consumido ao tesouro nacional o melhor de 1.000.000$000 reis e continua a sorver anualmente a importante verba de 100.000$000 réis. E no entanto está iminente uma derrocada geral. Por mais de uma vez os colonos, desesperados com as delongas do governo na realização do mais útil melhoramento para sustentar e desenvolver a colonização, ameaçaram abandonar em massa o planalto e, se o não fizeram, foi porque o estudo do traçado do caminho de ferro, feito em 1888 pelo distinto engenheiro Machado, e os constantes esforços empregados pelo governador geral, Capello e governador do districto, Álvaro da Costa Ferreira, os mais dedicados campeões da patriótica colonização de Moçâmedes, habilitaram o parlamento e o governo a discutir e aprovar a sua construcção, que a levou às colonins algum alento e esperança de melhor futuro.

Esta esperança, porém, vai-se desvanecendo e com ela desaparecerá a única tábua de salvação para, já não diremos desenvolver, ao menos amparar o que está feito.

O projeto do ilustre engenheiro Machado compreende cinco secções desde Moçâmedes até ao alto da Chela. O primeiro começa na vila de Moçâmedes, ao pé do mar, dirige-se para o alto do Giraúl ao rumo do nordeste, abrangendo a extensão de 29,410 km. A segunda segue a direção geral do leste até a Pedra Grande com o percurso de 35,578 km. A terceira atravessa uma região sulcada por pequeno número de torrentes e termina no vale do Muninho com 47,108 km. A quarta estende-se deste sítio à base da Chela e precisa de uma importante obra de arte para transpor o rio Muninho, segue ao rumo do nordeste na extensão de 39,140 km. A quinta e última é a que maiores dificuldades oferece para galgar a enorme barreira da Chela; segue pelo vale do Tandiriquita, fronteiro à Bibala e atinge o alto da cordilheira com o percurso de 28,974 km. A maior altitude do traçado nesta secção é 1113 m sobre o ponto de partida no valle da Bibala e a altitude absoluta desde a vila de Moçâmedes é de 2116 m. A directriz geral do traçado segue o rumo do nordeste ao norte do Giraúl com o desenvolvimento total de 178,210 km. O dispêndio médio por quilómetro foi orçado em 16.817$000 reis, o que dá ao todo 2.997.000$000 reis.

Da brilhante conferência realizada pelo distinto engenheiro na Associação dos engenheiros civis acerca do caminho de ferro de Moçâmedes, e publicada em extrato no excelente jornal ilustrado *As colónias Portuguesas*, damos os tópicos mais importantes:

> Começou o sr. Machado por descrever a impressão que lhe fez o país, a primeira vez que visitou Moçâmedes, em fevereiro de 1887. A viagem de Loanda a Moçâmedes faz-se em 48 horas, em navio a vapor, e que ande 9 milhas por hora.
>
> Não obstante a proximidade relativa de taes localidades, as condições climatéricas duma e doutra são bem diversas. A elevada temperatura, que faz em Loanda, diminui consideravelmente desde que se passa para o S. do cabo de Santa Marta, devido à brisa fresca do SW., que sopra constantemente, e a uma corrente de água fria, que vem do Cabo da Boa Esperança, paralelamente à costa próximo dela, a qual se desvia rapidamente para W. nas alturas do cabo de Santa Marta.
>
> O porto de Moçâmedes é formado por uma baía ampla, de águas tranquilas e profundas, sendo franca e constantemente acessível para qualquer navio, por maior que seja a sua tonelagem. A terra, que a contorna, é, porém, árida e seca, constituída por extensos areais, despidos de vegetação. Na zona litoral é raro chover, passando-se 4 e 5

anos sem que caia uma gota de água. Succede, porém, de anos a anos, formarem-se trovoadas, acompanhadas de aguaceiros; basta que chova três vezes, com o intervalo de alguns dias, para que os areais se cubram de relva, que cresce rapidamente, oferecendo então os terrenos o aspecto de grandes searas.

À temperatura moderada, às brisas frescas, e, principalmente, à falta de vegetação, deve Moçâmedes o seu excelente clima.

Moçâmedes causa uma agradável impressão a quem conheça as demais terras das nossas colónias de África, porque, sendo a mais recente de todas, é a que tem maior população portuguesa, e onde a família está radicada é constituída de modo regular, gozando geralmente, adultos e crianças, excelente saúde.

Datam apenas de 1849 as primeiras tentativas para a fundação daquela colónia, e não obstante as grandes dificuldades que o país oferece, a sua pobreza, a falta de recursos próprios e de auxílios do governo, ela tem prosperado, formando contraste bem perceptível com todas as outras terras da África portuguesa, aliás mais ricas e abundantes de recursos materiais.

No interior, para Leste da Chela, devido à grande altitude do terreno e à abundância de águas correntes, o clima é ainda mais benigno do que no litoral, e o país próprio para um largo desenvolvimento de colonização.

Fez a história das colónias da Huíla, Humpata, Lubango e S. Pedro da Chibia, mostrando o desenvolvimento rápido que nelas tem a população e as produções agrícolas. Estas últimas, porém, não tinham valor pela dificuldade das comunicações com o litoral.

Explicou os motivos de tais dificuldades e a influência impeditiva que, se persistirem, exercerão sobre o aproveitamento do país.

Antes de atrair para aquele terreno uma numerosa emigração, é absolutamente indispensável construir um caminho, que permita fazer os transportes por preços moderados. Atualmente, custa 67$500 reis o transporte de uma tonelada de mercadorias entre Moçâmedes e o planalto, em uma distância de 100 a 130 quilómetros; e, em tais condições, a venda dos produtos agrícolas é impossível.

O caminho a construir deveria ser para tração a vapor, mas do tipo mais económico conhecido, por ser insignificante o tráfico que poderá ter durante os primeiros anos, e por ser inútil, em tal país, o emprego de grandes velocidades.

Desde que haja o propósito de executar esta obra, não deve hesitar-se em empregar os meios que tendam a derivar para aquela região os emigrantes portugueses, que, com grande desvantagem para o país , se dirigem hoje para o Brasil, Demerara, Sandwich, e outras terras estranhas, onde sofrem grandes trabalhos e misérias, e têm de lutar com a concorrência das emigrações alemã, italiana e inglesa.

Não diria que os indivíduos que emigrassem para o planalto da Chela fariam rapidamente grandes fortunas, mas afirmava que todos, com um moderado trabalho, poderiam em pouco tempo, pela agricultura, ou pelo pequeno comércio, adquirir um certo bem estar, vivendo na abundância, e, por consequência, em condições bem superiores àquelas em que se achavam na mãe pátria.

Assim, no Estado Livre de Orange, país mais internado, e ainda de mais difícil acesso que o planalto da Chela, lá viviam 60.000 indivíduos descendentes de europeus, dedicando-se exclusivamente à agricultura, de que tiravam por ano produtos em valor superior a 4.500.000$000 reis.

Estudara o projecto de um caminho de ferro entre Moçâmedes e o alto da Chela na extensão de 178 quilómetros, linha que deveria mais propriamente denominar-se um tramway a vapor, porque bastaria que tivesse capacidade para um tráfego anual de 20.000 toneladas de mercadorias a transportar com velocidade muito moderada. Nos primeiros 5 anos, porém, era impossível haver movimento superior a 10.000 toneladas, o qual ainda assim só existiria se a corrente de emigração para ali se estabelecesse activamente.

Para Leste da cumiada da Chela não se podia ainda afirmar com segurança qual seria a direcção mais vantajosa em que tal linha devesse ser prolongada. Era natural, porém, que ela tivesse de seguir no sentido do Bié, cortando por consequência as correntes comerciais que hoje se dirigem para Benguella.

Isto incitava os comerciantes deste último distrito a pugnarem para que, de preferência a uma linha férrea tendo origem em Moçâmedes, se construa a que saísse do porto de Benguela em direcção ao Bihé. O conferente analisou desenvolvidamente esta hipótese, mostrando que a feição principal e mais importante da linha de Moçâmedes era permitir-se o desenvolvimento de uma colónia de população branca, coisa de muito valor tanto para a província de Angola como para o melhor aproveitamento da corrente emigrante da metrópole. Este fim, importantíssimo, não se pode realizar no distrito de Benguela com as facilidades que se dão no de Moçâmedes. Caconda parece ser o lugar mais próximo da parte de Benguela, próprio para a colonisação, e a distância entre estes dois pontos por um caminho de fracas inclinações não é inferior a 300 quilómetros, enquanto que a linha de Moçâmedes ao alto da Chela não tem extensão superior a 175 quilómetros. O clima da região litoral de Benguela é muito insalubre; por isto e pela acidentação do terreno, a linha de Benguella a Caconda não poderá importar em menos de 20.000$000 por quilómetro, — custo do caminho de Loanda a Ambaca o que dá 6.000.000$000 para os 300 quilómetros até Caconda, enquanto que o caminho de Moçâmedes se poderá construir por quantia inferior a 2.500.000$000. Esta última linha, desde que seja decretada, servirá imediatamente de forte incentivo para a colonização, podendo os colonos seguir pela estrada ordinária existente, sem receio de serem atacados pelas febres, para os lugares já ocupados no planalto. Outro tanto não sucede em Benguela, onde o caminho de ferro só seria útil à colonização, quando estivesse construído em desenvolvimento superior a 200 quilómetros.

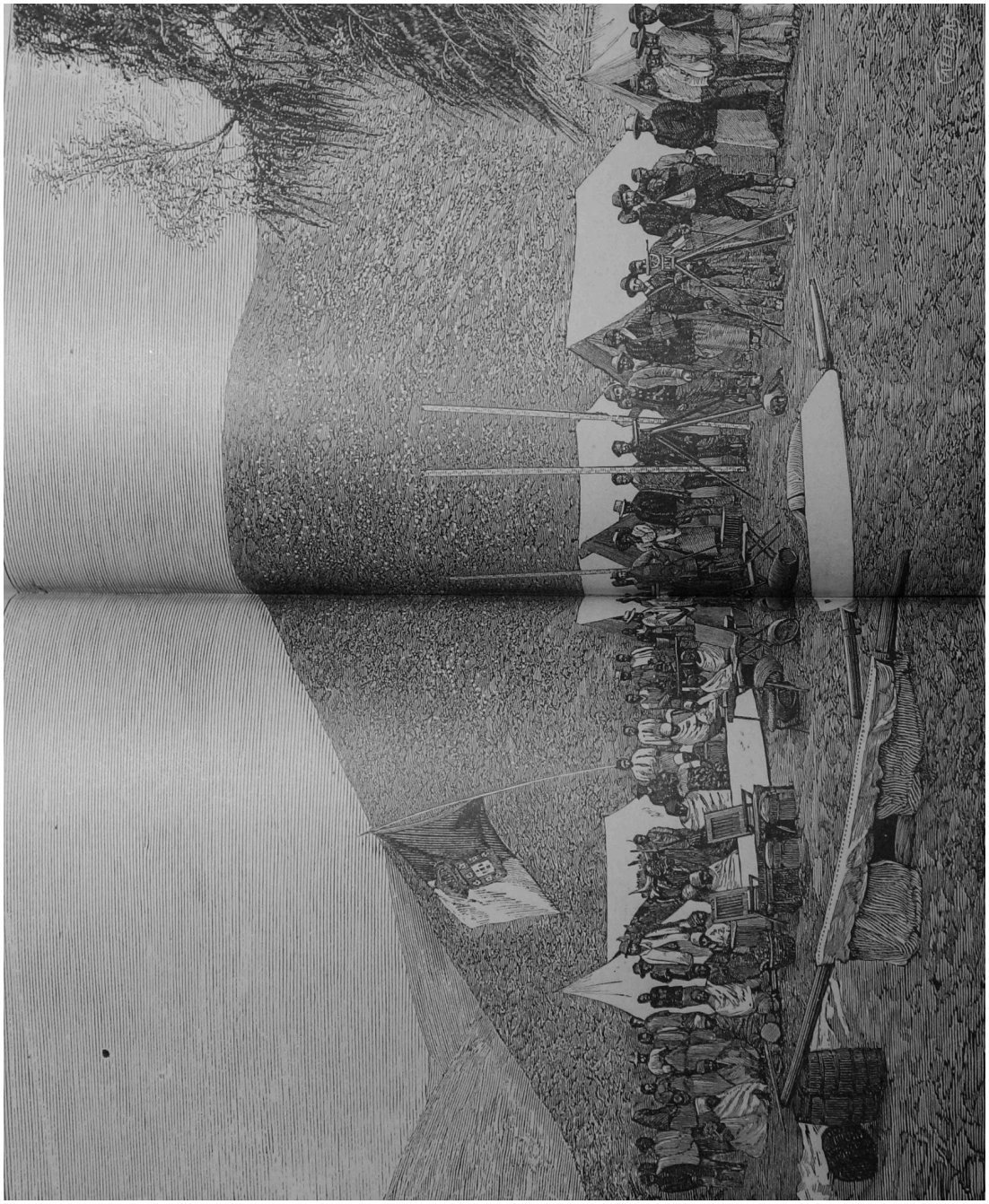
Não podendo o país construir simultaneamente as linhas de Moçâmedes e de Benguella, porque qualquer delas exigirá do Estado valiosas subvenções, parece que deve dar-se preferência àquela que permite não só a ocupação imediata da parte do planalto próximo a fronteira dos territórios pertencentes à Alemanha, mas ainda que se constitua no distrito de Moçâmedes uma numerosa colónia de população branca.

Descreveu em seguida as condições técnicas do traçado estudado, que se divide em 5 secções, demorando-se na 5ª secção particularmente interessante pelas condições excepcionais do terreno, que forma aí um degrau rápido de diferença de nível superior a 1000 m. O traçado sobe aquela encosta abrupta desenvolvendo-se na extensão de 29 quilómetros com o emprego de 11 reversões e em rampa média de 4 por cento. De tal

sistema resulta evitarem-se obras difíceis e reduzirem-se a moderadas proporções os movimentos de terras.

Julga porém, que será mais vantajoso empregar nesta secção a via em cremalheira do sistema Riggenbach, lançada em rampa média de 8 por cento, e a locomotiva mista do tipo Abt, própria a funcionar só pela aderência e acção d'uma roda dentada nas rampas de inclinação superior a 8 por cento. Deste modo a secção da Chela mediria apenas 15 quilómetros em vez de 29 que tinha o ante-projecto estudado e a construção sairia muito mais económica. Tal sistema de via estava de ano para ano recebendo mais numerosas aplicações em terrenos de rápidas variações altimétricas, e tinha sido empregado em 23 linhas desde 1870 até hoje, merecendo menção especial a linha de Padangem Sumatra na extensão de 30 quilómetros e com 8 por cento de inclinação média. Era portanto um sistema suficientemente experimentado, que permite transportar mercadorias e passageiros com absoluta segurança, exigindo despesas de exploração muito moderadas e em que a deterioração do material fixo e circulante é insensível, devido à pequena velocidade dos trens. O conferente terminou expondo os preços do orçamento que calculara em relação a cada secção. A secção mais fácil é a segunda, a que corresponde o preço quilométrico de 8.163$000 e a mais difícil a quinta exigindo a despesa de 27.711$000 por quilómetro. O preço médio quilométrico em relação a toda a linha, incluindo os encargos de capital, era 16:817$000.

Tal preço seria, porém, sensivelmente reduzido, se se adotassem as variantes que propunha para a 1ª e 5ª secção.



Estudo do traçado do caminho de ferro de Moçâmedes pelo Engenheiro Machado - acampamento no Giraúl

Da excellente memoria justificativa e descritiva publicada em 1890 por este illustre engenheiro e benemérito africanista, sob o título de *Caminho de ferro de Moçâmedes ao Bihé*, transcrevemos a parte que se refere ao tráfego provável no primeiro troço da linha entre a vila de Moçâmedes, e o alto da Chela:

A importância comercial do porto de Moçâmedes tem sido até hoje insignificante.

As correntes comerciais do interior não o procuram em consequência da impraticabilidade dos caminhos e da falta de água ao longo deles.

É para Benguella que se dirige todo o negócio gentílico, mesmo o de algumas tribos que demoram ao sul do paralelo de Moçâmedes.

Desde, porém, que exista o caminho de ferro, é natural que ele atraia o comércio indígena em uma vasta zona do sertão.

No planalto os transportes pelos meios ordinários são mais fáceis do que em outras regiões de Angola, porque ali é possível e está já muito adoptado o emprego de carros de bois.

Os *boers* estão familiarizados com os caminhos que levam a Caconda, ao Cubango e ao país dos Damaras, e seguramente se entregarão a fazer transportes nestas direcções, quando exista o caminho de ferro até ao cimo da Chela, que os impedirá de tomarem fretes para Moçâmedes.

Parece muito provável que o commercio para uma grande parte da região ao sul do Cunene venha a fazer-se pelo porto de Moçâmedes e atravéz do planalto, atenta a dificuldade de abrir caminhos de tração, quer de Walwich Bay, quer de Angra Pequena, que teriam de atravessar muito extensos desertos, sem água nem vegetação, de solo constituído por areias movediças.

O movimento atual de mercadorias entre Moçâmedes e o planalto pode computar-se em 1000 toneladas.

Havendo facilidade de transportes, mesmo com a população hoje existente, ele ascenderia ao triplo, pelo menos; isto é, a 3000 toneladas.

No fim de cinco anos, admitindo que se cuide com empenho da colonização, não é exagerado supor que se tenham introduzido no planalto dez mil pessoas, isto é, aproximadamente seis vezes mais do que ali existem hoje.

Supondo que a importação e a exportação crescem na proporção de 500 toneladas por mil pessoas, pode-se contar, no fim do primeiro quinquênio, com um movimento de 8000 toneladas, devido ao trabalho dos colonos brancos.

Fixando em 1000 toneladas o peso dos géneros correspondentes ao tráfico com o gentio do sertão, e também em 1000 toneladas o comércio para o sul do Cunene, chega-se ao total de 10000 toneladas por ano.

Adoptando a tarifa média de 30 reis por tonelada quilométrica para produtos de exportação ou descendentes, que em virtude da orografia do terreno exigem despesas de tracção mínimas; e que para os géneros de importação se adopte a tarifa média de 60 reis, também por tonelada e quilómetro; supondo que as mercadorias a exportar pesam 5500 toneladas e as de importação 4500; admitindo que há vinte viajantes por dia e que ao transporte d'estes se aplica a tarifa uniforme de 40 réis por quilómetro, teremos:

Receita proveniente das mercadorias descendentes 5500 t x 178 kg x 30 reis	29.370$000
Receita proveniente das mercadorias ascendentes 4500 t x 178 kg x 60 reis	48.060$000
Receita proveniente dos passageiros: 20 p x 365 d x 178 kg X40 reis	51.976$000
Receita proveniente do telégrafo	10.000$000
Total da receita bruta……..……..	139.406$000

Se o serviço da exploração for organizado economicamente e em harmonia com o pequeno tráfego da linha, a despesa em que ele importará não deve exceder a 500$000 reis por quilómetro ou, relativamente a toda a linha e por ano, a 89.000$000 reis.

Ficaria, portanto, para a receita líquida, apenas 50.406$000 reis, equivalente a 1,68 por cento do capital de 2.997.000$000 reis em que importa o orçamento relativo ao ante-projecto desta via férrea.

Resultarão pois da execução de um tal caminho pesados encargos para o estado, pelo menos durante alguns anos. No entanto, serão eles em parte compensados pelo acréscimo das receitas diretas do distrito e pelo aumento dos rendimentos aduaneiros, diminuindo proporcionalmente aos progressos da população branca e com o desenvolvimento da afluência de emigrantes.

Sendo provável que a colonização se estenda no sentido do Bié espalhando-se pelos terrenos onde tomam origem as primeiras linhas de água que correm ao Cunene, e pelas cumiadas que separam as bacias hidrográficas deste rio e do Cuanza, a linha férrea, prolongando-se no mesmo sentido, receberia a maior parte do comércio indígena que hoje aflue a Benguela, o que faria aumentar o tráfico e por consequência diminuir a diferença entre os encargos do capital necessário à construção e as receitas líquidas da exploração da linha.

É portanto dos progressos da emigração europeia e do alastramento dos colonos brancos pelos terrenos do planalto que fica dependente o futuro financeiro da linha a que nos referimos, cujas vantagens indirectas são todavia de considerável valor.

Estes cálculos foram estabelecidos ao tempo em que a colonização estava no seu começo e a população branca do planalto não ia além de 1000 a 1200 pessoas.

Em 1886 foi requerida ao governo a concessão deste primeiro troço por um grupo de distintos africanistas, os exploradores H. Capello e R. Ivens, que pouco tempo antes tinham

realizado a sua gloriosa travessia da África, e o capitão de fragata António Joaquim de Mattos, ex-governador de Moçâmedes.

Em 1890, sob a gerência do ministro Júlio de Vilhena, foi o projeto apresentado ao parlamento e defendido pelo sr. Ferreira do Amaral, tendo sido aprovado com algumas modificações.

De então até hoje nada se tem feito, cremos que por dificuldades na organização de uma companhia formada com capitais nacionais, e porventura pela pouca confiança que os nossos capitalistas depositam nas nossas empresas coloniais.

No estado atual de grave crise financeira e económica que o país atravessa, não se nos afigura de fácil realização, quer por iniciativa do governo, quer de uma companhia nacional, a construção de um caminho de ferro orçamentado em 3.000.000$000 réis.

A nosso ver, a resolução do problema está na rápida aplicação da fórmula Decauville ao caminho de ferro económico de interesse local, compatível com o retraimento dos capitais, originado na pouca confiança dos nossos empreendimentos ultramarinos e com o estado atual da colonização do planalto. É este o único meio, que pela barateza e rapidez de construção oferece seguras garantias de atrair os capitais nacionais.

Um caminho de ferro de fraco tráfico, de via reduzida à largura de 0,60 m, indo de Moçâmedes somente à base da Chela, encontra no desenvolvimento atual das colónias do planalto recursos suficientes para lhe assegurar uma rendosa exploração.

A demonstração desta tese constitui o principal assunto deste capítulo: antes, porém, de encetarmos a nossa tarefa, ouçamos a opinião dos homens competentes na especialidade. O ilustre engenheiro francês, M. Regis Tartary, no seu recente livro intitulado *Construction et Exploitation des chemins de fer à voie de 0,60 centimètres*, especialmente dedicado ao estudo das construções económicas de interesse local, exprime-se do seguinte modo:

En France, on peut dire que l'ère des chemins de fer à voie normale est à peu près close. Un vast champ reste ouvert à l'établissement des chemins de fer à voie étroite que l'on construit à l'écartement d'un mètre et que l'on se propose même de réduire à 0,60 m dans bien des cas.

M. l'ingénieur des ponts et chaussées, Sampité, dans son ouvrage sur les chemins de fer à faible trafic, note trois considérations essentielles, de principe fondamental, pour assurer le succès d'un chemin de fer d'intérêt local.

Une ligne ou un réseau à voie étroite doit toujours converger vers un centre important. Une ligne qui assurerait la jonction d'une vallée industrieuse, peuplée ou fréquentée avec un grand réseau, est encore une ligne convergente.

Il ne suffit pas qu'une ligne soit convergente vers un centre, il faut encore qu'elle ne sorte pas du cercle d'attraction de ce centre. Ori. quel est le rayon d'attraction d'un centre important pour les populations à peu près exclusivement agricoles, difficiles à déplacer, que le chemin de fer d'intérêt local est appelé à desservir?

On admet généralement qu'au delà de 100 kilomètres l'influence de Paris ne se fait plus sentir.

50 kilomètres représentent le rayon d'attraction des villes telles que Lyon, Bordeaux, Marseille, Toulouse, Nantes, etc.

30 à 40 kilomètres pour des villes de 50 à 60.000 habitants.

20 à 30 kilomètres pour des chefs-lieux de départements ordinaires.

15 à 20 kilomètres pour les chefs-lieux d'arrondissement.

Le chemin de fer d'intérêt local doit être aussi rapproché que possible des localités à desservir; s'il ne peut pénétrer dans la localité, il devra au moins la toucher par un point accessible.

Le chef-lieu de département ou d'arrondissement est un point central administratif. C'est là que le paysan trouvera, dans la même journée, un acheteur de ses

produits, un marchand pour ses besoins, un tribunal, un notaire, une préfecture ou une sous-préfecture. Il est donc admis qu'il aura souvent affaire au chef-lieu; mais il ne s'y rendra plus souvent qu'autant que les moyens d'accès lui seront rendus plus faciles. Il faut donc de toute nécessité que le petit chemin de fer aille au cultivateur.

Une autre condition de succès est d'établir autant que possible les chemins de fer à voie étroite en accotement de routes. Seules des considérations de pente doivent l'en écarter.

Une vitesse de 15 à 18 kilomètres est bien suffisante pour les petits trafics à faire; mais, si le besoin s'en fait sentir, il faut que le chemin de fer à voie étroite soit en état d'obtenir des vitesses commerciales de 20 à 25 kilomètres, c'est-à-dire une vitesse de 30 à 35 kilomètres en pleine voie.

Les trains journaliers seront peu nombreux, trois en général, quatre au plus les jours de fêtes et marchés.

Les déclivités seront essentiellement dépendantes du trafic. Quand ce dernier ne dépassera pas 3000 francs le kilomètre, on pourra admettre des lampes de 30 à 40 millimètres, les déclivités ne limiteront pas la vitesse moyenne, car 10 kilomètres en rampe et 35 kilomètres en palier ou en pente donnent une moyenne de 22 kilomètres.

La souplesse de la voie permettra de descendre jusqu'à 30 mètres de rayon pour les courbes, quand l'angle sera très ouvert.

Les tarifs des voyageurs devront être bas avec des réductions importantes sur les billets d'aller et de retour.

C'est là une condition indispensable de succès.

Le tarif des marchandises devra se tenir un peu au-dessous des prix moyens obtenus par les transports ordinaires.

En tout état de cause, il sera simple et d'une application facile. Il ne faudra pas de frais accessoires qui viennent grever notablement les matières premières.

Les taxes de transbordement seront réduites au strict recouvrement de la main-d'œuvre.

Si le tracé a la bonne fortune de rencontrer un ou plusieurs établissements industriels ou même une ferme importante, il y aura souvent intérêt à lui faire l'avance d'un branchement.

Les frais d'exploitation devront être extrêmement réduits, les installations de gares ramenées à leur plus simple expression.

En observant toutes ces règles, il est possible dans un grand nombre de cas de construire des lignes à faible trafic pouvant subsister, très souvent prospérer et développer la richesse d'une contrée.

La loi du 11 juin 1880 sur les chemins de fer à voie étroite a déjà produit des résultats considérables. C'est à elle qu'on doit cette expansion si remarquable des chemins de fer à voie d'un mètre et des chemins de fer sur routes dont le coût descend à 60.000 francs et même à 40.000 francs le kilomètre, y compris le matériel roulant, et qui sont exploités avec une extrême économie.

Mais il n'est par toujours possible d'adopter la voie d'un mètre. Quelques essais industriels à la voie de 0,60 m ont donné d'excellents résultats.

L'expérience de l'Exposition universelle de 1889 a prouvé que la voie de 0, 60 m pouvait être appliquée au transport des voyageurs.

No excelente livro de M. de Lapparent sobre os caminhos de ferro económicos encontramos as seguintes conclusões:

Le moment semble donc venu de voir appliquer la solution Decauville partout où il reste à construire des affluents de chemin de fer pour lesquels la voie de 1 mètre entraînerait des frais excessifs. Ah! S'il était permis de revenir en arrière et de tracer sur

nouveaux frais le plan d'organisation de nos voies ferrées, quel réseau, à la fois rationnel et prospère, il serait possible de concevoir par une combinaison de trois catégories de chemins de fer, d'importance progressivement décroissante?

Les lignes à voie normale desservant les grands courants industriels; les affluents de premier ordre à voie de 1 mètre, avec pentes de 10 à 25 millimètres et courbes de 120 à 150 mètres de rayon pour toutes les recettes comprises entre 8.000, 15.000 et 20.000 francs, enfin les affluents de deuxième ordre à voie de 0,60 m, capables de pénétrer partout jusqu'au coeur des usines ou des fermes et de triompher, sans ouvrages d'art, de toutes les difficultés du terrain; aussi bien adaptés à une installation définitive qu'à un usage essentiellement temporaire : permettant ici de déployer d'une manière constante un petit effort, là de sulfire pendant quelques instants, comme le transport du gros matériel de guerre, à une dépense considérable de frais.

Hélas! Au lieu de ce beau rêve rétrospectif, que voyons-nous en réalité? Que de sommes inutilement dépensées, qui imposent aujourd'hui de lourdes charges au budget de l'Etat et à celui des départements! Profitons du moins de cet enseignement et, pour ce qui reste à faire, n'hésitons pas à faire prévaloir la solution qui s'indique comme la plus propre à ménager les finances publiques.

Os primeiros ensaios feitos com os caminhos de ferro económicos remontam ao ano de 1832. A primeira aplicação da via reduzida de 0,60 m fez-se na Inglaterra no país de Gales, território dos mais acidentados.

O desenvolvimento total da rede excede atualmente 150 quilómetros. Ao princípio a via fora estabelecida para o serviço de exploração de ardósias, mas os resultados sempre crescentes da exploração animaram os seus proprietários a dar-lhe maior desenvolvimento, aplicando-a em 1864 ao tráfico de mercadorias e passageiros. Atualmente, algumas destas linhas realizam seis viagens por dia, de cada um dos extremos, a horas marcadas no indicador dos caminhos de ferro ingleses de via normal.

Destas linhas a mais importante é a que vai de Festiniog a Port-Madoc com o rendimento de 6.000$000 reis por quilómetro. Os seus comboios têm 300 metros de comprimento e marcham com a velocidade de 50 quilómetros por hora.

Graças à sua pequena largura e às inflexões pronunciadas, a linha desenvolve-se com facilidade sobre os flancos das montanhas, corre à flor do solo sem necessidade de aterros, através de um país acidentado, onde o caminho de ferro de via normal só poderia ser construído à custa de trabalhos gigantescos.

A linha tem uma só via, mas de 5 em 5 estações intermediárias tem ao lado pequenas vias de 200 metros para o cruzamento dos comboios em sentido contrário.

A instalação das estações é extremamente simples; como os vagões são baixos não há necessidade de cais. As construções são em madeira e compreendem um gabinete para o chefe da gare, com um guichet para a venda de bilhetes, e uma sala de espera com bancos para os passageiros.

Uma outra aplicação da via 0,60 m forma a linha de Seligori a Darjeeling na Índia inglesa, com 80 quilómetros de extensão. Dá o rendimento de 2,800$000 reis por quilómetro. M. Regis Tartary nota que este rendimento é superior ao de grande número de vias de 1,45m e de 1m existentes na Europa.

Em França existem actualmente em exploração 500 quilómetros de via de 0, 60m por conta do ministério da guerra na região do Leste, e algumas linhas particulares para uso do público, tais são: as de Royan a Pontaillac, de Deauville a Tourgeville, de Pornichet a Pouliguen.

M. Tartary presume que sobre os 14 a 15 mil quilómetros de caminho de ferro por construir em França, uma grande parte será realizada com a via de 0,60m, e nota:

> En effet, suivant l'opinion de M. Noblemaire, directeur de la compagnie P. L M., il y a surtout à proportionner l'importance de l'outil avec celle du trafic qu'il est appelé á desservir et, sous ce rapport, on a terriblement dépassé le but. Que de lignes ont été concédées avec l'obligation de les construire à la voie de 1,15m qu'il aurait suffi de

construire à la voie de 1 mètre et même de 0,60m. Ce sont des errements dans lesquels il est impossible de persévérer.

Um outro exemplo de exploração industrial estabelecida em França com a via de 0,60m é a linha de La Carrière des Maréchaux no departamento de Seine-et-Oise. O comprimento da via é de 9 quilómetros. Está estabelecida sobre uma estrada pública de 5 metros de largura deixando uma margem de 3 metros para a passagem dos carros dos campónios.

Possui curvas de raio de 30 a 10 metros. O custo quilométrico foi de 20.333 francos, ou sejam 4.066$600 reis. Esta pequena linha importou em 36:599$400 reis: possui 32 vagões de carga, transportando cada um o peso de 3 toneladas, 2 vagões para passageiros com 10 lugares cada um, 2 locomotivas e carros para a colocação da via. O material circulante, a via e as máquinas foram construídas pela casa Decauville. Os comboios são compostos de 8 a 10 vagões e uma só máquina faz seis viagens por dia. O seu movimento anual é de 30.000 toneladas e ocupa 20 homens na sua exploração.

M. Tartary chega às seguintes conclusões:

O caminho de ferro de 0,60m, nos casos mais difíceis, nunca excede a cifra de 30 a 35.000 francos por quilómetro — 6 a 7.000S000 reis.

As despesas de exploração variam entre 2 a 2.500 francos por quilómetro — 400$0OO a 500$000 reis.

É preciso que um país seja muito pobre de recursos para não entreter uma exploração tão económica.

Se um caminho de ferro de via normal (1,45m) de interesse geral custa em média 280.000 francos por quilómetro - 56.000$000 reis; um outro de via normal e interesse local, 165.000 francos por quilómetro - 33.000$000 reis, um de via reduzida a 1 metro 80.000 francos - 16.000S000 reis, pode concluir-se que a via de 0,60m, cujo custo quilométrico máximo varia entre 30 a 35.000 francos - 6 a 7.000$000 reis é a única que pode satisfazer as condições económicas dos países de menor recurso, por isso que permite uma redução importante nas

despesas do material circulante de instalação. Os seus vagões tem perfeita estabilidade, as máquinas possuem força suficiente para conduzir grandes cargas sobre rampas contínuas. Enfim assegura os benefícios da viação acelerada a localidades que pelas suas condições topográficas e económicas não as poderiam gozar.

Postas estas considerações, passemos à questão principal, a demonstração da nossa tese.

Partindo da hipótese de que haja no país iniciativa e força de vontade para se organizar uma companhia que construa um caminho de ferro de 0,60m ligando o porto de Moçâmedes à base da Chela, vejamos quais são as despesas de construção e os rendimentos de exploração.

A distância entre os pontos extremos da linha é de 100 quilómetros.

Não havendo dificuldades de acidentação de terreno, que exijam obras de arte, nem de falta de pessoal operário, que se poderá facilmente angariar entre os indígenas do litoral, podemos calcular em 7.000$000 reis o custo quilométrico. As dificuldades reduzir-se-ão consideravelmente, se a direcção da linha tomar o rumo do leste pelo vale do rio Bero, até à região do Hoque, realizando-se deste modo a segunda das hipóteses dos exploradores Capello e Ivens. Teremos para a construção geral da linha a despesa de 700.000$000 reis.

O movimento médio de transportes entre Moçâmedes e o planalto, efectuado actualmente pelos carros *boers* é o seguinte:

Transporte de colonos, bagagens, materiais, ete, por conta do Estado para os concelhos da Humpata, Lubango e Huíla, calculando 4 vagões, em média mensal, para cada concelho, dá 12 por mês e 144 por ano, que ao preço médio de 150$000 reis cada um importam em reis 21.600$000.

Cada vagão transporta 1.500 quilos, 144 transportam 1.500x144=216.000 quilos ou sejam 216 toneladas.

Calculando, em média, 15 vagões para o transporte dos gêneros comerciais para cada um dos três concelhos. Temos 45 carros por mês e 540 por ano.

Ao preço de 150$000 reis importam em 81:000$000 reis, transportando em quilos 1.500x540=810.000, ou sejam 810 toneladas.

O movimento atual de importação é pois o seguinte:

	Nº de vagões	Toneladas	Custo
Por conta do estado	144	216	21.600$000
Por conta do comércio	540	310	81.000$000
Total……..…….……	684	1026	102.000$000

Supondo que a construção do caminho de ferro triplique imediatamente o movimento comercial e colonial do planalto, teremos por ano a importação de 3000 toneladas.

Calculando a tarifa do caminho de ferro, no primeiro ano, para os géneros de importação, igual a 100 reis por tonelada quilométrica, teremos o rendimento de:

3000 t x 100 kg x 100 reis=30.000$000.

Estas tarifas irão baixando proporcionalmente ao crescimento da importação até igualarem às de exportação.

Vejamos agora o resultado da exportação e tomemos para exemplo os dois géneros agrícolas mais abundantes no planalto, o trigo e o milho.

É evidente que a agricultura, atualmente paralisada por causa do excessivo preço do transporte nos carros *boers*, ressurgirá com a construção do caminho de ferro, se o preço do transporte dos produtos agrícolas para o litoral for tal, que deixe ganho ao agricultor. Pelos preços atuais torna-se impossível exportar qualquer produto. Tomemos como exemplo o trigo, uma das principais culturas do planalto. O preço médio de um alqueire de trigo na Europa é de 600 reis nos centros comerciais; para ser vendido ao público por este preço é necessário que o agricultor o venda por 450 a 500 reis. Supondo que o agricultor do planalto poderia vendê-lo por 109 a 200 reis, ainda assim ninguém The compraria os seus trigos para os exportar por via de Moçâmedes, visto que teria a pagar 1$500 reis pelo transporte de um alqueire, vindo este a ficar em

Moçâmedes por 1$700 a 1$800 reis, quando e preço ali do trigo de Portugal e do Cabo é de 700 a 800 reis.

Com a construcção do caminho de ferro do Moçâmedes à base da Chela os productos agrícolas do planalto teriam a pagar dois transportes: um ao vagão *boer* para os transportar dos centros produtores à base da Chela e outro ao caminho de ferro para os levar da base da Chela ao porto de Moçâmedes. Vejamos se a soma destes transportes deixam margem a que o agricultor possa vender o trigo com ganho razoável e o comprador o possa exportar de Moçâmedes com interesse.

Está calculado que um hectare de terreno na Europa produz em média 120 litros de trigo, sendo a cultura imperfeita e 160 sendo perfeita. Tomemos como base a média de 160 litros; o preço do alqueire vendido pelo produtor é de 500 réis e vendido ao público 600 réis.

Sendo os terrenos do planalto bastante férteis e aptos para a cultura do trigo, que se desenvolve na proporção média de 100 sementes por 1, podemos calcular a sua força vegetativa quatro vezes superior à dos terrenos da Europa. Os ensaios feitos no parque da missão da Huíla com algumas variedades de trigo deram resultados fabulosos: verificou-se ali que o trigo da Califórnia em cultura perfeita rende 200 sementes por 1 e outros trigos mais vulgares no planalto dão 100 a 150 por 1.

Senão, vejamos a produção em trigo de cada uma das colónias e centros produtores em relação à área cultivada.

Consideremos, em primeiro lugar, as culturas imperfeitas dos colonos madeirenses, que por falta de recursos não amanham devidamente os seus arimos.

Na colónia Sá da Bandeira, cujos terrenos são fracos, a produção em trigo, no ano económico de 1890-1891, foi de 144.000 litros para a área cultivada de 819 hectares, o que dá 178 litros para 1 hectare.

Na colónia da Chibia, cujos terrenos são os mais férteis, houve a produção de 76.650 litros para 283 hectares, o que dá 270 litros por hectare.

Na Humpata, terreno médio, a produção foi de 56.729 litros para a área de 138 hectares, a que correspondem 411 litros por hectare. A maior parte desta produção pertence aos *boers* e agricultores portugueses. Podemos considerá-la uma cultura aperfeiçoada.

Vejamos agora as culturas perfeitas.

Nas propriedades agrícolas do vale do Lupolo, na bacia da Huíla, terrenos médios, houve a produção de 80.000 litros para 120 hectares cultivados, o que dá 666 litros por hectare.

A Missão Católica produziu 15000 litros para a área de 50 hectares, que dão 700 litros por unidade.

As propriedades agrícolas do vale do Chimpumpunhime, cujos terrenos são considerados os mais ricos do planalto, renderam 100.000 litros para a área cultivada de 100 hectares, o que dá 1000 litros por hectare[1].

Tomando a média destas quantidades, vê-se que os terrenos do planalto produzem 534 litros por hectare.

Nestas condições, se o agricultor de Portugal vende o trigo por 450 a 500 reis o alqueire, tendo o rendimento de 160 litros por hectare, o do planalto de Moçâmedes com um rendimento quádruplo pode vendê-lo por 200 reis. Fixemos, porém, o preço em 300 reis.

Note-se que o agricultor em Portugal paga impostos ao Estado e muitas vezes um aforamento ao proprietário do terreno, enquanto que o do planalto está livre destes encargos.

O *boer* que leva 1$500 reis pelo transporte de 15 kilos (peso médio do alqueire) do planalto para o litoral em 15 dias de viagem fatigante com perda de gado e deterioração do carro, pode fazer o mesmo transporte até a base da Chela em 1 dia de viagem, sem prejuizo nem grande incómodo, por 100 reis.

Fica o alqueire de trigo posto na estação do caminho de ferro por 400 reis.

As tarifas da companhia não podem deixar de ser leves para os géneros de exportação, a fim de beneficiar a agricultura.

[1] Os números que servem de base a estes cálculos figuram nos mapas estatísticos de cada uma das colónias, organizados segundo os documentos oficiais publicados no boletim da província de Angola.

Calculemos em 50 reis o transporte de uma tonelada por quilómetro; temos que o trigo do planalto pode ser posto em Moçâmedes a 475 reis o alqueire, preço inferior ao do trigo do Cabo e da Europa vendido nas nossas possessões da costa occidental, que regula, como dissemos, entre 700 a 800 reis. Pode pois o trigo do planalto ser exportado para todas as colónias da costa occidental com ganho para o produtor comprador e vantagem para a praça de Moçâmedes.

Vejamos agora qual o rendimento que advém para o caminho de ferro com a exportação do trigo, milho e outros géneros no estado atual da colonização do planalto.

Atualmente a superfície cultivada e arroteada nos 3 concelhos, que formam a área salubre da colonização europeia, é de 4000 hectares aproximadamente.

Partindo da hipótese que os colonos nas circunstâncias atuais só cultivam de trigo a quarta parte dos seus terrenos, isso visto não terem interesse na sua cultura total, por ninguém lhes compra os seus productos, podemos calcular, pela raza, que a construcção do caminho de ferro e a barateza dos transportes anime os colonos e agricultores a plantarem de trigo a área total dos seus terrenos; temos pois 16.000 hectares de terreno que a 500 litros de trigo por hectare produzirão anualmente 8.000.000 de litros ou 8.000 toneladas.

O milho, que é a principal cultura do gentio e cujo preço é de 70 a 100 reis o alqueire, comprado nos centros de produção indígena, dará um grande contingente à exportação. Pode ser fornecido, quer por produção nas colónias, quer comprado aos indígenas.

Basta notar-se que só as 3 colónias madeirenses, à sua parte, produziram no ano económico de 1890-1891 a cifra total de 1.004.000 litros que foram consumidos no planalto.

Calculando, pelo mínimo, uma exportação de milho igual ao quádruplo da do trigo, teríamos 32.000.000 de litros ou 32.000 toneladas.

Além do trigo e milho há outros géneros que podem ser exportados desde já em grande escala, tais são: a batata, o cará e o feijão.

A produção destes géneros, só nas 3 colónias madeirenses, atingiu as seguintes cifras no ano económico de 1890-1891:

Batata doce	9.217.656 quilos
Batata inglesa	58.245 litros
Feijão	555.322 litros

que dão aproximadamente 10.000 toneladas.

Isto em cultura imperfeita e em pequena escala. Calculando que com a construção do caminho de ferro duplique a produção destes 3 géneros, podem ser exportadas 10.000 toneladas.

Temos mais a exportação do gado por via de Mossamedes para os portos do norte, S. Tomé e Gabão, que regula actualmente, termo médio, por 2.000 cabeças por ano; este número duplicará com a rapidez de condução; os couros secos, 5.000 por anno, pesando 75 toneladas; Os couros curtidos, cujo movimento atual é de 1.300 a 2.000, ou sejam 30 toneladas; as gomas, urzelas, madeiras de construção; a lenha, que se consome em Moçâmedes, em média, 500 arrobas por dia, ou sejam 2.700 toneladas por anno.

Da zona de Capangombe, Bibala e Muninho, além dos cereais e frutas, existe a importante produção do algodão, que já atingiu a cifra de 30.000 arrobas por ano e certamente duplicará com a barateza dos transportes, dando 900 toneladas; a aguardente; os passageiros, em média, 10 por dia com a tarifa de 60 reis por quilómetro; rendimento da linha telegráfica anexa ao caminho de ferro, etc., etc., o que tudo somado dará aproximadamente o seguinte tráfego e rendimento:

Importação

Géneros diversos	3000 t x 100 kg x 100 rs	=	30.000$000

Exportação

Trigo	8000 t x 100 kg x 50 rs	=	40.000$000
Milho	32000 t x 100 kg x 50 rs	=	160.000$000

Batata, cará, feijão	10000 t x 100 kg x 50 rs	=	50.000$000
Gado Vacum	4000 t x 100 kg x 50 rs	=	20.000$000
Couros secos.	75 t x 100 kg x 50 rs	=	375$000
Couros curtidos	30 t x 100 kg x 50 rs	=	150$000
Lenha	2700 t x 100 kg x 50 rs	=	13.500$000
Algodão	900 t x 100 kg x 50 rs	=	4.500$000
Passageiros	10 p x 365 d x 100 kg x 60 rs	=	21.900$000
Madeiras de construção (provável)	1000 t x 100 kg x 50 rs	=	5.000$000
Cereais, frutas e aguardente de Capangombe (provável)			10.000$000
Receita da linha telegráfica			5.000$000
Géneros não especificados			5.000$000
Total da receita bruta……..……..……..			365.425$000
Calculando, conforme o fez o distinto engenheiro Machado, em 500$000 reis as despesas de exploração por quilómetro, o que está de acordo com a opinião de M. Regis Tartary, teremos para despeza geral em 100 quilómetros			50.000$000
Total da receita líquida……..……..……..			315.425$000

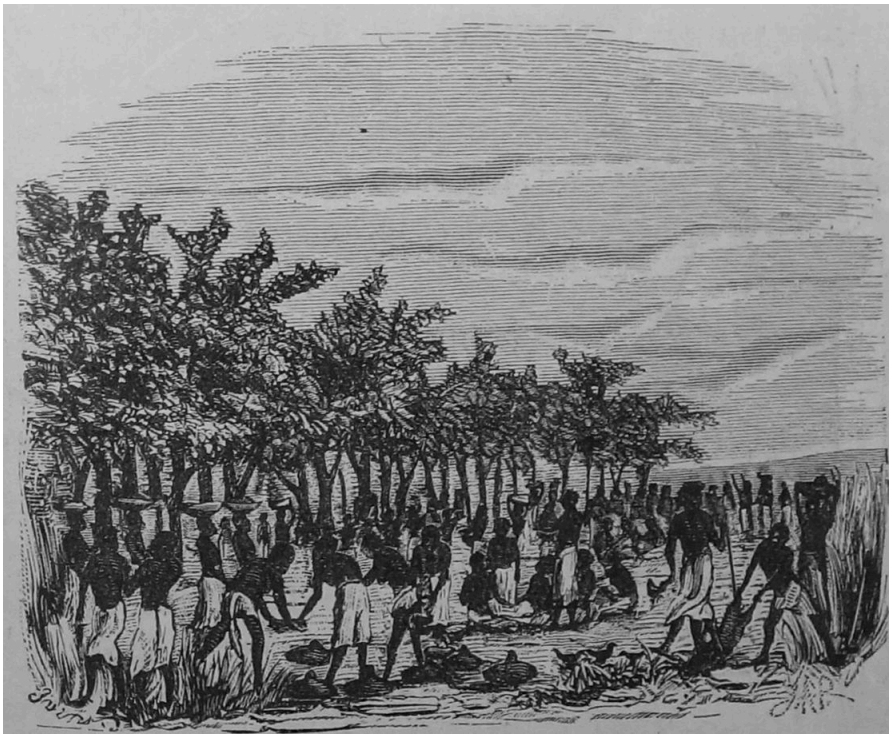
o que dá um rendimento de 3.000$000 rs. por quilómetro, receita superior à de muitas linhas de 1,45m na Europa.

Há pois no estado atual da colonização do planalto de Moçâmedes elementos bastantes para sustentar a exploração de um caminho de ferro económico de via reduzida, mesmo quando não suba a Chela.

Ao apresentarmos este modesto estudo sobre o caminho de ferro de Moçâmedes não nos move a ideia de metermos foice em seara alheia. Confessamos a nossa incompetência em assuntos de engenharia. Guiou-nos a vontade de sermos úteis ao progresso da colonização europeia no distrito de Moçâmedes, lembrando um plano de fácil realização e moderadas despesas.

O projeto do ilustre engenheiro Machado, conforme foi aprovado pelo parlamento, independente do troço da Chela, realiza uma diminuição considerável no orçamento geral. Tendo sido calculada a despesa de construção por quilómetro na secção da Chela em 27.000$000 rs. e sendo a sua extensão de 29 quilómetros, a supressão desta secção daria a diminuição de perto de 800.000$000 rs. Como a média de 16:000$000 rs. por quilómetro foi estabelecida fazendo entrar no cálculo o preço quilométrico da secção da Chela, suprimido este, vem a ficar o preço médio de 10:000$000 rs. por quilómetro, o que daria 1.000.000$000 réis para a despeza geral da construcção desde Moçâmedes à base da Cordilheira.

Falando nós com o ilustre engenheiro sobre este assunto, disse-nos ele que, com algumas variantes a introduzir no traçado e modificações resultantes dos modernos aperfeiçoamentos da engenharia, poderia aquela cifra baixar a menos de mil contos.



CAPITULO X

CONCLUSÕES

Reconhece-se da descrição que temos feito do estado actual da colonização europeia no planalto de Moçâmedes, que ali se encontram reunidos todos os elementos favoráveis ao desenvolvimento de um vasto centro de irradiação da raça branca, contando já importantes núcleos comerciais e agrícolas, as florescentes colónias Sá da Bandeira, S. Pedro da Chibia, S. Januário, Palanca e Huíla. O clima é salubre e próprio para a procriação da raça branca, que ali se desenvolve em condições normais, idênticas às dos países temperados da Europa.

Os terrenos são férteis, produzindo com extraordinário vigor todas as culturas européias e algumas intertropicais.

Os recursos próprios do país são abundantes, mas têm sido explorados em pequena escala por falta de orientação científica e prática, de que resultam alguns erros e defeitos, mais dependentes das pessoas do que das coisas, e que concorrem para prejudicar o regular desenvolvimento da colonização.

Torna-se precisa uma remodelação completa na organização e administração das colónias agrícolas e um novo sistema de contrato para os colonos.

Em vez de câmara municipal (no Lubango) e comissões municipais (na Huíla e Humpata), constituídas por indivíduos sem illustração, nem o menor conhecimento dos deveres cívicos, e que, pelo geral, viviam os colonos incutindo-lhes o pernicioso germen da *politico-mania*, em detrimento da boa harmonia, paz e aplicação aos labores da agricultura, originando facções de política soez e mesquinha em beneficio deste ou aquele influente ambicioso, julgamos mais racional e consentâneo com os interesses dos colonos e progresso da colonização a criação de um concelho composto de um agrónomo, um médico e um conductor de obras públicas. O primeiro estudará as condições agrícolas dos terrenos, a sua composição química, as modificações e melhoramentos a introduzir nos processos de cultura, conforme as

circunstâncias do clima e solo, ministrando aos colonos todos os conhecimentos relativos à agricultura e arboricultura, criação e pastorícia do gado, etc., dirigindo a sua educação prática e fiscalizando os trabalhos rurais de modo a obter-se maior e melhor produção. O segundo terá a seu cargo o estudo das questões relativas à salubridade, climatologia, escolha dos terrenos para a fundação das colônias, higiene das povoações e casas, etc. O terceiro estudará e presidirá às construções das obras públicas e particulares dando-lhes uma feição em harmonia com a boa higiene e os preceitos de arquitectura, subordinando as povoações a um plano que as torne mais regulares, asseadas e salubres.

Este concelho, depois de elaborar um plano científico que sirva de base à remodelação dos serviços, terá a superintendência de todas as colónias agrícolas, resolverá todas as questões que digam respeito à colonização do planalto, organização e administração das colónias.

Em substituição da actual divisão em concelhos, com os vícios e despesas inerentes à organização adotada no ultramar, as colónias formariam um só concelho administrado por um inspector com a assistência do concelho colonial, tendo por delegados os diretores das colónias, que, em vez de militares, seriam indivíduos habilitados com os cursos de agronomia e veterinária.

Tirar todo o cunho de militarismo às colónias de natureza agrícola, dando-lhes uma orientação científica de incontestável vantagem e utilidade para as lutas pacíficas do trabalho, parece-nos a verdadeira e única base racional para a ordem, progresso e desenvolvimento da colonização.

O sistema de contrato atualmente em vigor para os colonos é defeituoso e dispendioso, e tem concorrido para o pouco aproveitamento das suas aptidões agrícolas.

Os colonos recebem um subsídio pecuniário durante os dois primeiros anos do seu contrato, que é feito por cinco anos. Quer dizer, que o colono contrai a obrigação de servir o Estado durante aquele tempo mediante um salário, que é, como dissemos, de 300 reis diários para os homens, 200 para as mulheres e 100 para as crianças. Considerando a família formada de 4 pessoas,[2] marido, mulher e dois filhos, vemos que cada família recebe por dia a quantia de 700

[2] Os colonos madeirenses não se limitam a levar as mulheres e filhos, conduzem para o planalto os irmãos, tios, primos e primas, etc. e porque não houvesse mais graus na escala do parentesco, inventou-se na Madeira a classificação de agregados para crianças e mulheres que são remetidas isoladas da família. Não raro vemos guias do teor seguinte:
Segue para o distrito de Moçâmedes o colono.... levando na sua companhia tantas pessoas de família e tantos.... agregados....

reis, que somam por mês 21$000 reis e por anno 252$000 reis. Segundo a forma de contrato em vigor, o subsídio dura por dois anos. Cada família recebe pois do Estado o subsídio total de 504$000 reis.

A esta verba temos de acrescentar as ferramentas agrícolas, que lhes são distribuídas gratuitamente no porto de embarque, as passagens, etc., que elevam aquela importância à cifra de 550$000 reis.

O colono, logo que chega ao planalto, recebe dois hectares de terreno para cultivar. A propriedade deste terreno é-lhe garantida no fim dos cinco anos do contrato.

Em resumo, o colono depois de cinco anos de residência no planalto possui dois hectares de terreno, que pode vender, trocar, hipotecar, etc., e tem recebido do Estado 550$000 reis.

Vejamos, por outro lado, qual a compensação que ele dá ao Estado. Parece que sendo ele contratado por conta do governo e consumindo-lhe uma importante verba, deveria trabalhar para o Estado no todo ou em parte, durante o período do contrato ou em parte dele.

Não sucede, porém, assim. O colono trabalha para si, e o Estado nenhum resultado colhe, que lhe compense os pesados encargos da colonização.

A experiência demonstra que os colonos pouco se dedicam aos trabalhos rurais, enquanto recebem o subsídio, e a prova desta verdade tornou-se por tal forma evidente, que, por várias vezes, o ilustrado governador geral Capello ordenou que se reduzisse à metade o subsídio aos colonos.

O subsídio, nas condições em que é feito, não tem razão de existir. Concorre para o atraso da agricultura desviando o colono das suas ocupações, e tem sido um rendoso meio de *explorar* a boa fé do Estado com grave prejuízo para a ordem e moralidade nas colónias.

O madeirense é de natureza indolente, de pouco alimento e muito propenso ao vício das bebidas alcoólicas, em especial, a aguardente. Com 700 reis por dia, um pouco de cará e ervilha tem ele a ração alimentícia e uma garrafa de aguardente para entreter o vício!! E, vergonhoso é dizê-lo, nem sempre tem havido da parte das autoridades o rigor das repressões para coibir estes abusos, quando vemos que alguns directores de colónias, esquecidos da grave responsabilidade que lhe impõem as funções oficiais, são os primeiros a dar o exemplo da desmoralização, abrindo

ao público lojas em que figura como género de maior consumo e rendimento a aguardente, e explorando os vícios dos seus administrados!!!

Os colonos devem ser escolhidos na Madeira, Açores e províncias do continente de entre as populações rurais. Convém que sejam homens robustos, sóbrios e morigerados.[3]

Em vez do subsídio por dois anos, bastará dar-lhes no porto de embarque um adiantamento a título de empréstimo para se proverem de roupas, ferramentas, etc.

Convém que cheguem a Moçâmedes por grupos de famílias durante os meses da estação seca, de maio a outubro, sendo conduzidos para o planalto com todas as cautelas e sob a vigilância do governo.

Deve-lhes ser facultativa a escolha da colónia ou localidade, onde queiram estabelecer-se.

[3] A portaria de 31 de março de 1892, assinada pelo nobre ministro da marinha, o conselheiro Ferreira do Amaral, regulando a concessão das passagens gratuitas aos emigrantes, é um documento importante para a história da colonização européia na África e que vem pôr cobro às irregularidades e abusos da emigração vadia.
Por ser documento de alta valia e significação para o progresso da colonização branca e revelar uma orientação que é a nossa, damo-lo na íntegra, como homenagem aos intuitos patrióticos do ilustrado ministro da marinha.

« Havendo mostrado a experiência ser difícil obterem prompta e proveitosa colocação nas províncias africanas os indivíduos, aos quais o governo tem concedido passagem gratuita para as ditas províncias, quando esses indivíduos não sejam oficiais de algum dos ofícios de carpinteiro, pedreiro e serralheiro, ou quando não hajam sido previamente contratados na metrópole para exercitarem qualquer outro mister no local para onde se destinarem;

«Convindo regular a concessão das passagens gratuitas nos termos dos contratos celebrados com as companhias de navegação para a África oriental e ocidental, por forma que o benefício que só deve ser concedido a colonos em adequadas circunstâncias não se converta em prejuízo dos próprios emigrantes, das províncias africanas e do tesouro:

«Manda Sua Majestade El-Rei, pela secretaria de estado dos negócios da marinha e ultramar, dar conhecimento público aos pretendentes de passagem gratuita para as províncias africanas, que, além das passagens gratuitas, nos termos dos aludidos contratos já autorizados para os paquetes a sair proximamente de Lisboa para a África oriental e ocidental, mais nenhuma passagem gratuita será concedida sem que o requerente prove ter algum dos indicados ofícios de carpinteiro, pedreiro ou serralheiro, ser menor de trinta anos e ter tido bom comportamento; podendo-se, todavia, conceder também passagem gratuita a outros indivíduos sem estas condições, uma vez que provem achar-se contratados para qualquer outro mister que lhes assegure ocupação no lugar para onde solicitem passagem; em todo o caso, porém, os emigrantes com passagem gratuita serão previamente inspecionados por uma junta médica para apreciar se eles têm robustez suficiente, e probabilidades de resistência à ação debilitante dos climas africanos.

« Paço, em 31 de março de 1892. = Francisco Joaquim Ferreira do Amaral. »

Aí deverão instalar-se durante os primeiros meses em uma construção do Estado, montada com todas as comodidades e preceitos higiénicos, destinada para abrigo dos colonos recém-chegados.

O Estado fornece-lhes-á uma importância por empréstimo para construir a sua casa, subordinando-a a um tipo geral de construções em harmonia com o plano adoptado.

O colono receberá do Estado um terreno com a área de 4 hectares para cultivar sob a imediata fiscalização de um agrónomo, uma junta de bois, as sementes para as primeiras culturas e a alimentação durante os seis primeiros meses.

O terreno distribuído será propriedade do colono no fim dos 5 anos do seu contrato.

Do rendimento das colheitas uma percentagem pertencerá ao Estado e será dividida em duas partes, uma para pagamento dos adiantamentos e outra para compensar os encargos gerais da colonização. Esta será permanente e terá o caráter de imposto, a primeira subsistirá por todo o tempo do contrato até que o colono esteja quite com a fazenda nacional.

A despesa a fazer com uma família composta de 4 pessoas podemos calcular aproximadamente da seguinte forma:

Adiantamento no porto de embarque para roupa, utensílios, instrumentos de lavoura, etc.	50$000
Importância para construção da casa	100$000
Uma junta de bois	30$000
Sementes para as primeiras culturas	5$000
Alimentação durante os primeiros 6 meses à razão de 500 reis por dia	90$000
Total……..……	275$000

O colono pode obter por ano o seguinte rendimento bruto aproximado, cultivando a área total do terreno que lhe é distribuído, supondo que faz uma cultura de trigo[4], uma de batata, outra de feijão e ervilha[5].

Trigo — a 500 litros por hectare, dá 500 l x 4 h =2000 l =133 alq., vendido a 300 o alqueire, rende: 183 alq. X 300 reis =	39$000
Batata — Segundo o cálculo de Baussingault uma área de terreno produz a batata em proporção quádrupla da do trigo[6]	
Podemos calcular uma produção de 500 arrobas para 4 hectares de terreno; ao preço de 300 reis a arroba rende — 500 a x 300 reis =	150$000
Feijão — produção igual à do trigo: 133 alq. x 300 reis =	39$000
Ervilha — produção um pouco inferior à do trigo 100 alq. x 300 reis =	30$000
Total……	258$000

Estes são os géneros mais importantes para a exportação, além deles os colonos cultivarão o cará, milho, grão de bico, centeio, fava etc. para a sua alimentação.

Insistimos sobre a fiscalização dos trabalhos rurais durante o período do contrato, porque a experiência tem demonstrado que os colonos da Madeira, entregues à sua própria iniciativa, pouco produzem, e tendem a desviar-se das suas naturaes ocupações para se entregarem a outros misteres ou à vadiagem.

Uma outra hipótese, que se nos afigura realizável, seria a exploração agrícola de toda a área salubre do planalto por conta de uma poderosa companhia, que tomasse a sua responsabilidade todos os encargos da colonização, respeitando os contratos estabelecidos e

[4] O trigo mais vulgar no planalto precisa de 6 meses para completa maturação.
[5] O desenvolvimento da batata, feijão e ervilha dura em média dois meses.
[6] Veja-se a tabela na página 120

direitos adquiridos e recebendo do governo para administrar por conta própria as colónias já formadas. É claro que esta hipótese pressupõe a construção do caminho de ferro realizada e ligada aos interesses da companhia.

A colonização por conta do Estado não nos seduz, apresenta sérias dificuldades e defeitos que dependem de causas complexas, entre as quaes avultam, em primeiro logar, o pouco interesse e dedicação dos funcionários públicos, a sua má escolha, incompetência e ignorância em assumptos que requerem variados conhecimentos científicos e práticos.

ÍNDICE DAS GRAVURAS

1. Vista panorâmica de Moçâmedes.

2. Uma casa em Moçâmedes – um carro *boer*.

3. Fortaleza de S. Fernando

4. Grupo de crianças de Moçâmedes

5. A Tampa - propriedade agrícola do snr. Costa Jubim

6. Propriedade agrícola do snr. Luiz Rodrigues, no Muninho.

7. Boers

8. Colónia Sá da Bandeira em 1891

9. Primeiros trabalhos e construções na colónia Sá da Bandeira..

10. Grupo de crianças da colónia Så da Bandeira..

11. Povoação da Huíla.

12. Propriedade agrícola no vale do Lupolo

13. Uma propriedade agrícola na Huíla.

14. Carlos Maria, ancião portuguez de 98 anos de idade

15. Vista da missão da Huíla.

16. O rev.do padre José Maria Antunes.

17. Grupo de educandos e pessoal superior da missão.

18. Colónia de S. Pedro da Chibia

19. Os primeiros colonos da Chibia

20. Grupo de crianças da colónia da Chibia.

21. Primeiras construções da colónia

22. Primeiras construções do estado

23. Estudo do traçado do caminho de ferro pelo engenheiro Machado - acampamento no Giraul

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

CAPITULO I

Situação e limites geographicos - Divisão em zonas - Zona baixa - Systema fluvial - Regime pluvial - Águas, rios e chuvas -- Decadência da agricultura - Influência dos poços artesianos - O deserto da Pedra Grande - Mortandade no gado - Desânimo dos boers - Preço dos transportes - Os tanques naturais da Pedra Grande - Área e divisão do districto em concellos

Pag. 1 a 22

CAPÍTULO II. CONCELHO DE MOSSAMEDES

Situação e área - A vila de Moçâmedes - Descrição - Vale do Bero - Povoação das Hortas - Culturas - Vale do Giraul - Vale do Koroka - Colónias do Sul - Pescarias - Arborização da faixa arenosa - Mapas estatísticos das propriedades agrícolas, população. produccão do concelho.

Pag. 23 a 32

CAPÍTULO III. CONCELHO DE CAPANGOMBE

Situação e área - Agricultura - Decadência - Rios - Estiagens - Clima - Mapas estatísticos da população, produção e principais propriedades agrícolas.

Pag. 33 a 36

CAPÍTULO IV. A ZONA ALTA

A cordilheira da Chela - Limites e situação geographica - Portellas do Bruco, da Leba, da Kilemba, do Tandirikita e do Hoke - Altitude - Terrenos - Divisão e aptidões agrícolas - Sistema fluvial - O Cunene, o Caculovar e o Nene - Regime pluvial - Estação das chuvas - Estação seca - Temperaturas - Adaptação da raça branca

Pag. 37 a 50

CAPÍTULO V. CONCELHO DA HUMPATA

Situação e limites geográficos - Sistema orográfico e rede fluvial - Colónia de S. Januario - Sua fundação - População - Descrição - Colónia da Palanka - Os boers e os seus serviços à nossa causa - Os seus usos e costumes -- Paralelo com o colono madeirense - Terrenos e agricultura - Despeza feita com a colónia - Mapas estatísticos da população, produção, indústria, etc...

Pag. 51 a 62

CAPÍTULO VI. CONCELHO DO LUBANGO

Situação e limites - Colónia Sá da Bandeira - Bacia do Lubango - Descripção orografica e fluvial - Fundação da colónia - Defeitos da colonização madeirense - Má escolha dos terrenos — Descripção da colónia - Construcções dos colonos - Conselhos e preceitos higiênicos — Decadência da agricultura - Colónia do Caculovar - Causas do seu atraso - Descripção da colónia - Despesa com as colónias do Lubango -- Mappas estatísticos da população, produção, indústria, etc.

Pag 63 a 78

CAPITULO VII. CONCELHO DA HUÍLA

Situação e limites - Área -- Sistema orográfico e rede fluvial - Os rios Lupolo, Mucha e Chimpumpunhime - Agricultura - Considerações - Povoação da Huíla - Tentativas de colonização europeia - Os colonos livres - Decadência da Huíla — Propriedades agrícolas do vale do Lupolo - Mappa estatístico da população, produção, etc. - Missão católica da Huíla - Descripção - Institutos dos rapazes e raparigas - Agricultura - Ensaios agrícolas - Missão do Jau e aldeia cristã - Fundação da missão - O padre Duparquet - Uma opinião valiosa sobre a missão - Serviços prestados à humanidade e à nossa causa na África - Influência dos missionários - Elogio dos exploradores Capello e Ivens - Escola agrícola de Sintra - Decreto concedendo-lhe um subsídio e considerando-a instituição auxiliar do padroado - Protectores da missão - Mapa estatístico da população, produção, indústrias, artes e ofícios - Colónia de S. Pedro da Chibia - Seu valor - Historia da sua fundação - Terrenos - Agricultura - Descripção da colónia - Propriedades agricolas - Sua influencia na educação do colono madeirense - Despesas - Criação do galo bovino e lanígero - Vantagens - Epizootias -- Sarna psoróptica, peripneumonia infecciosa e doença dos cavalos - Opinião de um agrónomo veterinário - Mapas estatísticos da população, produção, indústria

Pag. 79 a 116

CAPÍTULO VIII. NOZOLOGIA, BROMATOLOGIA E HIGIENE Doenças - Impaludismo - Púrpura hemorrágica - Causas - Distribuição das doenças - Regimen etiológico - Salubridade relativa das colónias - Alimentação - Recursos do planalto - Alimentos animais e vegetais - Vícios da alimentação do colono madeirense - Situação economica dos colonos - Conselhos práticos - Época da chegada dos colonos - Perigos e inconvenientes da remessa continua dos

colonos - Cuidados durante a viagem - Meios de que se devem prover para resistir ao clima.
Pag. 117 a 1:35

CAPÍTULO IX. CAMINHO DE FERRO

Necessidade e urgência da sua construção - Opinião dos exploradores Capello e Ivens - Estado actual da colonização - Desânimo dos colonos - O traçado do engenheiro Machado - Opinião do mesmo - Opinião do autor - Os caminhos de ferro económicos - Opinião dos homens competentes - O livro de M. Regis Tartary - Cálculos - Importação e exportação
Pag. 137 a 163

CAPÍTULO X. CONCLUSÕES

Recapitulação - Remodelação dos serviços nas colónias - Concelho colonial - Inconvenientes dos contratos actuais - Importância consumida por cada família de colonos - Opinião do autor sobre o melhor modo de se obter uma colonização racional e pouco dispendiosa - Hypothese de uma companhia colonizadora.
Pag. 164 a 172